



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



ALUIZIO TORRES DA COSTA NETO

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL:

proposições para o Ensino Médio do Colégio
Universitário da UFMA em São Luís-MA.



SÃO LUIS
2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA**



ALUIZIO TORRES DA COSTA NETO

**A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: proposições
para o Ensino Médio do Colégio Universitário da UFMA em São Luís-MA.**

São Luís - MA

2024

ALUIZIO TORRES DA COSTA NETO

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: proposições para o Ensino Médio do Colégio Universitário da UFMA em São Luís-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão como requisito obrigatório para receber o título de Mestre em Educação – Gestão do Ensino da Educação Básica.

Orientadora: Professora Dr.^a Elisângela Santos de Amorim

São Luís - MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa Neto, Aluizio Torres da.

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL :
proposições para o Ensino Médio do Colégio Universitário
da UFMA em São Luis - MA / Aluizio Torres da Costa Neto. -
2025.

142 f.

Orientador(a): Elisangela Santos de Amorim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Gestão de Ensino da Educação Básica/ccso, Universidade
Federal do Maranhão, São Luis, 2025.

1. Diversidade Sexual. 2. Formação Docente. 3.
Colun. I. Amorim, Elisangela Santos de. II. Título.

ALUIZIO TORRES DA COSTA NETO

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: proposições para o Ensino Médio do Colégio Universitário da UFMA em São Luís - MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para receber o título de Mestre em Educação – Gestão do Ensino da Educação Básica.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elisângela Santos de Amorim (Orientadora)
Doutora em Ciências Humanas (PPGEEB/UFMA)

Prof. Dr.^a Francisca Morais da Silveira (1^o Examinadora Interna)
Doutora em Educação (PPGEEB/UFMA)

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins (2^o examinador Externo)
Doutor em Políticas Públicas (PPGPSI/UFMA)

Prof.^a Dr.^a Kelly Almeida de Oliveira (Suplente Interno)
Doutora em Educação em Ciências e Matemática (PPGEEB/UFMA)

Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva (Suplente externo)
Doutora em Educação (PPGE/UFMA)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que até aqui me incentivaram, em especial a minha Mãe (*In memoriam*) que foi peça fundamental em todo esse processo.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa o fim de uma etapa significativa da minha trajetória acadêmica, marcada por desafios e conquistas. Este trabalho, no entanto, não seria possível sem o apoio de muitas pessoas que contribuíram de maneira direta ou indireta para sua realização.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, resiliência e fé que me sustentaram nos momentos mais difíceis. Sua presença constante me motivou a seguir adiante mesmo diante de obstáculos inesperados.

Aos meus pais (*in memoriam*), que com seu amor incondicional, dedicação e sabedoria, me ensinaram a importância da educação e do esforço pessoal. À minha mãe, Maria do Socorro, em especial, cuja memória sempre será o incentivo de buscar cada vez mais meus objetivos, sendo um farol em minha caminhada, deixo meu mais profundo reconhecimento por ser uma inspiração fundamental em todos os aspectos da minha vida. Também ao meu companheiro desta jornada Raoni Muniz, que através de seu grande incentivo me fez acreditar que era possível. Aos meus familiares (primos, tios, sobrinhos e cunhados) que de puderam tanto me dar força a este sonho tão desejado.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Elisângela Santos de Amorim, cuja paciência, sabedoria e orientação foram pilares imprescindíveis na construção deste trabalho. Sua dedicação e incentivo não apenas enriqueceram esta pesquisa, mas também me inspiraram a buscar sempre o melhor.

Aos professores Dr. Antônio de Assis Nunes, Dr.^a Hercília Maria de Moura Herculano e Dr.^a Vanja Dominice, agradeço pelo profissionalismo e incentivo demonstrados ao longo deste percurso, bem como pela representatividade e empenho no fortalecimento do Programa de Pós-Graduação Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Também aos professores, Dr.^a Honorina Simões, Dr.^a Clara Mont'Alverne, Dr. Carlos Wellington Soares e a Msc. Lorena Lima, que tanto puderam contribuir com seus conhecimentos para a construção deste trabalho.

Um agradecimento especial aos colegas do meu trabalho, aqui me refiro a Sedihpop em especial a (Lília, Thalita e Vitoria) e da turma de mestrado profissional do PPEGEEB/UFMA de 2022, em especial as colegas de Aglaene e Stefany. E aos

demais, apesar da distância física, o apoio mútuo e as trocas de experiências nos conectaram e tornaram esta jornada mais significativa.

À comunidade do Colégio Universitário (COLUN), cuja colaboração foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. A cada docente e alune que dedicou tempo para participar e compartilhar suas experiências, minha eterna gratidão.

Por fim, dedico este trabalho a todos que acreditam na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em especial aos que lutam pela valorização da diversidade sexual no ambiente escolar. Que este estudo seja uma contribuição para a promoção de respeito e igualdade.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Michel Foucault

RESUMO

O presente estudo aborda a formação docente para a diversidade sexual, compreendendo a sexualidade como um conceito socialmente construído e destacando o papel das instituições escolares no fomento de discussões que auxiliem a compreensão de sexualidade e gênero no ambiente educacional. O objetivo principal foi investigar as práticas docentes realizadas no Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA), que contemplam a diversidade sexual dos estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, a partir deste, traçamos os seguintes objetivos específicos: conhecer o que os docentes do COLUN sabem sobre educação para a diversidade sexual; averiguar como os docentes do COLUN compreendem a LGBTfobia; compreender as demandas e as dificuldades apresentadas pelos docentes em relação ao trabalho com a educação para a diversidade sexual; avaliar atividades ou iniciativas que possam ser implementadas para promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso em relação à diversidade gênero e sexualidade na escola; compreender as percepções e vivências dos estudantes em relação à diversidade de gênero e sexualidade na escola, bem como construir um Caderno de Proposições Pedagógicas para uma educação que contemple a diversidade sexual para contribuir com a Coordenação Pedagógica na orientação e formação continuada e de docentes do Colégio Universitário (COLUN). A pesquisa possui abordagem qualitativa, natureza desta pesquisa é aplicada pois tem como resultado um produto que busca solucionar a problemática, ademais situamos este estudo dentro da abordagem pós-estruturalista pois preocupou-se com “o como” as coisas se constroem. Como instrumento foram utilizando questionários aplicados a alunos e docentes do COLUN. As respostas foram analisadas com base na técnica de triangulação de dados. Os resultados indicaram que, embora persistam barreiras na abordagem da diversidade sexual no ambiente escolar, práticas pedagógicas inclusivas têm impacto positivo no combate ao sexismo. O produto institucional visa à construção de práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade sexual no ambiente escolar. Contudo, para fortalecer essas iniciativas, é indispensável que os docentes recebam apoio institucional, com destaque para a promoção de formações continuadas sobre diversidade sexual e a criação de espaços de diálogo e debate que integrem toda a comunidade escolar ao tema.

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Formação Docente. COLUN

ABSTRACT

This study addresses teacher training for sexual diversity, understanding sexuality as a socially constructed concept and highlighting the role of schools in fostering discussions that promote the understanding of sexuality and gender in educational settings. The main objective was to investigate the teaching practices implemented at the Colégio Universitário of the Federal University of Maranhão (COLUN/UFMA) that embrace the sexual diversity of students, regardless of their sexual orientation or gender identity. From this, the following specific objectives were outlined: to understand what COLUN teachers know about education for sexual diversity; to examine how COLUN teachers perceive LGBTphobia; to analyze the demands and challenges faced by teachers regarding education for sexual diversity; to assess activities or initiatives that could be implemented to promote a more inclusive and respectful environment regarding gender and sexuality diversity in the school; to explore the perceptions and experiences of students regarding gender and sexuality diversity in the school; and to develop a Pedagogical Proposals Guide aimed at supporting the Pedagogical Coordination in the continuous training and orientation of COLUN teachers. This research adopts a qualitative approach and is applied in nature, as its result is a product designed to address the identified issues. Furthermore, it is framed within a post-structuralist perspective, focusing on “how” things are constructed. Data collection was conducted through questionnaires applied to COLUN students and teachers, and the responses were analyzed using data triangulation techniques. The results indicated that, although barriers to addressing sexual diversity persist in the school environment, inclusive pedagogical practices positively impact the fight against sexism. The institutional product aims to foster pedagogical practices that promote inclusion and respect for sexual diversity within schools. However, to strengthen these initiatives, it is crucial for teachers to receive institutional support, with an emphasis on promoting continuous training on sexual diversity and creating spaces for dialogue and debate that engage the entire school community in this topic.

Keywords: Sexual Diversity. Teacher Training. COLUN.

LISTA DE SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEDLGBT/MA	Conselho Estadual de Direitos LGBT Maranhão
COLUN	Colégio Universitário
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GESEPE	Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
IFMA	Instituto Estadual do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays e Bissexuais
LGBTI	Lésbicas Gays Bissexuais Intersex
LGBTQIA+	Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Queer Intersex Assexuais
LGBTQUIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
LIEPP	Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Pedagógicas
MEC	Ministério da Educação

NAE	Núcleo de Assistência Estudantil
OCEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
ONU	Organização Mundial de Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PEEMA	Plano Estadual de Educação do Maranhão
REDE	Rede de Educação para a Diversidade
STF	Supremo Tribunal Federal
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDUC	Secretaria de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FIGURAS E TABELA

Figura 1 - Capa do E-book.....	78
Figura 2 - Sumário do E-book	79
Figura 3 - Apresentação do E-book	80
Figura 4 - Capítulo 2 do E-book: Desvendando a diversidade sexual	81
Figura 5 - Seção 2.1 do segundo capítulo do E-book: Identidade de Gênero e Orientação Sexual e LGBTQUIAPN+: Termos e Significados	82
Figura 6 - Seção 2.2 do segundo capítulo do E-book: Identidade de Gênero e Orientação Sexual e LGBTQUIAPN+: Termos e Significados	83
Figura 7 - Capítulo 3 do E-book: A escola como espaço de inclusão e respeito.	84
Figura 8 - Capítulo 4 do E-book: Proposta de Atividades Pedagógica	85
Figura 9 - Capítulo 5 do E-book: Recursos didáticos e materiais complementares	86
Figura 10 - Conclusão	87
Figura 11 - Continuação da Conclusão	88
Tabela 1: – Distribuição da Estrutura Organizacional do COLUN, São Luís- MA (2023)	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E SOCIEDADE	25
2.1 O Sexo e a Identidade de Gênero	30
2.2 A escola molda as diferenças de gênero	38
2.3 A importância dos movimentos sociais na luta LGBTQUIAPN+	44
3. A FORMAÇÃO CONTINUADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL .	47
3.1 A Formação Docente para a Diversidade de gênero e sexual	48
3.2 Políticas Públicas Nacionais e educação para a diversidade sexual	51
3.3 Políticas Públicas Estaduais e educação para a diversidade sexual	56
4 TECENDO A PESQUISA	60
4.1 As pessoas colaboradoras da pesquisa	61
4.2 Caracterização do local de pesquisa	61
4.3 Instrumentos de coleta de dados	63
4.4 Coleta de Dados	63
4.4.1 Conhecendo os colaboradores docentes	64
4.4.2 Conhecendo os colaboradores alunes	64
4.5 Análise de dados.....	64
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
5.1 A escola e a diversidade sexual? Diálogo possível x barreiras intransponíveis.	66
5.2. Práticas educativas que abordam a temática da diversidade sexual: perspectivas e construções de estratégias para o combate ao preconceito.	70

5.3. Formação Continuada e suas repercussões na construção de diálogos sobre a temática da diversidade sexual: responsabilidades da instituição escolar.	74
5.4 Descrição do produto da pesquisa	77
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES	102
Apêndice 1: Produto Educacional	103
Apêndice 2: Questionário (docentes).....	136
Apêndice 3: Questionário (Alunes)	138
ANEXOS.....	141
Anexo 1: Carta De Apresentação Para Concessão De Pesquisa De Campo	142

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inclusão da diversidade sexual nas escolas brasileiras tornou-se um tema central nas discussões sobre educação e cidadania, refletindo a necessidade de criar ambientes mais inclusivos e respeitosos para todos. De acordo com Guacira Lopes Louro (2001), especialista brasileira em estudos de gênero e sexualidade, a escola é um espaço privilegiado para a construção e desconstrução de normas sobre corpo, sexo e sexualidade. Louro (2001) destaca que a escola desempenha um papel crucial na promoção do respeito à diversidade, ao mesmo tempo, desafia as normas cisheteronormativas presentes na sociedade.

A “Formação de docentes e a Diversidade Sexual”, possui muitos questionamentos, devido a isso, despertaram-se questionamentos acerca da preparação dos professores para lidar com a diversidade sexual em sala de aula, pois em meu processo escolar no Colégio Universitário, sempre observava que existia uma enorme lacuna sobre as relações entre o docente e o aluno. Reporto-me muito bem às tratativas feitas com alguns alunos que em sua maioria eram cisheteronormativos, e logo percebia que quando o diálogo era comigo existia uma certa dúvida, medo e insegurança em compreender a minha orientação sexual.

Há muito tempo, pude compreender que este processo sobre a diversidade sexual se faz de maneira extremamente necessária, porém a ausência deste conhecimento me levava a inúmeros questionamentos, um deles foi o quanto a educação e a sensibilização são fundamentais para combater essas consequências de preconceito, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Consequentemente, surgiu uma inquietação sobre essa problemática, a qual me deixava extremamente reflexivo quando percebia que as situações de preconceitos e ausência de tratativas para as relações entre alunos e professores pudessem ser mais igualitárias. Pude compreender isso e sempre observava algumas questões que iam muito além da sala de aula.

Assim, o significado da escola era algo de extrema importância, pois era sabido que somente ali, poderia me ressignificar enquanto sujeito em uma sociedade complementarmente preconceituosa. Na maioria das vezes, minhas indagações eram tidas como algo que me afrontava e isso me direcionava como

aquele aluno problemático, simplesmente pelos motivos de ser gay, mas para eles, eu era “diferente”.

Minha família não tinha uma estrutura de conhecimento que os fizesse compreender meu comportamento, principalmente meu pai e minha mãe, entretanto, estes sempre diziam que somente o estudo poderia me oportunizar mudanças positivas na vida. Nesse tempo, não existia movimento a favor da luta contra a homofobia, e isso, tornou-se um ponto crucial na minha percepção para com essa ausência dos meus docentes durante o período escolar. Assim, pude concluir meu Ensino Médio na mesma escola, e durante todo esse processo de vida escolar sempre ficou essa dúvida sobre por quais motivos muitos docentes não tinham “afinidade” sobre como saber lidar com as questões voltadas à diversidade sexual.

Na minha saída do Ensino Fundamental para o Ensino Médio no ano de 2002, continuei observando essas questões, porém com um olhar mais crítico e um posicionamento mais firme perante as situações cotidianas que sempre estavam presentes. Ao concluir o Ensino Médio, tive a oportunidade de adentrar a faculdade, nesse tempo, iniciei em 2005 o curso de Pedagogia e logo após, percebi a necessidade de cursar Psicologia na Universidade Federal do Maranhão — UFMA, onde pude finalmente compreender, por meio do viés da Psicologia, respostas para inúmeros comportamentos aos quais presenciei com muita frequência, pelas quais era a forma que utilizavam para lidar com o meu comportamento. Como também, observei os “olhares”, “comentários”, “apelidos” e muitos outros aspectos que sempre se faziam presentes no decorrer do processo escolar.

Hoje, enquanto profissional que atua na área da saúde mental, compreendo o quanto é importante ter essa estrutura no processo de formação docente e suas relações na escola, tanto com alunes, como também com outros docentes. A formação de docentes para a diversidade sexual é um tema extremamente relevante e necessário atualmente. Logo, é fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade sexual e identidades de gênero em sala de aula.

Nesse contexto, a formação em Psicologia possibilitou-me um olhar mais crítico sobre a formação de docentes, a qual forneceu conhecimentos e habilidades necessárias para entender e compreender melhor o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunes. Entendo que, se a formação de docentes obtiver uma

base em princípios psicológicos, isso ajudará a promover práticas educacionais eficazes e inclusivas, sobretudo a criar um ambiente de aprendizagem positiva.

A psicologia me permitiu compreender a importância da diversidade sexual, a qual me proporcionou um melhor entendimento das experiências, desafios e necessidades da comunidade LGBTQIAPN+¹, e com isso, tentar oferecer suporte para lidar com questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Hoje tenho uma visão mais técnica do quanto a psicologia me ajudou a reforçar essa luta de combater o preconceito e a discriminação, promovendo a aceitação e a igualdade para todas as orientações sexuais e identidades de gênero.

Ela também me habilitou para assim trabalhar de forma mais direcionada às questões e diálogos para desafiar estereótipos e normas sociais que podem limitar a liberdade e o bem-estar das pessoas LGBTQIAPN+. Além disso, ela capacitou-me com suporte emocional e terapêutico para pessoas LGBTQIAPN+ que enfrentam desafios relacionados à identidade sexual ou de gênero também no contexto educacional, coisa que no meu tempo de escola não era possível, incluindo assim questões como aceitação pessoal, lidar com o estigma, enfrentar a discriminação, gerenciar a ansiedade e a depressão, além de ajudar na construção de relacionamentos saudáveis.

Assim, mediante todo esse cenário histórico por mim vivido, percebi a necessidade já na graduação de compreender qual seria a real lacuna existente na formação docente. Isso me levou a iniciar uma pesquisa sobre o processo de formação docente para o manejo com alunes que vivem no contexto da diversidade sexual, surgindo dessa forma, o interesse de participar de inúmeros cursos e seminários que abordam tal tema, e que principalmente discutiam sobre a formação docente. E no âmbito do Mestrado Profissional, optamos por realizar uma pesquisa sobre a **diversidade sexual**, no Ensino Médio.

A expressão diversidade sexual vem sendo utilizada de maneira ampla, em diferentes áreas, como movimentos sociais, políticas públicas e educação. Embora se considere que a diversidade sexual deva ser abordada com outros olhares na escola, mais positivo, as situações do cotidiano não deixam de ser potencializadoras em várias dimensões, dentre elas, a formativa, pois as experiências dos sujeitos

¹ O termo LGBTQIAPN+ é utilizado aqui como um termo político, reconhecendo sua função de visibilizar e abarcar a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Seu uso enfatiza não apenas a representatividade, mas também a luta por direitos e reconhecimento das múltiplas vivências dentro da comunidade.

podem mobilizar sentimentos, reflexões, determinando novos entendimentos sobre a sexualidade.

A educação na perspectiva da diversidade sexual tem proporcionado inúmeras discussões, nas quais se pode inferir desde a formação inadequada de profissionais que trabalham com educação, quanto a ausência de planejamento para as iniciativas de inclusão e diversidade. Apesar do poder público investir em políticas contra a segregação e exclusão, ainda predomina principalmente no ambiente escolar e na sociedade, um padrão que não abarca essa diversidade sexual, mesmo sabendo que essas pessoas têm os seus direitos estabelecidos e regidos pela Constituição Federal Brasileira.

Entretanto, a Constituição Federal Brasileira, em seu **artigo 5º**, caput, assegura o direito à igualdade e proíbe qualquer tipo de discriminação, conferindo a todos os cidadãos a garantia de igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Complementando, o **artigo 3º, inciso IV** estabelece a necessidade de punir qualquer ação que viole os direitos e liberdades fundamentais (Brasil, 1988). Dessa forma, a Constituição brasileira legitima o direito ao livre exercício da sexualidade, conferindo proteção jurídica às pessoas contra práticas discriminatórias, especialmente no que tange à orientação sexual e identidade de gênero.

Este fundamento constitucional oferece uma base legal sólida para combater a homofobia e promover a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. No entanto, a aplicação efetiva dessas garantias ainda enfrenta desafios, especialmente no ambiente escolar, onde a homofobia ainda persiste significativamente.

Percebe-se cada vez mais a ausência de sensibilidade em relação à percepção da diversidade sexual nas escolas, resultando na marginalização desse tema, frequentemente tratado como uma questão secundária. Isso reflete a persistente invisibilidade enfrentada pelas minorias sexuais no ambiente educacional, onde as discussões sobre sexualidade são geralmente relegadas a um plano inferior. Historicamente, a abordagem desses temas nas instituições de ensino varia conforme o contexto social e o momento histórico, sendo frequentemente influenciada pelo problema social em determinado período.

A discriminação e o preconceito são fatos corriqueiros que ocorrem nas instituições escolares há bastante tempo. Mesmo com a chegada do século XXI e

todos os avanços que aconteceram até aqui, mantém-se vivo nas escolas uma realidade dura de diversas formas de desvalorização humana.

Esta intolerância cotidiana, amplamente presente em diferentes espaços, reforça e alimenta os princípios da homofobia. Tal comportamento cria um ambiente de medo, aversão e desprezo em relação às expressões afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo (homoafetivas). Essa hostilidade não apenas consolida o preconceito, mas também limita a liberdade e o direito das pessoas LGBTQIAPN+ de expressarem sua sexualidade de maneira plena e segura.

A presente investigação se fundamenta também nas experiências profissionais do pesquisador, o qual atuou e atua em projetos de combate a homofobia, assim como toda e qualquer forma de preconceito relacionados às questões da sexualidade, que compreende que a proposta deste estudo se apresenta sobretudo pela necessidade de refletir sobre o tema da diversidade sexual nos espaços das escolas brasileiras, por existir uma carência de debates sobre a temática, além do peso relacionado às questões culturais que acabam norteando algumas ações que poderiam ser de cunho pedagógico, se fossem melhor compreendidas e, portanto, melhor percebidas, não somente nos espaços da escola, mas também na sociedade brasileira.

As reflexões apresentadas abordam as atuais tentativas de implementação de propostas sobre diversidade sexual no campo do ensino, somadas às questões da participação da família nestes debates, que se refletem, por sua vez, no âmbito das políticas públicas.

Desta forma, confirma-se a indispensável problematização em torno desta temática no prospecto de melhor envolver alguns dos ambientes em jogo, presentes neste embate ideológico, assim como abordar plausíveis brechas existentes nas formulações de políticas públicas que resultaram nas suas aplicabilidades no âmbito escolar.

Nesta investigação, traz-se para o ambiente acadêmico a contestação sobre fragilidades e probabilidades de uma escola pública, na ampliação de suas técnicas educacionais, em distinguir e proteger a identidade de gênero e a diversidade sexual.

Diante do exposto, a nossa pesquisa será sobre formação continuada acerca da diversidade sexual. Assim, o estudo será realizado no Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN), envolvendo os

docentes e estudantes do ensino médio do 3º ano do turno vespertino. O Colégio Universitário (COLUN/UFMA), em São Luís–MA, apresenta-se como um espaço significativo para investigar como essa formação ocorre e quais práticas são realizadas para contemplar a diversidade sexual, partindo do seguinte problema de pesquisa: quais práticas docentes são realizadas no Colégio Universitário – COLUN/UFMA que contemple a diversidade sexual dos estudantes independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero?

A partir do problema principal, elaboramos outros questionamentos para direcionar nosso olhar durante o processo investigativo.

- Quais conhecimentos os docentes do COLUN apresenta sobre educação para a diversidade sexual?
- Como os docentes do COLUN compreendem a LGBTfobia?
- Quais as demandas e dificuldades apresentadas pelos docentes em relação ao trabalho com a educação para a diversidade sexual?
- Como os alunos compreendem o tema diversidade sexual?
- Como um Caderno de Proposições Pedagógicas para uma educação que contemple a diversidade sexual e de gênero poderá contribuir para a formação continuada e dos docentes do Colégio Universitário (COLUN)?

À luz do exposto, postulamos como objetivo geral desta pesquisa: investigar quais práticas docentes são realizadas no Colégio Universitário – COLUN, que contemple a diversidade sexual dos estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Com base nas questões norteadoras, levantamos os seguintes objetivos específicos: conhecer o que os docentes do COLUN sabem sobre educação para a diversidade sexual; averiguar como os docentes do COLUN compreendem a LGBTfobia; compreender as demandas e as dificuldades apresentadas pelos docentes em relação ao trabalho com a educação para a diversidade sexual; avaliar atividades ou iniciativas que possam ser implementadas para promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso em relação à diversidade gênero e sexualidade na escola; compreender as percepções e vivências dos estudantes em relação à diversidade de gênero e sexualidade na escola, bem como construir um Caderno de Proposições Pedagógicas para uma educação que contemple a diversidade sexual

para contribuir com a Coordenação Pedagógica na orientação e formação continuada e de docentes do Colégio Universitário (COLUN).

A pesquisa visa não apenas mapear as práticas já existentes, mas também propor intervenções e ferramentas que auxiliem na construção de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. O desenvolvimento de um **Caderno de Proposições Pedagógicas** foi uma das metas deste trabalho, com o intuito de oferecer subsídios práticos para que os docentes e a coordenação pedagógica do COLUN lidem de forma mais assertiva com questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero.

Para servir de fundamento e subsidiar nosso estudo sobre diversidade sexual, apoiamo-nos nos autores citados abaixo:

- Guacira Lopes Louro a qual é educadora e pesquisadora brasileira. Louro é referência nos estudos de gênero e sexualidade na educação. Seus livros, como "Gênero, Sexualidade e Educação" (2001) e "Pedagogias da Sexualidade" (2001), discutem a importância de abordar a diversidade sexual nas práticas educacionais.

Ademais, o presente estudo é fundamentado no pensamento de:

- Berenice Bento, a qual é antropóloga e ativista. Bento tem se dedicado aos estudos de gênero, sexualidade e diversidade sexual. Seu livro "A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual" (2006) discute as vivências de pessoas trans e a importância de abordar a diversidade sexual na educação.

Considerando a relevância científica, social e educativa da pesquisa para o desenvolvimento da prática do professor em relação a essa temática abordada, espera-se com esse estudo contribuir para o processo de formação dos alunes, destacando-se aqui a figura do professor, como mediador do processo, que tem como base de sustentação a família, auxiliando-o em uma possível superação dos paradigmas antigos, e, incentivando-o a criar caminhos para um fazer educativo dinâmico. A formação contínua de docentes, permite ao professor desenvolver competências que possibilitem lidar com a diversidade sexual. Vale pontuar que essa prática torna-se prioridade no caminho para a promoção de uma educação inclusiva e cidadã. Este trabalho espera contribuir para a transformação das práticas

educacionais, promovendo um ambiente escolar mais justo e inclusivo, onde todas as formas de identidade e expressão sexual sejam respeitadas e valorizadas.

Para melhor apresentação dos resultados da pesquisa, este estudo fora organizado em seções. Assim sendo, primeiro apresentou-se o tema, a origem e o interesse da pesquisa, bem como os objetivos e questionamentos atrelados ao estudo. Na segunda seção, tem-se o levantamento bibliográfico de pesquisas que abordam sobre as Relações Sociais e Sexuais a partir do Gênero e as concepções históricas e sociais desses conceitos.

Após esta, abordou-se sobre a importância da formação, os saberes e as práticas docentes como elementos fundamentais para a discussão crítica da diversidade sexual no ambiente escolar e uma análise das políticas públicas que estudem a educação e a diversidade sexual. Na quinta seção, fora apresentado o caminho percorrido dentro deste processo, delineou-se a metodologia escolhida e os resultados que apontam os dilemas e as concepções que rodeiam e iluminam respectivamente o processo da formação docente para a diversidade sexual, além de apresentar o produto educacional “Cadernos de Preposições Pedagógicas”.

Esta pesquisa apresenta-se como um marco relevante para o campo científico e acadêmico, especialmente em um momento em que o debate sobre inclusão e diversidade nas escolas se torna cada vez mais urgente e necessário. Sua importância reside não apenas no impacto imediato para a melhoria das práticas educacionais no contexto analisado, mas também na geração de conhecimentos que servirão como base para pesquisas futuras. Ao oferecer subsídios teóricos e práticos que promovem a valorização das diversas formas de identidade e expressão sexual, a pesquisa reforça o compromisso com uma educação inclusiva e cidadã. Além disso, destaca-se como um alicerce para reflexões e ações no campo da formação docente e na elaboração de políticas educacionais que promovam o respeito às diferenças. Dessa forma, espera-se que este trabalho sirva como referência para estudiosos e educadores que buscam transformar o ambiente escolar em um espaço mais justo, acolhedor e comprometido com a igualdade e a diversidade.

2. AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E SOCIEDADE

A presente seção busca contextualizar concepções históricas, sociais e biológicas sobre os conceitos de gênero e sexualidade, sendo defendida a

abordagem social desses conceitos. Essa apresentação se faz importante para desmitificar algumas considerações encontradas cotidianamente na sociedade e para distinguir estereótipos de conceitos.

É comum, em diversos contextos ser necessário preencher um questionário, onde contém o seguinte questionamento: Qual o seu gênero? E como alternativas comuns, são apresentados o pronome masculino e o feminino. Uma estratégia lógica extremamente tradicional que funciona como uma divisão que atravessa milhões de anos dentro de nossa existência e que se define em dividir os dois em seres opostos: masculino x feminino, macho x fêmea ou homem x mulher (Arruzza, 2015).

Sob esse ponto de vista, o ser humano nasce dotado de determinadas características biológicas que os enquadram como um indivíduo do sexo masculino ou feminino. O sexo é definido biologicamente tomando como base a genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais se nasce (Cunha, 2014).

Assim, alguns pontos relevantes sobre a existência e considerações acerca das relações sociais e sexuais foram considerados tradicionalmente mediante fatores históricos relacionados à criação, como afirma Cunha (2014).

Embora a definição do que é ser “homem” ou “mulher” tenha surgido a partir de uma divisão biológica, a experiência humana nos mostra que um indivíduo pode ter outras identidades que refletem diferentes representações de gênero (como os transexuais e transgêneros) e que não se encaixam nas categorias padrões (Cunha, 2014, p. 01).

Alguns acontecimentos ao longo da história mudaram a forma de pensar e de agir de algumas pessoas com relação a essa abordagem. No ano de 1949, a filósofa francesa, Simone de Beauvoir, afirmou em seu célebre livro, *O Segundo Sexo*, que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher em um processo que se chama vida. Com essa afirmação ela contraria os pensamentos deterministas que definia a biologia como determinante para explicar a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros (Arruzza, 2015).

Em outras palavras, buscando uma maneira mais clara e objetiva de explicar esse pensamento filosófico, o ser humano “mulher”, é um ser construído através das relações culturais e sociais e não biologicamente retratado pelo gênero.

Para Cunha (2014, p. 02):

Para tornar-se homem ou mulher é preciso submeter-se a um processo que chamamos de socialização de gênero, baseado nas expectativas que a cultura de uma sociedade tem em relação a cada sexo. Assim, ao nascer, uma pessoa deve ter uma determinada conduta e seguir normas e comportamentos “aceitáveis” de acordo com seu gênero.

Em um passado não muito distante, as mulheres não podiam trabalhar, estudar, votar, exerciam apenas o papel de mulher, sendo esse papel o de comandar a maternidade, constituindo assim as obrigações do lar. Por sua vez, os homens estavam presos aos seus papéis de provedores do lar, definindo assim a sua masculinidade. Conseqüentemente, as relações sociais até hoje agem definindo fortemente os conceitos de gêneros sociais e sexuais.

Nesse sentido, Cunha (2014, p. 03) explica que:

Hoje ainda vivemos padrões de papéis femininos e masculinos diariamente. Se um bebê nasce menino, ganha presentes associados à cor azul. Se menina, rosa. Carrinhos para meninos, bonecas para meninas. Se o gênero constrói uma identidade do feminino e do masculino, ele pode prender homens e mulheres em papéis rígidos.

Por sua vez, esse debate permite reflexões importantes sobre a influência do meio sobre o gênero que se encontram cada vez mais presentes nos discursos sociais. Assim, o gênero não pode ser definido pelos critérios tradicionais que estão sendo pautados ao longo dos anos, mas, precisamente, como algo definido pelo próprio ser humano, ou seja, um ato intencional definido ao longo dos anos. O gênero não pode ser definido como algo fixo, mas como algo que pode variar, apresentando diversas características (Arruzza, 2015).

Ainda que a compreensão do conceito de gênero seja uma questão nova ou distante para a maioria da sociedade, pensar sobre gênero também é pensar sobre liberdade e cidadania. No mundo atual, onde pessoas se expressam de forma tão diversa e plural, o respeito à singularidade e a tolerância de cada indivíduo torna-se um fator de extrema importância. Olhar para um mundo com mais respeito à diversidade dos gêneros é entender que o outro, independentemente de sua orientação, é alguém que merece respeito e direitos políticos, sociais e econômicos (Cunha, 2014).

Em meio a esses debates, é importante conceituar gênero para que as definições sejam analisadas coerentemente e assim aplicadas de forma concisa ao contexto por ele próprio estabelecido. De acordo com Alves e Pitanguy (1985), o conceito de gênero é definido como uma construção sociocultural, que atribui ao homem e a mulher papéis diferentes na sociedade, esses papéis sociais possui relação direta com os costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, bem como, a maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo.

Judith Butler, que em "Gender Trouble" (1990) discute como o gênero é uma

performance social e não uma expressão de um "eu" essencial. Butler (1990) afirma que o gênero é uma construção cultural, representando mais do que uma simples expressão de um sexo determinado biologicamente. Dessa forma, ela propõe que as identidades de gênero são moldadas por normas e práticas sociais, em vez de serem naturalizadas.

Algumas dessas definições sobre o conceito de gênero demonstram que desde tempos remotos a sociedade criou rótulos que definiam e atribuíam tarefas e afazeres aos seres humanos conforme o sexo. Desde pequena, a menina é incentivada as atividades próprias de meninas, como brincar de casinha, no qual remetia aos cuidados com o lar, a brincadeira de boneca que relacionava com a maternidade. E assim, igualmente para os meninos que desde muito cedo já eram incentivados a brincadeira que exigiam deles a força definindo assim como dito anteriormente a sua masculinidade (Moutinho, 2014).

A sociedade impõe claramente todo esse processo. Mesmo com avanços sociais notáveis, a influência social persiste fortemente nas questões de gênero, uma forma significativa de discriminação ainda presente no meio social. Assim sendo, "Gênero" é descrito como um aspecto fundamental das relações sociais que se baseiam nas percepções das diferenças entre os sexos e como uma maneira crucial de dar sentido às dinâmicas de poder (Scott, 1990).

Os estudos e as discussões se ampliaram nas últimas décadas no campo da ciência, educação, camadas sociais, políticas e religiosas. Guacira Louro (2013) afirma que, ao longo da história, tanto no senso comum quanto na linguagem científica, a compreensão da distinção biológica, isto é, a diferença sexual, sempre serviu para justificar a desigualdade social como algo natural. Dessa forma, as características físicas expressas em nossos corpos, seriam vistas como definidoras de nossa condição de mulher ou homem, criando a base para relações sociais pautadas em desigualdades, as quais são construídas e naturalizadas. Louro ressalta que essas construções sociais se tornam invisíveis, sendo aceitas como naturais e imutáveis.

Historicamente, gênero e sexualidade foram vistos como categorias fixas, determinadas biologicamente. Contudo, as investigações contemporâneas mostram que essas categorias são, na verdade, construções sociais moldadas por contextos históricos, culturais e políticos. Como afirma Guacira Louro (1997), gênero e sexualidade não são dados naturais, mas sim produções sociais e culturais

continuamente reconfiguradas e reinterpretadas ao longo do tempo.

Guacira Louro (1997) afirma que os papéis de gênero são atribuídos a partir de uma lógica que limita e define os sujeitos com base em expectativas sociais e culturais, excluindo possibilidades de desenvolvimento pleno e de escolhas livres. Dessa forma, o gênero acaba por funcionar como um filtro que restringe as experiências e oportunidades de cada indivíduo com base em normas impostas socialmente.

Judith Butler, argumenta que o gênero não é uma expressão natural, mas sim uma construção social que é imposta e performada. Em sua obra "Gender Trouble" (1990), sugere que o gênero é algo que se faz, e não algo que se é. Isso significa que as normas de gênero são frequentemente aplicadas independentemente da vontade individual, influenciadas por fatores como a cultura, a sociedade e até mesmo características físicas. Portanto, a ideia de que o gênero é definido pela sociedade reflete a complexidade das interações entre identidade, poder e a capacidade de cada indivíduo de desenvolver seu próprio caráter, que pode incluir aspectos como a força física.

No Brasil, a expressão "gênero" ficou conhecida a partir da publicação do artigo da historiadora Joan Scott, autora renomada nessa temática. O artigo intitulado "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" em 1990 na Revista Educação e Realidade.

Segundo a autora a palavra Gênero:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é o primeiro modo de dar significado a relação de poder (Scott, 1990, p. 86).

A referida autora discute a importância do gênero nas relações sociais, destacando que ele é uma construção social e não está determinado pela natureza. O gênero varia consoante a cultura, história e contexto social, sendo modificado ao longo do tempo. A categoria de gênero surgiu do feminismo para analisar a subordinação das mulheres, mas também abriu espaço para discutir as masculinidades. Assim, tanto mulheres quanto homens são moldados pelo gênero e sua compreensão é fundamental para transformar as relações sociais (Bueno; Estacheski; Crema, 2016).

Importa citar nesse estudo, que as autoras referenciadas acima afirmam que o gênero faz parte das relações sociais, assim como qualquer outra categoria tão importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Não sendo o único motivo para explicar o sentido das relações sociais, mas, de forma alguma, pode ser ignorado dentro desse contexto.

A compreensão contemporânea de gênero e sexualidade inclui a aceitação da diversidade, reconhecendo que as experiências humanas são variadas e não podem ser reduzidas a categorias binárias. Berenice Bento, em “A Reinvenção do Corpo” (2008), discute as experiências de pessoas trans e como essas identidades desafiam as normas tradicionais de gênero. Para Bento (2008), as identidades de gênero são moldadas por um sistema social que hierarquiza os corpos, sendo fundamental desafiar essas normas para abrir espaço para uma variedade de experiências onde "O gênero é um sistema que não apenas classifica as pessoas em masculinas e femininas, mas que produz relações de poder, sendo a masculinidade associada à dominação e o feminino à submissão" (Bento, 2008, p. 18).

2.1 O Sexo e a Identidade de Gênero

Sexo e Identidade de gênero são temas muito debatidos atualmente. Portanto, ainda é muito comum que as pessoas se confundam com seus significados. Portanto, vale lembrar que por mais que os conceitos de Sexo Biológico, Identidade de Gênero e Identidade Afetivo-sexual se assemelhem e se conversem, eles não possuem significados idênticos (Meglhioratti; Souza, 2017).

A relação entre **sexo** e **identidade de gênero** é uma questão central nos estudos sobre gênero e sexualidade. Tradicionalmente, o sexo é entendido como uma categoria biológica, referindo-se a características físicas e fisiológicas que distinguem homens e mulheres. Em contraste, a identidade de gênero diz respeito à percepção individual de ser homem, mulher, ou outra identidade de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento.

Butler em sua obra “Problemas de Gênero” (2003, p. 24) traz uma crítica a essa divisão sexo/gênero, a autora afirma que:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.

A partir de Butler, pode-se compreender que o sexo não é um construto biológico, mas também como o gênero se constrói na cultura, tanto sexo como gênero são inscritos culturalmente no discurso, não sendo o sexo neutro e o gênero sua inscrição cultural. Esse giro que a autora faz, saindo do determinismo biológico de sexo para a defesa de que este construto também é originado no discurso, aponta outros caminhos para as definições de identidade de gênero, pois também é uma crítica ao determinismo cultural do construto gênero. Corroborando com Butler (2003), Firmino; Porchat (2017) questionam: “Se a biologia não é destino, a cultura seria?”. Nesse sentido, compreende-se que para Butler (2003), o sexo é gênero desde o início, e o início é a própria prática discursiva.

Posto isso, ao falarmos de diversidade de gênero evidenciamos que existem mais do que dois gêneros (homem e mulher, masculinidade e feminilidade). Assim, a sociedade, por norma, trabalha para que todas as pessoas tenham apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo biológico, e que essa seja pura e tida como normal e natural. Mas, apesar disso, muitas pessoas quebram esse binarismo de gênero. Ou seja, essa dicotomia não contempla uma série de pessoas, inclusive pessoas que se identificam como heterossexuais. Por exemplo, um homem heterossexual mais afeminado muito provavelmente irá sofrer algum tipo de preconceito porque ele não está sendo um “homem de verdade”. Para isso, ele precisa ser másculo ou até bruto, ou violento. No entanto, muitas pessoas borram a dicotomia de gênero, mas algumas delas fazem isso com mais intensidade (Colling, 2018).

Logo, entendemos identidade por ser “[...] uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2014. p.12). Evidenciando assim, que além de buscar moldar gêneros, as condições sociais, interferem também nas construções identitárias dos corpos.

Gonçalves; Gonçalves (2021), apresenta outro conceito de expressiva significância do atual levantamento, o de identidade de gênero, estes autores compreendem como “as possibilidades dos seres humanos de reconhecerem a si como pertinentes, ou não, de determinado gênero ou de possuírem características femininas ou masculinas, sem que deixem de pertencer ao que se constitui por homem ou mulher” (Gonçalves; Gonçalves, 2021, p.2).

É importante também, neste momento, entender que os corpos podem ser modificados enquanto suas origens biológicas e que as definições de gênero agora compreendam além do binarismo homem e mulher, também compreendendo corpos transgêneros. E quando buscamos “[...] falar de gênero não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino” (Piscitelli, 2009. p.145). Para Piscitelli (2009), é necessário incluir todas as categorias que as pessoas se identificam.

E neste sentido, “[...] reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Louro, 2000. p.9), trata-se de reconhecer a si como pertinente a definição do papel de homem ou de mulher, de cis ou transgênero. Pois concordamos aqui que “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, por processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Hall, 2014. p.24). Ou seja, formamo-nos e nos identificamos por quem somos ao longo de nosso desenvolvimento, considerando que nos identificamos com determinado gênero, constituímos por nossas identidades de gênero e nos relacionamos em questões afetivas através de nossas sexualidades.

Almeida (2015) afirma que a categorização do sexo em masculino e feminino está profundamente enraizada em características biológicas, incluindo a estrutura cromossômica e as características hormonais, que são frequentemente utilizadas para justificar a divisão social entre os gêneros. O sexo é frequentemente classificado em termos de masculino e feminino, com base em características biológicas como cromossomos, hormônios e órgãos reprodutivos.

No entanto, essa categorização não é tão simples quanto parece. Existem variações intersexuais, condições em que uma pessoa apresenta características biológicas que não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino. A médica Anne Fausto-Sterling (2000), argumenta que a biologia do sexo é mais complexa do que a dicotomia sugere, introduzindo a ideia de que o sexo deve ser visto em um espectro. A autora cita que "O sexo é um espectro, e não uma dicotomia simples de masculino e feminino. Existem muitas combinações de características biológicas que desafiam essa visão binária" (Fausto-Sterling, 2000, p. 20).

As pessoas intersexuais, frequentemente rotuladas como hermafroditas, são vistas como aberrações na sociedade, resultando em estigmatização e

marginalização. Essa visão decorre da incapacidade das normas binárias de acomodar suas variações biológicas. Segundo Anne Fausto-Sterling (2015) em *Sexing the Body*, as pessoas intersexuais são frequentemente percebidas como anomalias, o que leva a uma série de experiências de discriminação e exclusão, uma vez que desafiam as categorizações tradicionais de masculino e feminino.

Assim sendo, trazendo uma visão sobre as pessoas intersexuais, é possível afirmar que a mudança se caracteriza pela indeterminação do sexo biológico, se pensado no binarismo “macho” e “fêmea”. Isto é, a intersexualidade pode se manifestar de formas distintas, apresenta condições intermediárias entre os dois sexos, o aparelho genital não condiz com nenhum tipo de cromossomo.

As discussões atuais, constantemente, apontam falta de conhecimento sobre identidade sexual, orientação sexual e gênero, discussões essas que continuam exaltadas dando um caráter indefinido para o conceito de gênero. “A partir da conceituação da sexualidade e do reconhecimento de sua importância no desenvolvimento global, serão apontados as possibilidades e os limites da atuação nesse campo para os educadores” (Brasil, 1999, p. 12).

Segundo Bento (2016) A discussão sobre identidade de gênero deve considerar as interseccionalidades que influenciam a experiência de indivíduos, incluindo raça, classe e orientação sexual, uma vez que essas dimensões se inter-relacionam e afetam as vivências de cada um.

De acordo com Louro (2016), por sua vez, a orientação sexual, e não opção sexual, como conhecido por alguns, refere-se à inclinação da pessoa no sentido afetivo, amoroso e sexual. Isto é, ela se sente atraída por qual gênero/sexo? Abaixo segue algumas orientações sexuais para melhor compreensão sobre esse termo:

A orientação sexual refere-se à inclinação afetiva, amorosa e sexual de uma pessoa em relação a outros gêneros ou sexos. Ela diz respeito a quem a pessoa se sente atraída, e não deve ser confundida com "opção sexual", um termo que sugere que a orientação é uma escolha consciente. Essa distinção é fundamental para compreender a complexidade da sexualidade humana. A orientação sexual é uma característica intrínseca do indivíduo, que não pode ser alterada por escolha ou vontade, mas que se manifesta em suas atrações e relações afetivas (Bento, 2017).

As orientações sexuais podem incluir:

- **Heterossexualidade:** atração por indivíduos do gênero oposto;

- **Homossexualidade:** atração por indivíduos do mesmo gênero;
- **Bissexualidade:** atração por indivíduos de mais de um gênero;
- **Pansexualidade²:** atração por indivíduos independentemente de seu gênero;
- **Assexualidade:** ausência ou pouca atração sexual por outros, embora a pessoa possa ter atração romântica.

Segundo Bento (2016), a orientação sexual não deve ser vista como uma escolha, mas como uma expressão da diversidade humana que deve ser respeitada e compreendida. Assim, a orientação sexual é uma parte fundamental da identidade humana, refletindo as diversas maneiras como as pessoas experimentam e expressam suas atrações afetivas e sexuais. Compreender que a orientação sexual não é uma escolha, mas uma característica intrínseca, é essencial para promover a aceitação e a inclusão em uma sociedade diversa.

É importante reconhecer a pluralidade das orientações sexuais e o impacto que a aceitação social pode ter na saúde mental e bem-estar dos indivíduos. A estigmatização e a discriminação ainda enfrentadas por pessoas de diversas orientações sexuais evidenciam a necessidade de educação e conscientização sobre a sexualidade humana. "A aceitação das diversas orientações sexuais é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam viver sua sexualidade de maneira plena e sem medo" (Bento, 2016).

Ainda de acordo Bento (2017) a diversidade sexual é uma expressão da rica complexidade das experiências humanas, que vai além das categorias binárias e nos convida a compreender a sexualidade em sua plenitude. A diversidade sexual refere-se à variedade de formas que a sexualidade humana pode assumir, incluindo diferentes orientações sexuais (como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade), identidades de gênero (como cisgênero, transgênero, não-binário) e expressões de gênero.

² A bissexualidade é geralmente entendida como a atração por dois ou mais gêneros, não necessariamente de forma igualitária. Já a pansexualidade é definida como a atração por pessoas independentemente do gênero, enfatizando que o gênero não é um fator determinante na atração. Enquanto algumas pessoas bissexuais podem sentir atração de maneira diferenciada por gêneros distintos, pessoas pansexuais tendem a se identificar com uma atração mais fluida, que não considera o gênero como um critério.

A identidade de gênero diz respeito à percepção interna que uma pessoa tem de seu próprio gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Essa identidade é influenciada por fatores sociais, culturais e psicológicos. A identidade de gênero é um componente central da identidade do indivíduo e pode ser entendida como a maneira pela qual a pessoa se vê e se vive em relação às categorias de gênero (Bento, 2016).

Ao longo do tempo, a compreensão das identidades de gênero evoluiu, refletindo a diversidade das experiências humanas, abaixo seguem as principais identidades de gênero, suas características e a importância do reconhecimento dessas identidades na sociedade contemporânea:

- **Cisgênero:** Indivíduos cisgêneros são aqueles cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhes foi atribuído ao nascimento.
- **Transgêneros/Travestis:** Pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo designado ao nascer.
- **Não-binário:** A identidade não-binária abrange aqueles que não se identificam estritamente como masculino ou feminino. Isso pode incluir identidades como gênero fluido, agênero e bigênero.
- **Gênero Fluido:** Indivíduos de gênero fluido têm uma identidade que pode mudar ao longo do tempo, variando entre masculino e feminino ou outras expressões de gênero.
- **Agênero:** A identidade agênera refere-se a pessoas que não se identificam com nenhum gênero. Essa identidade pode ser uma forma de rejeitar a binariedade do gênero.
- **Bigênero:** Indivíduos bigêneros se identificam com dois gêneros, que podem ser masculino e feminino ou outras combinações. A experiência pode ser vivida de maneira simultânea ou alternada.
- **Intersexo:** Embora intersexo não seja uma identidade de gênero, refere-se a pessoas que nascem com características sexuais que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino.

Louro (2012), afirma as identidades de gênero não são fixas, mas sim dinâmicas, e estão em constante negociação dentro das práticas culturais e sociais.

As identidades de gênero são variadas e dinâmicas, refletindo a diversidade da experiência humana. O reconhecimento e a aceitação dessas identidades são cruciais para a promoção da inclusão e da igualdade na sociedade. À medida que a compreensão das identidades de gênero se expande, é fundamental que continuemos a desafiar preconceitos e a construir um mundo mais respeitoso e acolhedor para todas as identidades.

Segundo Bento "As identidades de gênero são constituídas por meio de complexos processos de significação, que envolvem tanto coerções sociais quanto resistências e ressignificações subjetivas." (Bento, 2006, p. 45). As discussões sobre gênero têm se expandido nas últimas décadas, evidenciando que as identidades de gênero não podem ser compreendidas como fixas ou imutáveis. Pelo contrário, diversos autores defendem que essas identidades são construções dinâmicas, moldadas por um processo contínuo de negociação dentro das práticas culturais e sociais. Esta perspectiva contrapõe com uma visão essencialista de gênero, que o concebe como uma categoria biológica e imutável.

A partir das discussões apresentadas por Louro (2012) e Bento (2006), pode-se afirmar que as identidades de gênero são dinâmicas e não fixas. Elas são construídas e ressignificadas constantemente, em resposta às normas sociais e culturais que as moldam, mas também às resistências e novas possibilidades que surgem nas interações cotidianas. Assim, as identidades de gênero são, ao mesmo tempo, condicionadas e libertadoras, refletindo um processo contínuo de negociação dentro das práticas culturais e sociais.

Importa, nesse momento, contextualizar os termos para aprofundar o conhecimento acerca da temática e promover discussões conscientes e objetivas a partir de temas que hoje em dia estão sendo verdadeiramente aplicados na sociedade vigente e ainda assim estabelecidos de forma errônea dificultando assim a vida dos seres humanos que optam por sua própria orientação sexual (Vieira, 2017).

"Os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e identidade afetivo sexual (sexualidades) ainda são facilmente confundidos e, muitas vezes, colocados na mesma caixa" (Meglhioratti; Souza, 2017, p. 02).

Por conseguinte, o conceito de identidade sexual deve ser entendido como um fator socioconstrutivista, isto é, a identidade de cada ser humano é construída através das relações que este estabelece em sua vida. Essa visão de identidade

supera a ideia que nascemos pré-determinados “Masculino/feminino” e que qualquer pensamento que contraria essa ideia não pode ser considerado aceitável (Guimarães; Santos, 2016).

De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos usada nos exemplos mais corriqueiros, como mulher não pode levantar peso ou homem não tem jeito para cuidar de criança (Grossi, 2014).

Embora no decorrer dos últimos anos muitos pontos de vistas avançaram a mulher hoje já consegue estabelecer-se de maneira “quase” linear ao homem. Vários papéis exercidos pelos homens já são observados sendo executados por mulheres. A história registra fatos importantes que demonstram sobre questões que diferenciavam a mulher do homem (Louro, 2013).

No final do século XIX, por exemplo, pensava-se que o desejo sexual era uma característica masculina, onde as mulheres copulavam apenas para as necessidades de reprodução da espécie e da família. Concomitante a isso, segundo Grossi (2010, p.10), “O prazer feminino era percebido como perigoso e patológico, sendo que passividade e frigidez eram consideradas comportamentos femininos “naturais”, portanto ideais.”

Hoje, com as inúmeras contribuições da Psicanálise e dos movimentos de libertação das mulheres diante o desejo e o orgasmo feminino, deixaram de ser vistos como pecaminosos ou “antinaturais”. Portanto, é possível afirmar que os valores associados às práticas sexuais são marcados historicamente (Grossi, 2014, p. 39).

O debate no campo da psicanálise contribui de modo significativo, isso possibilitou explicar as questões que envolvem a sexualidade. O psicanalista Freud formulou hipóteses em que explica que todo ser humano é portador da bissexualidade psíquica, isto é, existe a possibilidade de o indivíduo desejar tanto uma pessoa do mesmo sexo, assim como pode desejar uma pessoa do sexo oposto (Conceição; Auad, 2015).

Esse ponto de vista Freudiano é defendido pela maioria dos psicanalistas que assim como Freud consideravam a homossexualidade como uma perversão, fruto de imaturidade psíquica que pode ou não se transformar em homossexualidade ao longo dos anos após contato com o meio social (Conceição; Auad, 2015).

Todo esse debate demonstra a força da cultura social sobre as pessoas, essas questões sociais já atravessam milhares de anos, embora essas adequações de cores, que definem azul para menino e rosa para menina, ainda sejam motivo de polêmica. O fato é que dentro das escolas existem pessoas com identidades diferentes, e esses indivíduos precisam ter os seus direitos respeitados (Seffner, 2016).

Assim é possível desviar esse discurso e dizer que esse tema vem crescendo também no meio educativo, afinal, muito se tem discutido sobre essa temática nas instituições escolares. O que se deve levar em conta é que a escola não pode ser considerada um espaço artificial onde são evitadas discussões sobre a realidade vivida dentro de suas salas e fora dela por seus alunos (Guimarães; Santos, 2016).

É importante lembrar que para além de intervenções mais explícitas, há situações sutis, nas quais a escola silencia sobre o tema ou lida com a diversidade sexual pela ótica de "problema a ser enfrentado" (Seffner, 2016, p. 02). Nesse contexto, Grossi (2014) ressalta que a escola não pode negar seu papel de transformadora do ser humano, não se deve omitir no papel de transformar o ser humano em um sujeito ativo em suas decisões.

Assim, ele explica que não se nega uma escola em que os estudantes possam trazer conhecimentos aprendidos em casa e dialogar com aqueles dos currículos escolares. Em verdade, essa parece ser a intenção daqueles que pretendem fugir do debate, ao fomentar um novo formato de censura, em que tudo que extrapola o senso comum é tido como doutrinação ou ideológico (Grossi, 2014).

2. 2 A escola molda as diferenças de gênero

Ao trazermos para a escola a discussão sobre gênero e sexualidade, enfrentamos as normas culturais e sociais que regulam os comportamentos e expectativas dos indivíduos. Louro (1997), uma das principais autoras brasileiras no campo dos estudos de gênero e educação, argumenta que a escola desempenha um papel crucial na construção das identidades de gênero. Em sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação* (1997), Louro aborda a performatividade de gênero, destacando como a escola pode tanto reforçar as normas de gênero quanto ser um espaço de transformação e questionamento dessas normas.

Louro explora a ideia de que a escola não é apenas um espaço de reprodução das normas sociais, mas também um local onde essas normas podem

ser desafiadas, permitindo que novas formas de identidade e subjetividade emergjam (Louro, 1997). A escola, enquanto instituição social, constitui-se como um espaço vivo e dinâmico, onde diferentes culturas, classes sociais e identidades se encontram e interagem. Nesse ambiente, a comunicação e a troca entre alunes e docentes desempenham um papel crucial na promoção de transformações significativas.

Essas transformações não se limitam ao campo do conhecimento formal, mas abrangem questões de identidade, cultura e poder. "A escola, como instituição social, é um espaço onde as identidades de gênero são moldadas, disciplinadas, mas também renegociadas, principalmente pelas pessoas cujas existências desafiam as normas dominantes." (Bento, 2006, p. 54). Para entender melhor esse contexto, é fundamental refletir criticamente sobre a dinâmica das interações escolares, sempre levando em conta que discutir temas como diversidade de gênero e sexualidade não é o mesmo que incentivar comportamentos, mas sim promover uma reflexão necessária para todos os envolvidos.

Para compreender a escola como um espaço de poder e negociação, a teoria de Michel Foucault é fundamental, a partir da sua obra "Vigiar e Punir" (1975) pode-se compreender a educação formal como parte da vasta rede de poder e conhecimento, em que os corpos são disciplinados e as mentes moldadas a partir de regras e normatividades que delimitam o que é considerado normal ou desviante. Este autor analisa como as instituições sociais, por exemplo, as escolas, operam como dispositivos de controle e normalização, exercendo poder sobre os corpos e as mentes dos indivíduos, nesta obra Foucault argumenta que as instituições educacionais desempenham um papel central na produção de sujeitos disciplinados e conformados às normas sociais dominantes.

Ao tratar de temas como gênero, sexualidade e diversidade cultural, a escola pode tanto reforçar as normas sociais quanto abrir espaço para a contestação e ressignificação dessas normas. Almeida (2015) nos lembra que o poder não é estático, mas circula, sendo constantemente negociado e resistido nas interações sociais. Assim, discutir gênero e sexualidade na escola é uma forma de desafiar as relações de poder e normalização que operam nesse espaço.

A escola constitui-se em espaço vivo, composto por alunes de várias culturas e classes sociais, em que a comunicação e interação promovem transformações importantes que necessitam ser respeitadas e, acima de tudo,

discutidas por todos os envolvidos. Ou seja, é preciso ter em mente que discutir sobre esse assunto não é o mesmo que incentivar. E essas questões merecem uma abordagem crítica e reflexiva (Brasil, 1999, p. 09).

Se não lançarmos mão de nossas competências pedagógicas e didáticas para lidar com este tema, continuaremos legitimando o preconceito, a discriminação, as hierarquias de gênero e a violência homofóbica nas escolas (Seffner, 2016, p. 02). Para assim confirmar essa ideia, a teoria de Grossi (2014, p. 67) é necessária quando afirma que:

A defesa por um modelo de educação baseado na convivência e na pluralidade não implica a imposição de padrões de vida a crianças e adolescentes, tampouco violam direitos fundamentais desses sujeitos. Ao contrário, tal defesa se inspira exatamente na salvaguarda e na promoção de direitos fundamentais previstos no ordenamento jurídico, tendo em vista direcionar-se à construção de um ambiente escolar, como também extraescolar, fundamentado no respeito e na dignidade de toda e qualquer pessoa humana.

Essas questões que abordam tanto a orientação sexual quanto as questões envolvendo a identidade de gênero entraram nos currículos escolares através dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's para justamente haver uma maior informação aos adolescentes dentro das instituições escolares (Louro, 2013).

No entanto, essa temática surge no currículo escolar não como uma disciplina, mas de forma transversal, ou seja, discutidos em diversas áreas. Nesse contexto é importante que o docente tenha sabedoria e discernimento para envolver de forma coerente para que os adolescentes conheçam a si e aos seus próprios limites (Louro, 2013).

Não é apenas em portas de banheiros, muros e paredes que se inscreve a sexualidade no espaço escolar, ela "invade" a escola por meio das atitudes desses alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes, a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela (Brasil, 1999).

É importante considerar que essas informações repassadas aos docentes contribuem não somente ao crescimento pessoal, mas ajuda a prevenir determinadas situações próprias de um adolescente que ainda não possui a maturação cerebral e devido a isso, por vezes, não buscam se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada aumentando as chances de risco de morte ao recorrerem ao aborto ilegal (Brasil, 1999, p. 19).

A informação quando bem direcionada torna-se indispensável na construção do ser humano, a qual pode ser o melhor caminho para suprir as necessidades individuais e sanar com o preconceito que ainda se sobressai dentro das instituições escolares. Desse modo, “É importante ter em mente que as informações precisam estar alinhadas a uma reflexão e a um processo de conhecimento” (Brasil, 1999, p. 13).

Assim, é prudente que a escola, juntamente com a família, a igreja, centros educativos e sociais, por serem lugares de espaços de interação e convivência, possam ter capacidade de discutir e procurar meios de transformar o pensamento preconceituoso.

A educação tipicamente tradicional na qual vivemos separa e cria distinções entre meninos/meninas, rapazes/moças, mediante ações, atividades, formas de se comportar e “ditam regras” baseadas em padrões estabelecidos pela ordem dominante. Com isso, produzindo diferenças entre os sujeitos, no caso, eles/elas.

Cabe aqui a indagação para quem serve essa educação escolar habitual, que separa, classifica, considera como normais e naturais as relações sociais desiguais entre homens e mulheres? No cotidiano escolar, meninas/meninos são vistas de forma diferente. Pois a educação sexista encontra no espaço escolar tradicional um campo fértil para sua reprodução, a partir do cotidiano escolar (Silva, 2017).

Devido à alienação construída sobre a mente humana, a ideologia patriarcal faz-nos acreditar e naturalizar os papéis sociais que devem designar os meninos e as meninas. Essas crenças e ideologias sociais, embora sejam construídas histórica e culturalmente, existe um conformismo e uma descrença de que as coisas atuais possam mudar, fazendo-nos acreditar que as coisas sempre foram assim, e sempre continuarão assim, gerando um conformismo social.

Segundo Silva (2017, p. 14):

Subjugando a capacidade das pessoas de questionar ou não aceitar tal condição imposta, limitando as reais possibilidades dos indivíduos de ter suas liberdades, igualdades de fato exercidas, na construção de um mundo onde não exista dominação, exploração, opressão, mas somente seres humanos com reais direitos, superando as visões estereotipadas dos padrões tidos como normais e aceitáveis, combatendo todas as formas de preconceito existentes.

Nesse pressuposto, em que a sociedade vive uma alienação cognitiva, essa mesma sociedade possui valores morais e comportamentais nos quais influem diretamente nesses fatores que definem os comportamentos dos sujeitos inseridos

no meio. Silva (2017, p. 19) define bem e com exatidão esse discurso que pautamos no momento:

Porém esses mesmos valores e maneiras de vivências, são construídos do ponto de vista da classe dominante, se materializam em forma de preconceito e discriminação, para quem não se reconhece ou segue a ordem patriarcal racista-capitalista e heteronormativa. Devido a naturalização das relações sociais e do próprio sexo biológico, tidas como normal, estabelecendo desta maneira padrões iguais para todos.

A classe dominante na sociedade atual detém o poder de impor seus valores e normas, resultando em preconceito e discriminação, especialmente contra aqueles que adotam uma identidade de gênero diferente da maioria. Isso significa que a sociedade, apesar de professar igualdade para todos, não respeita plenamente a diversidade de identidades de gênero.

A convivência entre homens e mulheres na sociedade inevitavelmente resulta em discriminação mútua, refletindo as relações sociais marcadas pela reprodução de valores depreciativos que são muitas vezes internalizados sem questionamento em nosso dia a dia (Mesquita; Ramos; Santos, 2012).

O fato é que o preconceito está materializado de distintas formas e maneiras e é uma realidade clara nos diversos segmentos da vida de homens e mulheres. Isso porque a opção pelo modo de viver tem causado diversas manifestações de diversas formas de opressão (Silva, 2017).

Portanto, na ausência de um respeito pelas diferenças, é inevitável a ocorrência de piadas ofensivas, discriminação e rejeição, especialmente no ambiente social e escolar, onde meninos e meninas, gays e lésbicas são tratados de maneira distinta de forma explícita. Isso resulta na naturalização do preconceito e da discriminação, promovendo comportamentos e atitudes conservadoras e machistas, impregnados de moralismo e opressão contra mulheres, negros, homossexuais e todas as outras formas de ser e existir no mundo (Silva, 2017).

Assim, os seres humanos em sua magnitude necessitam fazer reflexões críticas efetivas das ações praticadas diariamente, trazendo para dentro de suas reflexões todos os preconceitos executados anteriormente que vem carregados de base ideológica (Louro, 2016).

A escola possui grande contribuição e responsabilidade de transformação ideológica que carrega o ser humano, como se trata de um espaço democrático e formador de opiniões, é possível moldar os pensamentos carregados de preconceitos e mudar a forma de enxergar o outro e também respeitá-lo, seja qual

for sua opção de vida (Louro,2013). O papel da escola na transformação ideológica do ser humano é de extrema importância, pois ela é um dos principais espaços de socialização e desenvolvimento intelectual. Através da educação, a escola não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também molda valores, comportamentos e visões de mundo. Ela influencia a formação crítica dos alunos, promovendo a reflexão sobre questões sociais, culturais, políticas e éticas.

Ao abordar questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola, promovemos uma educação crítica que incentiva tanto alunos, quanto docentes a refletirem sobre as normas sociais e culturais que moldam suas vidas. Segundo Guacira Lopes Louro (1997), "as práticas educativas podem desorganizar os saberes estabelecidos sobre masculinidade, feminilidade, heterossexualidade e outras identidades, questionando a naturalização dessas categorias." Ela destaca o papel da educação em desestabilizar convenções sociais sobre gênero e sexualidade, permitindo o desenvolvimento de uma postura crítica diante das desigualdades.

Louro (1997) afirma que a escola é um espaço onde as performances de gênero são reiteradamente encenadas e onde, também, pode haver espaço para a desconstrução dessas performances, desafiando o que é visto como 'natural' e abrindo caminho para novas formas de existir. A escola, como espaço de comunicação e interação entre diferentes culturas e classes sociais, deve ser um lugar onde as questões de gênero e diversidade sejam tratadas com seriedade e reflexão crítica, e fica claro que nela não é apenas um lugar de transmissão de conhecimento, mas também um espaço onde as normas sociais são desafiadas e renegociadas.

A abordagem crítica de questões de gênero, sexualidade e diversidade é essencial para promover uma educação inclusiva, que respeite e valorize a pluralidade de identidades. Guacira Lopes Louro (1997), destaca que a educação pode ser um espaço privilegiado para desestabilizar verdades naturalizadas sobre masculinidade, feminilidade e sexualidade, enfatizando o papel das escolas em questionar e transformar as normas que reforçam desigualdades e exclusões.

Bento (2014) complementa, afirmando que é na escola que se deve cultivar uma pedagogia da diversidade, onde todas as formas de ser e estar no mundo sejam legitimadas e respeitadas. A reflexão sobre essas temáticas permite que o ambiente escolar se torne mais acolhedor e democrático.

Michel Foucault (1979), também contribui para essa discussão ao analisar como os discursos sobre sexualidade são instrumentos de poder e controle. Ele observa que o controle das identidades sexuais é um mecanismo de regulação social, e, portanto, ao desafiar essas normativas, a educação permite o desenvolvimento de sujeitos autônomos e capazes de resistir às formas de opressão.

Assim, ao incorporar uma abordagem crítica, a escola possibilita não apenas o respeito à diversidade, mas também a formação de indivíduos conscientes de como o poder opera nas normas sociais e culturais, promovendo uma educação mais inclusiva e transformadora. Nesse sentido, destaca-se a importância dos educadores no processo de aprendizagem emancipatória desses indivíduos no que tange proporcionar discussões que fortaleçam discursos de acolhimento e respeito às diversidades. É nesse ponto que a formação continuada se faz pertinente para que a perspectiva da diversidade de gênero e sexual seja discutida de maneira crítica e fundamentada, respeitando as diferentes maneiras de ser e existir.

2.3 A importância dos movimentos sociais na luta LGBTQIAPN+

Ao longo das últimas décadas, a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil conquistou importantes avanços tanto no campo jurídico quanto na mudança de paradigmas sociais. Esses marcos representam a luta contínua por direitos, reconhecimento e dignidade, refletindo a evolução da sociedade em relação à diversidade de gênero e sexualidade. A seguir, apresentamos um quadro com alguns dos principais acontecimentos que marcaram essa trajetória, diferenciando aqueles de caráter lógico, relacionados a mudanças de entendimento e concepção sobre identidades e orientações, e aqueles de caráter legal, que trouxeram garantias formais e jurídicas para a população LGBTQIAPN+.

Marcos Lógicos e Legais das Conquistas LGBTQIAPN+ no Brasil

Ano	Marco	Descrição	Tipo (Lógico ou Legal)
1985	Retirada da Homossexualidade da Classificação de Doenças do CFM	O Conselho Federal de Medicina (CFM) deixou de considerar a	Lógico

		homossexualidade como doença.	
1999	Proibição da 'Cura Gay' pelo CFP	O Conselho Federal de Psicologia (CFP) proibiu tratamentos de reversão da homossexualidade.	Legal
2004	Uso do Nome Social em Documentos Oficiais (Parcial)	Alguns estados começaram a permitir o uso do nome social por pessoas trans em documentos públicos.	Legal
2011	Reconhecimento da União Estável entre Pessoas do Mesmo Sexo	O STF reconheceu a união estável homoafetiva, garantindo os mesmos direitos de casais heterossexuais.	Legal
2013	Resolução do CNJ sobre Casamento Igualitário	O Conselho Nacional de Justiça determinou que cartórios não podem recusar casamento entre pessoas do mesmo sexo.	Legal
2018	Despatologização da Transexualidade pela OMS	A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais.	Lógico

2018	Retificação de Nome e Gênero sem Judicialização	O STF garantiu que pessoas trans podem alterar nome e gênero em documentos sem necessidade de cirurgia ou ação judicial.	Legal
2019	Criminalização da LGBTfobia pelo STF	O STF equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo, tornando-a punível por lei.	Legal
2020	Proibição da Discriminação contra Pessoas LGBTQUIAPN+ em Doação de Sangue	O STF derrubou restrições à doação de sangue por homens gays e bissexuais.	Legal
2022	Direito de Pessoas Não Binárias à Retificação de Nome e Gênero	Alguns estados passaram a permitir a inclusão de identidade não binária em documentos.	Legal
2024	Permissão para Pessoas Trans em Esportes	Decisões começaram a ser tomadas em favor da inclusão de pessoas trans em competições esportivas.	Lógico

As conquistas legais e mudanças de percepção social em relação à comunidade LGBTQUIAPN+ demonstram avanços significativos na luta por igualdade e reconhecimento. No entanto, para que esses direitos se concretizem de forma efetiva na sociedade, é essencial que sejam acompanhados por políticas públicas que promovam a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade desde a base educacional. No próximo tópico, abordaremos as políticas públicas voltadas para educação e diversidade sexual, com foco na formação continuada, refletindo

sobre a importância de um ensino que contemple a pluralidade de identidades e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3. A FORMAÇÃO CONTINUADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL

Esta seção apresenta a discussão em torno da necessidade e da importância da formação continuada e das políticas públicas para os docentes no que diz respeito à educação e diversidade sexual, visto que muitos não tiveram acesso às temáticas como classe, raça, sexo e gênero durante a graduação. Mesmo que hoje esses temas se mostrem como imperativos no cotidiano da sala de aula, a formação acadêmica dos docentes continua tecnicista e generalista. Corroborando com tal afirmação, Leão e Pereira (2017, p. 12) afirmam que:

A formação de docentes-educadores para o trato da diversidade se defronta no sistema escolar e na academia com concepções generalistas, únicas do ser humano, de cidadania, de história e de progresso, de racionalidade, de ciência e de conhecimento, de formação e de docência. Defronta-se com diretrizes curriculares, normas e leis, políticas, processos e tempos de ensino- aprendizagem legitimados em princípios universais.

É pertinente considerar que existem obstáculos e desafios no processo de formação inicial dos docentes, em muitos cursos de Pedagogia e de licenciaturas, os currículos já estão ultrapassados e não abordam a diversidade como desconsiderando a subjetividade dos agentes da comunidade escolar e dos próprios profissionais que estão em formação. Nesse contexto, rememora-se a importância de se ter um currículo vivo, Paulo Freire defende em suas obras que o currículo precisa ser construído a partir das demandas dos grupos trabalhados e com temas significativos e situações problemas atuais. Nada mais atual que discutir sobre e com as diversidades do que é ser humano (Genu, 2018).

Nesse contexto, o cenário das políticas públicas tem como marcos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Estes dispositivos desempenham um papel crucial na promoção da diversidade sexual na formação docente. A diversidade sexual e de gênero são essenciais para a construção de uma sociedade inclusiva, e a educação é um meio poderoso de combater preconceitos.

Dessa forma, para continuar essa discussão, esta seção está organizada em três subtópicos: a formação docente para a diversidade, as políticas públicas nacionais para a educação em diversidade sexual e as políticas públicas do estado do Maranhão para a educação em diversidade sexual.

3.1 A Formação Docente para a Diversidade de gênero e sexual

A capacitação de docentes, tanto na sua fase inicial quanto em cursos de formação contínua, assume uma posição central não apenas para analisar e debater as temáticas pertinentes à diversidade, mas também para conceber e aplicar abordagens que possam abrir novas perspectivas e melhorias no tratamento da diversidade cultural no ambiente escolar. Para Caner e Xavier (2014), o multiculturalismo se situa como uma abordagem em que se faz possível discutir sobre as diferentes diversidades, os autores afirmam que:

Dentro dessa abordagem, a formação continuada de docentes possui um papel relevante, uma vez que preparar docentes para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas, consideradas fatores enriquecedores da cidadania. (Caner; Xavier, 2014,p.642)

Compreende-se que no processo de formação inicial, o futuro professor vai construindo sua identidade profissional e produzindo saberes, nesse caminho este sujeito sofre influências diversas, permitindo uma constante ressignificação do que é ser docente para cada pessoa (Black; Rausch, 2015). É um processo coletivo, vivenciado socialmente que resulta em mudanças individuais. O ser humano é construído por valores culturais e dentro de suas especificidades cada um apresenta o um contexto diferenciado, sendo que essa mistificação cultural se encontra maciçamente inserida dentro das instituições escolares, no qual cabe aos profissionais da educação construir juntamente com seus alunos a sua própria identidade (Bortolini; Vianna, 2022).

Destaca-se que os saberes docentes não provêm apenas da formação inicial e muito menos estacionam nessa fase. A universidade é considerada o início do processo de formação docente, estando esse processo em constante transformação, a qual está presente nas mais variadas formas de experiências humanas. Os autores Black e Rausch (2015) defendem que é justamente durante a formação inicial que os saberes docentes requerem um intenso investimento, contribuindo para preparar o futuro docente, de modo que este consiga começar a atuar na profissão, ampliando gradativamente seu grau de autonomia para lidar com as situações que permeiam a escola de modo geral. Investir na construção e diversificação de saberes na formação inicial não garante o sucesso ao exercer a profissão da docência, mas, proporcionará ao futuro professor um referencial de base que atenda as demandas que a profissão exige.

Os docentes precisam entender que seus conhecimentos não se limitam aos cursos de formação inicial ou continuada. Sua prática depende de sua disposição em enriquecer constantemente sua didática, buscando novos saberes além das práticas tradicionais. É crucial observar e refletir sobre sua prática diariamente, pois é nela que sua identidade profissional se consolida e seus conhecimentos se expandem (Silva; Campos, 2016).

É importante destacar que os saberes que constroem estes profissionais não compreendem apenas o local acadêmico, os saberes docentes, conforme Pimenta (2018), podem ser divididos em três categorias: saberes pedagógicos, a experiência e o conhecimento. A formação continuada para serem fortalecidas e chegarem ao objetivo de construir um saber que abrange a vivência da diversidade, deve partir dessas três categorias.

Nesse mesmo sentido, Nóvoa (2021) defende que a formação docente deve incluir o desenvolvimento de competências sociais que ajudem os educadores a enfrentarem os desafios impostos pelas diferentes realidades dos alunos. A diversidade sexual e de gênero nas escolas exige que os docentes compreendam não apenas os aspectos biológicos e psicológicos, mas também as questões sociais e culturais que envolvem o tema.

Outro autor importante, Maurice Tardif, afirma que os saberes docentes funcionam como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”.(Tardif, 2004, p. 36). A partir desta afirmação, entende-se que a construção dos saberes requer dos docentes um vasto conhecimento de diversas misturas e fatores, ou seja, são saberes plurais, requisito tão importante para a prática docente. Estes saberes apoiam a ação pedagógica, sendo flexíveis e passíveis de reflexão, adaptação e aplicação para atender à diversidade cultural e de gênero na sala de aula.

Não se pode mais admitir uma formação atípica da diversidade, mas algo direcionado e caracterizado na participação efetiva dos docentes, com as desmistificações de ideologias generalizadas, adequação do currículo, discursos e diálogos curando definitivamente práticas de salas de aulas que na maioria das vezes são carregadas de preconceitos (Ribeiro; Monteiro, 2018). Isto posto, Louro (2018), defende que a formação de docentes para a diversidade sexual não deve ser

tratada como um tema marginal, mas sim como uma parte essencial da prática pedagógica.

Dessa forma, a formação contínua de docentes com uma perspectiva multicultural implica em uma verdadeira mudança de atitude, comportamento e percepção em relação à diversidade e à diferença (Caner; Xavier, 2014). Assim sendo, compreende-se o papel da escola em educar para a cidadania, igualdade e expansão dos direitos. É responsabilidade fundamental de uma instituição educacional considerar cuidadosamente como promover genuinamente a inclusão social, garantindo que todos os envolvidos possam desfrutar das diversas oportunidades que a escola tem a oferecer (Teixeira; Magnabosco, 2017).

Para alcançar uma educação que construa cidadãos preocupados com a equidade social, Berenice Bento (2006) destaca que a formação de docentes deve incluir discussões sobre a reinvenção do corpo e das identidades de gênero, especialmente no contexto das vivências transexuais. Para ela, as experiências dessas comunidades devem ser abordadas na educação, não como exceções, mas como parte do tecido social que constitui a diversidade humana. A falta de preparação dos docentes para lidar com essas questões pode levar à perpetuação de estereótipos e preconceitos dentro da sala de aula

Nesse contexto, parte-se de um entendimento crítico das pedagogias da sexualidade, considerando que a escola é um espaço onde as normas de gênero e sexualidade são constantemente reforçadas ou desafiadas. Assim, a inclusão de disciplinas ou módulos que tratem dessas questões de forma direta e profunda é fundamental para que os docentes possam atuar de maneira inclusiva e respeitosa (Louro, 2018).

A inclusão de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade sexual e de gênero, onde também é destacada por Pinto (2015), a implementação de atividades e discussões que permitam aos alunos refletir sobre a construção social das identidades de gênero. Essas práticas devem ser parte integrante do currículo escolar, para desmistificar conceitos errôneos e fomentar o respeito mútuo entre os estudantes.

Além disso, as escolas devem ser espaços de resistência contra qualquer forma de discriminação, conforme defendido por Foucault (2014), que vê o poder como algo difuso e presente em todas as interações sociais. Assim, a formação docente precisa capacitar os docentes a identificarem e combaterem práticas

discriminatórias, promovendo uma educação que respeite a diversidade sexual e de gênero como um direito fundamental.

Destarte, a formação docente para a diversidade de gênero e sexualidade é um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Em suma, é necessário que os docentes sejam capacitados para lidar com a pluralidade de identidades presentes no ambiente escolar, promovendo o respeito e a igualdade entre todos. A formação continuada, aliada a práticas pedagógicas inclusivas e ao apoio de políticas públicas, podem transformar a realidade das escolas e contribuirão para o combate ao preconceito e à discriminação.

3.2 Políticas Públicas Nacionais e educação para a diversidade sexual

As políticas públicas têm um papel crucial na promoção de uma formação docente que aborda de maneira adequada a diversidade de gênero e sexualidade. Segundo Nunes (2021), a implementação de diretrizes claras sobre a educação inclusiva é fundamental para que as escolas brasileiras possam enfrentar os desafios colocados pela diversidade sexual. No entanto, a mera existência de políticas não garante sua efetividade. É necessário que os docentes sejam constantemente incentivados a participar de programas de formação continuada que os ajudem a aplicar essas políticas em sua prática pedagógica.

A diversidade sexual e de gênero são essenciais para a construção de uma sociedade inclusiva, e a educação é um meio poderoso de combater preconceitos, conforme destaca Louro (2000), ao afirmar que a escola é um dos espaços privilegiados onde se constroem e se reproduzem representações sociais sobre sexualidade e gênero. Essa visão é reforçada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) construída em 2017, que, embora não mencione diretamente a diversidade sexual, traz competências que favorecem a valorização da diversidade e o combate a preconceitos. Todavia, pontua-se que foram retirados deste documento os trechos referentes “a equidade, pluralidade, diversidade e formas de preconceito para com as diferenças, as questões da Orientação Sexual e da Identidade de Gênero” (Soares, 2024, p.39).

Para compreender a maneira que a diversidade é tratada, ou muitas vezes, marginalizada nos currículos, se faz necessário rememorar o percurso das políticas públicas para a educação e diversidade no Brasil. Os movimentos sociais no século XX lutaram por espaço para que pudessem discutir e construir tais políticas, porém

somente na redemocratização tiveram um maior espaço dentro do governo para tal debate.

Nesta perspectiva, considera-se a Constituição Federal de 1988 como marco legal para se pensar em diversidade dentro da educação e nos demais espaços institucionais. A constituição traz a diversidade como parte fundamental do que é ser humano, em seu artigo 3º, inciso IV: “a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Esse trecho demonstra a mudança de perspectiva da redemocratização em relação ao período violento da ditadura, onde se defendia uma sociedade unificada pelo controle e criminalizada pela diferença do pensamento homogêneo de uma classe.

Ainda na carta magna, existem dois artigos que se referem à educação e pluralidade, são estes: o 205 e o 206. O primeiro assegura a educação com direito de todos e o segundo elenca a igualdade e a liberdade no acesso, permanência e aprendizado, valorizando o pluralismo de ideia e concepções pedagógicas.

No que se refere à legislação específica da educação, um importante passo no processo de inclusão e garantia do direito de educação para todos foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Essa lei traz nos seus princípios termos como pluralidade, tolerância, liberdade, igualdade, no entanto, não cita a diversidade sexual em nenhum dos seus artigos. As aproximações com o tema se dão a partir da educação em direitos humanos. Somente com os parâmetros curriculares nacionais em 1997, a diversidade sexual comparece como tema transversal à área da educação sexual e gênero.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam também a importância de discutir, na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como as ligadas a Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo ou a outros temas que se mostrem relevantes. (Brasil, 1998).

Nesse documento, existe a seção “orientação sexual” que inicia um debate substancial sobre o tema, todavia fomenta a necessidade de discutir, transmitir informações e problematizar temas ligados à sexualidade.

Corroborando com esta afirmação, Silva *et al.*, (2019, p.2) afirmam que:

Apesar de problemáticas indicadas por diversos pesquisadores, como, por exemplo, o tratamento da sexualidade a partir de uma perspectiva biológica e a abordagem superficial das questões de gênero, o documento oficial corresponde à legitimação da abordagem da diversidade sexual e de gênero na escola.

Outro dispositivo que avança nas discussões sobre educação e diversidade é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2003, atualizado em 2018. Este plano traz o seguinte princípio estruturado pelo Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005. p.12) “exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) [...]”

No eixo que aborda os princípios da educação em direitos humanos para a educação básica, este documento afirma que:

a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação; (Brasil, 2018, p,19)

Ainda nesse eixo, no que se refere a ações programáticas, tende-se

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas (Brasil, 2018. p.12).

Percebe-se uma maior preocupação neste Plano no tocante a desenvolver meios para garantir que a diversidade sexual seja tema presente não só nos currículos, como também nas formações continuadas. Conseqüentemente, em outros eixos como o de sistema de segurança e o do ensino superior, a educação para diversidade também comparece tanto como tema para formação como alvo de política pública de ação afirmativa.

Ainda no ano de 2003, durante o primeiro governo Lula, foi construída a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) visando coordenar e programar políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais a promoção da alfabetização e o fomento à educação inclusiva e diversificada. Ela surgiu como resposta à luta dos movimentos sociais na busca por garantir a educação para todos, independentemente da idade ou das características individuais, e principalmente os grupos marginalizados no sistema educacional brasileiro.

Em 2004, a SECAD juntamente com outras secretarias e ministérios avançaram as discussões e lançaram o programa “Brasil sem Homofobia” que tem

como objetivo a promoção de direitos e cidadania, além do combate à violência e discriminação do público LGBT. No contexto educacional, este plano buscava alcançar a promoção da educação sobre diversidade sexual e a garantia do direito à educação de qualidade. Consoante a este programa, diversos cursos de formação continuada foram propostos pelo governo com temáticas de sexualidade e gênero, cidadania e diversidade sexual. Dentre estes cursos, destaca-se a formação continuada em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) difundida em todos os estados brasileiros (Soares, 2024).

A implementação do Brasil sem Homofobia, no entanto, enfrentou resistências políticas e sociais, especialmente em setores mais conservadores da sociedade. Essas resistências têm dificultado a aplicação de políticas educacionais que tratam abertamente de questões relacionadas à diversidade sexual. A retirada de menções à "ideologia de gênero" ³ em diversos documentos governamentais reflete a polarização em torno do tema.

O objetivo da SECAD é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. Dentre os objetivos secundários têm-se: a Educação Continuada, a redução do índice de analfabetismo, a educação para a diversidade e a promoção da igualdade de gênero e racial. Devido ao conservadorismo político no Governo Bolsonaro, em 2019 essa secretaria foi desativada e suas atribuições foram incorporadas à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Com o novo Governo do Presidente Lula (2024 - 2028), a SECAD retornou suas atividades e agora um novo termo foi adicionado a esta sigla: inclusão, passando a ser Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. O objetivo torna-se contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

³A partir de Junqueira (2018) pode-se compreender Ideologia de gênero como um sintagma que faz parte do ativismo político religioso que busca fortalecer discursos hegemônicos para defender a binaridade homem-mulher.

Avançando o debate sobre a importância da educação sexual para a sociedade, é possível voltar o olhar para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), em que termos como orientação sexual, sexualidade e gênero comparecem de forma escancarada como temas fundamentais de serem discutidos desde o início da vida escolar e por toda a comunidade escolar. Esse dispositivo defende a educação como direito de todos e a relação intrínseca entre educação e direitos humanos e educação e diversidade (Soares, 2024).

A Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2017), pautou a equidade e a igualdade enquanto princípios, nesse sentido, o documento traz na introdução que

A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. (BNCC, 2017, p.11)

Aparentemente, este documento apresentado na citação anterior se configura como um grande passo para a educação e a diversidade, no entanto, é necessário pontuar que no decorrer do documento, percebe-se a descaracterização de termos como orientação sexual e identidade de gênero:

(...) Ser omissos e não nominar especificamente a orientação sexual e a identidade de gênero na BNCC significa respaldar e ser conivente com o preconceito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nos ambientes educacionais e, pior, significa indiferença e inércia por parte das autoridades constituídas em assumir sua obrigação de tomar medidas para garantir a segurança e a permanência de todos/todas os/as estudantes nas escolas, inclusive os/as estudantes LGBT, ferindo assim a Constituição Federal, os marcos normativos da educação brasileira e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário (Abglt, 2017, p. 10 apud Sousa, 2024, p.39).

O estudo da “Base Nacional Comum Curricular e Diversidade Sexual e de Gênero: (des) caracterizações” realizado por Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019) problematiza a BNCC no que concerne a discussão da sexualidade unicamente a partir da dimensão biológica e de maneira superficial, não se aprofundando em conceitos como direitos humanos e preconceito, além de silenciar sobre a importância da formação dos docentes nos temas transversais que englobam a orientação sexual.

A partir do exposto, percebe-se muitos desafios na discussão sobre sexualidade e gênero dentro dos parâmetros legais, Nunes Pinto (2017) complementa essa discussão ao apontar que, apesar das políticas de inclusão, "os desafios para a efetiva implementação das práticas pedagógicas inclusivas são

constantes, especialmente em um contexto social e político polarizado" (Pinto, 2017). A resistência política à inclusão de menções à "ideologia de gênero" em documentos educacionais mostra como o debate em torno da diversidade sexual na escola enfrenta barreiras.

Portanto, para que a formação docente seja eficaz na promoção da diversidade de gênero e sexual nas escolas, é fundamental que ela esteja embasada em políticas educacionais inclusivas (Nunes, 2021; Pinto, 2015). As políticas públicas voltadas para a educação devem garantir que o tema seja abordado em todos os níveis de ensino, promovendo capacitações e treinamentos que preparem os docentes para atuar de forma inclusiva.

3.3 Políticas Públicas Estaduais e educação para a diversidade sexual

No cenário do Estado do Maranhão, as políticas públicas voltadas para a educação sexual têm como marco legal a Lei n.º 8.078 de 07/01/2004 que cria a obrigatoriedade de palestras educativas e preventivas de combate às drogas no Ensino no Estado do Maranhão, "Bem como atividades relacionadas à educação sexual, prevenção em DST/AIDS, violência, abuso sexual, saúde reprodutiva e sexual, como parte do Projeto Pedagógico dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Maranhão" (Art. 1). Mesmo que o objeto principal da lei não seja a educação sexual, essa dispõe no seu artigo 3 sobre atividades preventivas relacionadas à educação sexual. Estas atividades fomentam as discussões com todos os atores da comunidade escolar: alunos, docentes, pais, responsáveis e entidades comunitárias.

Em 2008, as formações docentes em gênero e sexualidade foram impulsionadas pelo edital 01/2008 da SECAD/MEC e oferecidas pela Universidade Aberta do Brasil, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão. Este certame teve como objetivo constituir a Rede de Educação para a Diversidade-Rede no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, visando a oferta de cursos de formação para professores e profissionais da educação nas áreas da diversidade. No que concerne à rede, esta tem como objeto disseminar e desenvolver metodologias educacionais de inserção dos temas da área de diversidade, entre esses: educação das relações de gênero e orientação sexual.

Todas as instituições superiores e os grupos de pesquisas que tratassem sobre temas da diversidade poderiam se inscrever na Rede de Educação para a Diversidade (REDE). Em 2009, A Universidade Federal do Maranhão se inscreveu

na REDE, lançando o edital 02/2009 que versa sobre a formação continuada de Gênero e Diversidade na Escola na modalidade a distância.

Junto com estas formações, outras ações como criação de grupos de estudo e pesquisas também fomentaram a ampliação dos debates sobre gênero e sexualidade, a exemplo dos grupos na área de educação tem-se: O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE) coordenado pela Professora Sirlene Mota Pinheiro e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Pedagógicas – LIEPP coordenado por Rarielle Rodrigues Lima.

No âmbito estadual, um importante marco legal foi lançado o Plano Estadual de Educação no Estado do Maranhão, no seu primeiro tópico, ele aborda a diversidade e temas sociais como temáticas para serem trabalhadas em todos os anos da educação. Ainda na sua segunda meta, que trata sobre a universalização do ensino fundamental para toda a população de 06 a 14 anos, este documento traz como estratégia garantir o acesso e condições para permanência de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, das águas, das florestas, das comunidades tradicionais, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Ensino Fundamenta (Brasil, 2013).

A citação direta da comunidade LGBTQUIAPN+ é um grande avanço nas discussões sobre educação para a diversidade sexual e de gênero, não adianta abrir espaço para discussão sem garantia da permanência de pessoas LGBTQUIAPN+ nos sistemas de ensino.

O Plano Estadual de Educação no Estado do Maranhão ainda trata da responsabilidade do estado de:

- Produzir, adquirir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos específicos e regionais, referentes à educação em direitos humanos, as relações de gênero, étnico-raciais e à diversidade sexual, educação ambiental, cultura na escola, educação fiscal para todas as escolas estaduais;
- Fomentar produção de materiais pedagógicos específicos e diferenciados de referência, contextualizados às realidades socioculturais para docentes e alunes, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual, educação ambiental,

educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica, respeitando os interesses das comunidades indígenas, quilombolas e povos do campo.

Assim, essas responsabilidades direcionam as ações da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, entre estas tem-se o “Projeto Rodas de Conversa” que acontece desde 2016 e busca promover “uma prática educacional que permita à comunidade escolar, em especial, docentes e estudantes, o debate de temas como Bullying, violência contra a Mulher e a Lei Maria da Penha, Prevenção de DST’s e gravidez precoce, Identidade de Gênero e Diversidade Sexual, e uso indevido de Drogas.” (SEDUC, 2016). Em 2018, A portaria conjunta SEDIHPOP/SEDUC n.º 002, de 19 de abril de 2018, instituiu o direito ao uso de nome social nos registros escolares da educação básica do estado, seguindo a resolução CNE/CP n.º 1, de 19 de janeiro de 2018.

Mesmo com os avanços conquistados, é fundamental destacar que o debate sobre a população LGBTQUIAPN+ ainda é, muitas vezes, reduzido à questão das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), especialmente no ambiente escolar. Esse enfoque restritivo limita a compreensão da diversidade sexual e de gênero, tratando-a apenas como um tema de saúde pública e comportamento sexual, em vez de um direito fundamental à identidade e à dignidade. Dessa forma, a abordagem educacional precisa ir além da prevenção de ISTs e incluir discussões sobre respeito, cidadania e reconhecimento das múltiplas vivências da população LGBTQUIAPN+.

Ademais, outro marco lógico estadual para a proposição de ações que pautem a orientação sexual e questões de gênero na educação foi a criação em 2015 da Coordenação de Promoção dos Direitos da População LGBTQ+ no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Esta coordenação vem desde sua criação trabalhando com combate a preconceitos e discriminação em diversos setores da sociedade.

Entre as ações programáticas desta coordenação tem o fomento a criação e à implementação de programas e projetos voltados para a alfabetização e formação profissional, garantindo o acesso e permanência da população LGBTQUIAPN+ em situação de vulnerabilidade social. Este órgão também tem trabalhado em conjunto com as escolas e os conselhos estaduais a partir de palestras, rodas de conversa e organização de formações continuadas para docentes e servidores estaduais. O

Projeto Empodera+ é um dos programas que a coordenação conduziu a elaboração e implementação com o Ministério de Direitos Humanos, este busca promover o trabalho digno e a geração de renda para pessoas LGBTQIAPN+, incluindo a preparação e ocupação no mundo do trabalho, visando à autonomia do público atendido. Entre seus objetivos, tem-se a oferta de bolsas para o desenvolvimento e execução de programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão de obra profissional.

Com relação à educação, esta tem fomentado a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero. Em 2024, esta já fez atividades no IEMA Pindaré Mirim, Caxias e Timon com a roda de conversa sobre empatia e acolhimento humanizado da população LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. As atividades fizeram parte das Semanas Municipais do Orgulho LGBTQIAPN+.

Por meio da explanação dessas ações, pode-se compreender a luta pela efetivação de políticas educacionais que fomentem a discussão sobre sexualidade e gênero ainda precisam ser imperativas dentro dos estados. Assim, pesquisas como estas que investigam as formações dentro das escolas de ensino público se fazem cada vez mais pertinentes no cenário educacional. Posto isso, apresentaremos a metodologia e os resultados nas próximas seções.

4 TECENDO A PESQUISA

De acordo com Antônio Carlos Gil (2019), em seu livro “Métodos e técnicas de pesquisa social”, a pesquisa científica básica deve ser motivada pela curiosidade e suas descobertas devem ser divulgadas para toda a comunidade, possibilitando assim a transmissão e debate do conhecimento.

Desse modo, também podemos conceituar a presente pesquisa como qualitativa pois buscou-se investigar e compreender questões que não podem ser apenas mensuradas, que necessitam de uma reflexão profunda e crítica e que podem nos conduzir a uma visão mais ampla do ser humano, suas ações e sentidos vividos e reconstruídos no contexto social (Minayo, 2014).

Além de qualitativa, a natureza desta pesquisa é aplicada pois tem como resultado um produto que busca solucionar a problemática inicial. Segundo Gil (2019) a pesquisa aplicada: Inclui estudos elaborados para solucionar problemas identificados nas sociedades em que os pesquisadores vivem. Apesar de ambas as categorias estarem relacionadas a pesquisas com objetivos distintos, não há impedimento para que pesquisas básicas sejam empregadas para auxiliar na solução de problemas práticos. Assim como isso, estudos práticos podem contribuir para a aplicação do saber científico e sugerir novas questões a serem investigadas (Gil, 2019).

Nesse sentido, essa pesquisa é considerada qualitativa e aplicada, pois se concentrou em produzir conhecimentos práticos e aplicáveis para resolver problemas específicos do mundo real a partir de teorias sociais. Ademais, visou construir processos ou políticas que tenham um impacto direto na sociedade, envolvendo a aplicação de conhecimentos teóricos e técnicas científicas para resolver problemas reais e melhorar a vida das pessoas (Black; Rausch, 2015).

No que concerne ao tipo de pesquisa, optou-se estudo de caso, na visão de Triviños (1995, p. 133),

“[...] é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Corroborando com tal afirmação, Gerring (2007) define estudo de caso como “estudo intensivo de um único caso com o propósito de compreender a classe maior de casos (a população)” (p.95).

A partir destes autores percebeu-se a importância de uma análise profunda e intensa do caso ou fenômeno que escolhemos, utilizamos fenômeno porque este estudo também é definido como estudo de fenômeno por Satyro; Albuquerque (2020), que o definem como

“Ele deverá ser sempre constituído a partir de um conjunto de observações que possam ser utilizadas como evidências e que poderá ter diferentes unidades de análise, mas que tem a capacidade de nos ajudar a explicar a sua classe de eventos”

Dando continuidade à nossa descrição metodológica, situamos este estudo dentro da abordagem pós-estruturalista pois preocupou-se com “o como” as coisas se constroem, compreendendo que esse processo de produção de significados não é fixo ou rígido, tal como Dutra (2009) afirma “os significados são produzidos, são produtos de lutas e disputas que se dão em torno de significados ideais para as condutas humanas”. Nessa perspectiva, a metodologia pós-estruturalista enfatiza a reflexividade e a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, reconhecendo que o conhecimento é construído em contextos sociais e históricos específicos. Isso implica em considerar as vozes e experiências dos sujeitos pesquisados, refletindo sobre suas identidades e posicionamentos sociais.

4.1 As pessoas colaboradoras da pesquisa

A pesquisa buscou investigar quais práticas docentes são realizadas no Colégio Universitário – COLUN/UFMA que contemple a diversidade sexual dos estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Para tal, foram escolhidos como sujeitos da pesquisa tanto os alunos como também os docentes do Colégio Universitário. Escolheu-se dentro deste universo os alunos do terceiro ano do ensino médio e os professores deste mesmo ano.

4.2 Caracterização do local de pesquisa

O lócus da pesquisa foi o Colégio Universitário, que fica localizado na Cidade Universitária Dom Delgado, na Avenida dos Portugueses, n. 1966, CEP 65085-580, no bairro do Bacanga, em São Luís-MA.

O Colégio de Aplicação e Escola Técnica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Colégio Universitário (COLUN), foi criado através da Resolução n.º 42, de 20 de maio de 1968, pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade do Maranhão.

O COLUN funciona como uma Instituição de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que oferece Ensino Fundamental (Anos Finais), Ensino Médio Regular (1º ao 3º Ano), Ensino Médio e Técnico Integrado (Cursos de Administração e Meio Ambiente) e Curso Técnico Subsequente (Enfermagem).

Na estrutura organizacional da UFMA, o Colégio Universitário é uma unidade de ensino ligada à Pró-Reitoria de Ensino, que confere autonomia de gestão à escola, viabilizando a qualidade do ensino ofertado, a qual já é reconhecida pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Tabela 1: – Distribuição da Estrutura Organizacional do COLUN, São Luís- MA (2023)

Diretor Geral do Colégio Universitário	Paulo Sérgio Castro Pereira
Coordenador do Ensino Médio	Ludmila Portela Gondim Braga
Coordenador do Ensino Fundamental	Fernanda Lopes Rodrigues
Coordenador da Educação Profissional	Jaldyr de Jesus Gomes Varela Júnior
Coordenadora do Núcleo Técnico Pedagógico	Alessandra Belfort Barros
Coordenador de Estágio	Pedro Victor Chagas Ferreira
Coordenador de Projetos, Pesquisa e Extensão	Thiago Lima dos Santos

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

4.3 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foi a observação não participante, roda de conversa e o questionário. A observação “não participante” pode ser definida como um instrumento em que o observador não interage com o ambiente e os sujeitos observados, devendo manter um distanciamento do objeto para apreender o fenômeno em sua totalidade (Moreira, 2014). A roda de conversa foi pensada inicialmente para introduzir o local da pesquisa dentro da comunidade escolar, buscando também incentivar estes a responderem o questionário. A escolha pelo procedimento da roda de conversa se justificou por ser uma metodologia participativa, sendo um espaço de interlocução e compartilhamento de saberes e experiências entre o eu e o outro, que envolve também a reflexão sobre o tema escolhido (Figueiredo; Queiroz, 2013).

Participaram da roda de conversa os alunos do terceiro ano do ensino médio e os professores. O questionário, via Google Forms, foi escolhido por ser um meio acessível para os alunos e docentes, além da praticidade, visto que a comunidade escolar estava na preparação para o ENEM e não tinha disponibilidade de tempo para entrevistas. Foram construídos dois questionários, um para alunos e outro para docentes, com perguntas que buscavam compreender o processo de formação docente sobre a diversidade sexual no contexto escolar e investigar se existiam discussões sobre diversidade sexual envolvendo o diálogo com os alunos.

4.4 Coleta de Dados

O trabalho de campo se iniciou com o envio da carta direcionada ao diretor geral do COLUN no dia 11 de setembro pedindo autorização para o início do trabalho de campo. Neste mesmo mês, o pesquisador esteve na semana do dia 16 a 20 de setembro como observador participante, durante a observação notou-se que os alunos do terceiro ano estavam com todas as aulas voltadas para a preparação para o ENEM, notou-se que as aulas eram de revisão e que muitos alunos não estavam prestando atenção, usando celulares e em conversas paralelas.

A terceira ida ao COLUN foi para a realização da roda de conversa com a questão norteadora “Vocês discutem a diversidade sexual no espaço escolar?”. Nesse momento, o pesquisador apresentou a pesquisa, os objetivos e a importância da participação dos alunos e docentes nessa investigação. Após esse momento, foram enviados dois questionários diferentes para os alunos e professores do

terceiro ano. Responderam 11 professores e 30 alunes, as respostas serão sistematizadas em quadros de respostas.

Por fim, foram enviados dois questionários diferentes para os alunes e professores do terceiro ano (anexo 01 e anexo 02). Estes instrumentos foram direcionados aos alunes do terceiro ano do ensino médio e professores que lecionavam para estas turmas. No final do prazo da pesquisa, tivemos a participação de 11 professores e 30 alunes. A análise das respostas foi realizada por meio da técnica de triangulação de dados que será apresentada mais adiante.

4.4.1 Conhecendo os colaboradores docentes

Os docentes que foram convidados a participar da pesquisa são de diferentes áreas do conhecimento, sendo o único critério de inclusão: ser professor do terceiro ano do ensino médio COLUN. Para diferenciar estes atores durante a pesquisa, utilizou-se o termo D (docente) e enumerou-se com um número ao lado. Dentre os 11 participantes, é possível observar as seguintes formações: Licenciatura e bacharelado em dança (D1), Letras Português/Espanhol (D2), Licenciatura em História (D3), Mestrando (D4), Letras UFMA (D5), Química Licenciatura (D6), Direito (D7), Pedagogia (D8), Filosofia (D9), Letras (D10), Geografia (D11).

4.4.2 Conhecendo os colaboradores alunes

O critério para participação dos alunes era ser do terceiro ano do ensino médio do COLUN, dentre estes, 30 responderam o questionário. Compreende-se que no período em que se encontravam alguns impedimentos (pré-ENEM), como o tempo e o interesse influenciaram no número de participantes. A faixa etária dos participantes alunes variou entre 17 e 20 anos. Dentre eles, 16 tinham 17 anos, 11 tinham 18 anos, 2 tinham 19 anos, e apenas um estudante tinha 20 anos. A maior concentração estava entre os mais jovens, especialmente aqueles com 17 e 18 anos, representando a maioria absoluta do grupo. Também utilizamos números (1 a 30) para mencionar os alunes.

4.5 Análise de dados

O presente trabalho utilizou-se da análise por triangulação de métodos como procedimento de análise de dados. A Análise por Triangulação de Métodos é uma abordagem metodológica usada em pesquisas qualitativas, especialmente no campo da educação, que busca combinar diferentes fontes de dados e perspectivas para aumentar a confiabilidade e a profundidade dos resultados.

Segundo Minayo (2012), a triangulação envolve a combinação de abordagens distintas, como dados qualitativos e quantitativos, ou a utilização de diferentes técnicas de coleta, como entrevistas, observações e questionários. Essa estratégia permite que o pesquisador amplie as possíveis interpretações e compreensão do fenômeno estudado.

Marcondes e Brisola (2014) explicam que a Análise por Triangulação de Métodos envolve um processo estruturado de análise que se baseia em três aspectos principais: o primeiro diz respeito aos dados empíricos coletados, como as narrativas dos entrevistados, o segundo envolve o diálogo com a literatura existente sobre o tema em questão, e o terceiro aspecto trata da análise do contexto mais amplo, ou conjuntura, entendida como o ambiente social e político que influencia o fenômeno em estudo.

Ainda neste trabalho, estes autores defendem que:

A opção Análise por Triangulação de Métodos significa adotar um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, o que possibilita complementar, com riqueza de interpretações, a temática pesquisada, ao mesmo tempo em que possibilita que se aumente a consistência das conclusões (Marcondes e Brisola, 2014, p.6).

Dessa forma, a triangulação de métodos amplia a compreensão dos fenômenos educacionais e fortalece a análise dos dados. De acordo com Minayo (2012), a triangulação não só valida os resultados da pesquisa, mas também enriquece as interpretações e oferece novas possibilidades de reflexão sobre o objeto de estudo, contribuindo para um conhecimento mais completo e detalhado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados e analisados os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada no Colégio Universitário – COLUN, cujo objetivo geral foi investigar quais práticas docentes são desenvolvidas para contemplar a diversidade sexual dos estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. A partir das respostas de professores e alunes, buscamos compreender como a diversidade sexual é abordada no ambiente escolar, identificando práticas existentes, desafios enfrentados e possíveis estratégias para a construção de um espaço mais inclusivo e respeitoso.

A análise será estruturada em três eixos temáticos. Primeiramente, discutiremos a relação entre a escola e a diversidade sexual, refletindo sobre as percepções de alunes e professores quanto à promoção do diálogo e os limites impostos por barreiras que dificultam um debate mais aprofundado sobre o tema.

Em seguida, apresentamos as práticas educativas que abordam a temática da diversidade sexual, destacando as ações pedagógicas mencionadas pelos participantes, com foco nas estratégias adotadas para combater o preconceito e fomentar a inclusão no cotidiano escolar. Por fim, exploramos questões relacionadas à formação continuada e ações propostas pela escola, com base nas sugestões dos participantes sobre a necessidade de capacitação contínua dos docentes e no fortalecimento de iniciativas institucionais voltadas para a construção do diálogo e a promoção do respeito à diversidade.

Dessa forma, a partir da triangulação dos métodos, esta seção não apenas relata os resultados obtidos, mas também propõe reflexões críticas a partir das perspectivas dos docentes, alunes e da literatura sobre o papel da escola à promoção de um ambiente que acolha e respeite a diversidade sexual, apontando caminhos e estratégias para práticas educativas mais inclusivas e transformadoras.

5.1 A escola e a diversidade sexual? Diálogo possível x barreiras intransponíveis.

Neste tópico, será explorada a relação entre as respostas dos docentes e dos alunes em relação ao tratamento da diversidade sexual nas escolas. As questões dirigidas aos professores buscam identificar as principais dificuldades encontradas por eles ao abordar a diversidade sexual em sala de aula e a preparação ou apoio oferecido pela escola para lidar com essas questões. Nessa mesma perspectiva, as respostas dos alunes revelam como a temática é percebida

no cotidiano escolar, se há espaço para discussões sobre diversidade sexual e se situações de preconceito relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero são vivenciadas ou testemunhadas dentro da escola. A análise dessas respostas visa correlacionar as experiências de docentes e discentes, identificando possíveis lacunas na formação de ambos os grupos e a eficácia das políticas educacionais sobre diversidade sexual e identidade de gênero.

A primeira pergunta do questionário destinado aos docentes é: Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao abordar a diversidade sexual em sala de aula? Buscou-se identificar as dificuldades enfrentadas por eles ao tratar da diversidade sexual em sala de aula. Entre as onze respostas, a oito docentes (8) destacaram o preconceito e o tabu associados ao tema como os principais desafios. Outros quatro (4) professores mencionaram o conservadorismo religioso como um obstáculo significativo. Além disso, dois (2) docentes apontaram que o nervosismo e o constrangimento também dificultam a abordagem dessas questões.

As dificuldades apontadas pelos participantes também aparecem no trabalho de Junqueira (2009), em seu artigo “Homofobia nas Escolas: um problema de todos”, o autor aborda as dificuldades dos professores em combater os preconceitos dentro do ambiente escolar, contextualizando historicamente esse espaço como reprodutor da cisheteronormatividade.

Silva (2017, p.14) cita que

a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “perverso”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”.

É nesse cenário normalizador, organizado a partir do que Junqueira conceitua como “pedagogia do insulto” que identidades e subjetividades são construídas atravessadas por violências, preconceitos e o tabu de abordar vivências e experiências desviantes. Nessa mesma perspectiva, Louro (2004) argumenta que indivíduos que fogem das normas convencionais de sexo, gênero e sexualidade acabam sendo considerados uma minoria e frequentemente marginalizados dentro do currículo escolar. Assim, a pedagogia do insulto pode se manifestar de várias formas, desde piadas e brincadeiras aparentemente inofensivas até situações extremas, como agressões físicas ou verbais (Junqueira, 2013).

Nesse contexto, cabe desmistificar as ideias que naturalizam o preconceito, sendo o papel da escola discutir sobre as raízes históricas e sociais das estruturas que sustentam as crenças preconceituosas.

É preciso o alerta de que as normas e ditos de uma realidade não são rígidos, permanentes, imutáveis. Ao contrário: são flexíveis, provisórios, plásticos. Todas as verdades têm sido mutantes, questionadas, e a escola é o espaço de questionamento dessas verdades e não de conservação delas (Melo; Pontes; Souza, 2018, p.57).

No entanto, o que percebemos é que o ambiente escolar tem se afastado de discussões sobre temas considerados polêmicos, como por exemplo a diversidade sexual, o que suscita ainda mais situações de preconceitos dentro deste espaço. Corroborando com tal afirmação, apresenta-se às respostas dos alunes sobre a discussão da temática da diversidade sexual, foi questionado aos 30 participantes: *"Você acha que a temática diversidade sexual é discutida na sua escola? Pode dar exemplos?"*. Mais da metade dos alunes (18 discentes) afirmou que o tema não é abordado na escola, enquanto quatro (4) disseram que a discussão ocorre de forma superficial ou esporádica. Por outro lado, oito (8) alunes indicaram que existe, de fato, um espaço para tratar do assunto. Entre os que não percebem o tema como parte do cotidiano escolar, destacam-se algumas respostas.

—Não, a temática só é discutida quando chega ao extremo. Por exemplo, quando ocorre algum ato de homofobia." (A15)

— Não, um exemplo é a falta de apoio dos professores a alunes transgêneros, a começar por não querer mudar o nome social na chamada." (A22)

A partir dessas falas podemos compreender o que Cruz (2014) afirma sobre a construção da masculinidade hegemônica, a homofobia está diretamente relacionada a práticas sexistas que se estabelecem pela diferenciação em relação a mulheres e homens, sustentando-se na virilidade. Essa masculinidade rejeita os homossexuais por sua suposta semelhança com as mulheres, fundamentando-se em uma dupla negação que também associa a heterossexualidade masculina. Assim, a misoginia e o sexismo frequentemente se combinam a práticas homofóbicas.

Todavia, dentro do grupo de alunes, há percepções que reconhecem a presença de discussões sobre a temática da diversidade sexual em contextos específicos. Alguns estudantes apontam que esse debate ocorre principalmente durante palestras e eventos promovidos pela escola, enquanto outros identificam a abordagem do tema nas disciplinas ligadas às ciências humanas, como história, sociologia e filosofia.

No trabalho de Menezes *et al.*, (2020) destacam-se as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) que apontam que o ensino das ciências sociais e humanas deve preparar os estudantes para o exercício da cidadania. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), a LDB e o PNE apresentam diretrizes voltadas ao combate à discriminação e à valorização da diversidade, porém, de forma ampla e sem contemplar recortes específicos, como o enfrentamento à LGBTfobia ou a promoção da igualdade de gênero e orientação sexual. A falta de políticas educacionais mais específicas reforça a necessidade de tratar questões de gênero e sexualidade nas escolas como um desafio democrático a ser superado, com base nos princípios de igualdade e dignidade defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que afirma a liberdade e a igualdade de todos os seres humanos em direitos e dignidade. (Menezes *et al.*, 2020).

No artigo “Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Estudo sobre Orientação Sexual, Gênero e Escola no Brasil”, Palma *et al.*, (2015) após analisar os parâmetros curriculares na educação infantil, ensino fundamental e médio, foi possível perceber preocupações relacionadas à maneira como a sexualidade é tratada nos documentos, indicando que, fora da perspectiva biológica, o tema ainda é visto como um tabu. As autoras também apontam que termos como homossexualidade aparecem de forma breve e vinculados à não discriminação, sem promover reflexões mais profundas sobre o desejo por pessoas do mesmo sexo ou sobre diferentes configurações familiares, como as formadas por dois pais ou duas mães. Essa abordagem limitada pode ser interpretada como uma estratégia para evitar resistência de setores conservadores, propondo uma introdução gradual ao tema, com potencial para ampliar a reflexão sobre a diversidade sexual no futuro.

Nessa perspectiva, compreende-se que o tema deveria ser trabalhado de forma transversal, porém o que entendemos a partir das respostas dos alunos e professores é que no ensino médio tem se trabalhado dentro da área de humanas, de forma muito pontual as questões relacionadas à sexualidade. No trabalho de Palma (2015, p.735), é citado que “O texto continua e novamente aparece algumas vezes a palavra ‘diversidade’, porém sempre associada à cultura de maneira bem clara, não abrindo possibilidade para outras interpretações” Isso evidencia uma lacuna significativa na abordagem da diversidade sexual, que permanece restrita e

limitada, reforçando a necessidade de uma integração mais ampla e significativa no currículo escolar.

Essa abordagem de maneira restrita é reforçada pela falta de apoio que a maior parte dos docentes afirmam, como podemos ver na resposta à questão, "De que maneira a escola prepara ou apoia você para lidar com questões de diversidade sexual e identidade de gênero? Dos onze (11) docentes participantes, seis (6) professores afirmaram não se sentirem apoiados, destacando que o tema é pouco abordado, que a escola não oferece preparo adequado ou que esse suporte ocorre apenas em momentos pontuais.

Por outro lado, os cinco docentes indicaram que há incentivo ao diálogo sobre essas questões, dentre estes, um deles mencionou a semana pedagógica como um espaço de formação voltado para o trabalho com essa temática, enquanto outros destacaram que a escola promove orientações gerais voltadas para a inclusão, não especificando a discussão sobre a temática da diversidade sexual.

“—De forma geral, sem maiores especificidades, abordando a necessidade de se manter um espaço plural e sem preconceitos na escola.” (D7)

Diante dessas respostas, é possível perceber que a escola brasileira, de maneira geral, tem abordado os temas de diversidade sexual de forma superficial, sem problematizar as questões do heterossexismo e tratando a diversidade de maneira generalizada. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o sujeito é construído a partir de uma perspectiva interseccional, na qual identidades são formadas pela interação entre categorias como raça, gênero, classe e outras dimensões sociais. A escola, portanto, deve ser compreendida como um espaço formador de identidades, devendo ser capaz de acolher e trabalhar essas interseções de modo a refletir a complexidade das subjetividades (Cruz, 2014).

5.2. Práticas educativas que abordam a temática da diversidade sexual: perspectivas e construções de estratégias para o combate ao preconceito.

A resistência em abordar o tema da diversidade sexual no contexto do ensino médio reflete desafios históricos, culturais e sociais que atravessam o ambiente escolar. Conforme aponta Louro (1997), a escola desempenha um papel central na construção das subjetividades, atuando como um espaço onde identidades são moldadas, reforçadas ou questionadas. No entanto, muitas instituições ainda evitam discutir questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, seja por desconhecimento, falta de preparo dos educadores

ou receio de enfrentar resistências por parte de alunes, famílias e da própria comunidade escolar. Todavia, como afirmam Silva e Meireles (2017, p. 56).

Na escola ocorrem, cotidianamente e em todos os níveis educativos, cenas, eventos, palavras, gestos etc. referentes à sexualidade, é incontestável. O que observamos ainda é que a comunidade educativa, entendida como pais/mães, professores/as, direção, equipe pedagógica, administrativa e funcionários/as acabam provocando, voluntária ou involuntariamente, marcas nos corpos dos/as alunes/as, principalmente em cenas relativas à expressão sexual. Há uma aparente dessexualização no espaço escolar, que não consegue se perpetuar, pois os fatos ocorrem, querendo ou não. A escola acaba disciplinando e escolarizando corpos. Um corpo escolarizado, portanto disciplinado, é treinado no silêncio e também é capaz de ficar sentado por muitas horas, com gestos, ações e palavras treinados para serem comédidos e isentos de sensações mais fortes, como, por exemplo, de quaisquer atributos sexuais.

Essa dessexualização do espaço escolar, contribui para a reprodução de estereótipos e preconceitos, dificultando a criação de um ambiente inclusivo. No ensino médio, fase crucial de formação e afirmação das identidades dos estudantes, o silêncio em torno da diversidade sexual pode perpetuar exclusões e invisibilidades, tornando urgente a promoção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as múltiplas formas de ser e existir.

Nesse contexto de resistência e construção de práticas de combate aos preconceitos, foi questionado aos docentes: Você percebe resistência por parte de alunes, pais ou outros professores ao tratar desse tema? Se sim, como lida com isso? Dos onze (11) docentes que responderam, apenas um (1) afirmou não perceber resistência. Os outros dez relataram enfrentar as resistências por meio de práticas como rodas de conversa, debates, exibição de filmes e análise de textos. Essas estratégias são utilizadas com o objetivo de construir um espaço mais acolhedor, que favoreça o diálogo, a reflexão e o respeito entre os envolvidos.

Percebe-se que a construção dos espaços de diálogos por parte dos docentes reflete diretamente na percepção dos alunes no que diz respeito à construção do ambiente mais inclusivo. No questionário aplicado aos alunes, a pergunta “Como você se sente em relação às discussões sobre diversidade sexual em sala de aula? Elas ajudam a criar um ambiente mais inclusivo?” revelou que a grande maioria acredita no impacto positivo dessas discussões. Dos trinta (30) participantes, dezenove (19) afirmaram que as discussões ajudam a construir um ambiente mais inclusivo. Em contraste, cinco (5) alunes relataram não ter acesso a essas discussões, outros cinco (5) disseram se sentir indiferentes ao tema, e um preferiu não comentar.

O impacto das práticas pedagógicas que dialogam sobre os temas da diversidade de forma transversal também se apresenta nas respostas dos alunos à questão: “De que maneira a escola promove o respeito e a inclusão de todos, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero?”. Dentre os trinta (30) alunos, nove (9) mencionaram a abertura para o diálogo por meio de palestras, campanhas e rodas de conversa, sete (7) apontaram o respeito e a abordagem sem preconceitos como formas de promoção da inclusão, enquanto dois (2) destacaram que isso ocorre durante as próprias aulas. Em contrapartida, cinco (5) alunos afirmaram que não há ações que promovam a inclusão.

Madureira e Branco (2015) destacam que o compromisso social, o desenvolvimento do senso crítico e a criatividade por parte dos docentes são elementos essenciais na elaboração e aplicação de estratégias de intervenção nos processos educativos. Essas estratégias devem contribuir para a construção de uma sociedade democrática, pautada na valorização da diversidade, no poder de criação e na constante reinvenção do mundo e dos sujeitos que nele vivem.

A aplicação dessas estratégias tem demonstrado resultados positivos, com a maioria dos estudantes relatando sentir-se seguros para expressar suas opiniões e sentimentos sobre o tema na escola. Quando questionados, dezenove (19) alunos afirmaram que se sentem à vontade para isso, enquanto sete (7) disseram que não. Além disso, um (1) estudante indicou que há pouco espaço para essa expressão, outro mencionou não saber, um (1) relatou que só consegue fazê-lo entre amigos, e outro afirmou que depende da situação, ocorrendo apenas em algumas ocasiões.

No entanto, temas como a diversidade sexual ainda enfrentam resistência por parte de alguns segmentos da família e da comunidade escolar, muitas vezes devido a barreiras culturais, religiosas ou à falta de informação. Essa resistência dificulta o avanço de práticas pedagógicas inclusivas, restringindo a discussão de questões fundamentais para a formação cidadã dos estudantes. Superar esses desafios exige um esforço coletivo, pautado no diálogo aberto e em ações educativas que promovam o respeito às diferenças. Dessa forma, a escola pode se consolidar como um espaço de crescimento acadêmico, social e emocional, preparando os indivíduos para uma convivência democrática e plural (Melo; Pontes; Souza, 2018).

Para a construção desse espaço plural, é necessário que se combata os preconceitos que ainda ocorrem no cotidiano escolar, como podemos ver nas

respostas dos alunes quando questionados sobre a ocorrência de situações de preconceito relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero na escola. Dos trinta (30) participantes, dezoito (18) afirmaram que nunca presenciaram ou vivenciaram tais situações, enquanto doze (12), relataram já ter presenciado casos de preconceito. Entre esses doze (12), as experiências também variam: cinco (5) afirmaram que as situações não foram tratadas pela escola, deste grupo, dois (2) relataram que houve um tratamento, como por exemplo: a suspensão do alune responsável pela violência.

A partir de Madeira (2007), compreende-se o preconceito como uma atitude negativa, baseada em generalizações simplistas e estereotipadas, direcionada a indivíduos ou grupos específicos. Essas generalizações têm como fundamento diferenças sociais, culturais, raciais, de gênero ou de orientação sexual e são construídas e reforçadas ao longo do tempo por meio de processos históricos, sociais e culturais.

Visando combater os preconceitos no ambiente escolar, Melo *et al.*, (2018, p.49) aponta:

Há necessidade de uma prática educativa subversiva em prol de debates que busquem intervir nessas barreiras atitudinais de intolerância e desrespeito, visto que ainda é pungente, corriqueiro e natural, em nosso contexto, a abjeção às pessoas homoafetivas.

Podemos perceber que a naturalização do preconceito se torna corriqueira na vivência estudantil considerando as respostas à pergunta: “Como você descreveria a reação dos seus colegas e professores quando o tema da diversidade sexual é abordado em aula?”. Das vinte e oito (28) respostas, nove (9) afirmam que é norma/natural/comum; seis (6) afirmam que é de forma positiva, com apoio e maturidade e respeito, quatro (4) afirmam que tem um certo preconceito/tabu/surpresa ao ser trabalho esses temas, dois (2) não sabem dizer, um (1) não se recorda deste tema ser trabalhado e os outros seis (6) fizeram um contraponto que para alguns é normal ser discutido e para outros ainda tem existem preconceitos, piadas e estereótipos, dentre essas falas destaca-se:

Dos professores: — Boa, têm a mente aberta sobre o tema colegas: muitos apoiam, mas uma parte não leva muito a sério, tratando de forma banal (A2)

Ao serem questionados sobre o apoio necessário para que se sintam mais seguros e aceitos em relação à sua orientação sexual ou identidade de gênero, das vinte e nove (29) respostas obtidas dos alunes participantes, oito (8) destacaram a

importância de oferecer apoio pedagógico e psicológico a toda comunidade escolar. Seis (6) sugeriram a implementação de práticas de respeito e inclusão por parte da instituição, enquanto quatro (4) mencionaram a realização de palestras e rodas de conversa como estratégias relevantes. Um (1) aluno ressaltou a necessidade de que os professores adotem uma postura de “mente aberta”, e outro apontou que a escola deve ser mais ativa no combate às discriminações. Por fim, seis (6) alunos afirmaram não saber que tipo de apoio seria adequado.

Destaca-se que as práticas educativas não são responsabilidades apenas dos professores, compreendendo que a educação é dever de todos os atores da comunidade escolar e de quem constrói as políticas educacionais. Nesse âmbito, Freire afirma: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 1999, p.104). Dessa forma, todos devem ser responsabilizados na construção de diálogos e espaços de debate sobre o tema da diversidade sexual, sendo o silenciamento e a omissão uma falta ética que propaga violências sexistas.

5.3. Formação Continuada e suas repercussões na construção de diálogos sobre a temática da diversidade sexual: responsabilidades da instituição escolar.

Endossando o contexto de omissão e silenciamento que a escola brasileira está inserida no que tange às discussões sobre as temáticas de diversidade sexual, pode-se compreender as respostas dos professores quanto aos impactos das atuais iniciativas de inclusão nas escolas em relação ao respeito à diversidade sexual. Dos onze (11) professores entrevistados, oito (8) afirmaram que essas iniciativas são muito tímidas ou que não percebem nenhum impacto significativo. Entre esses, um mencionou a existência de resistência, mas sem especificar se ela parte da própria instituição ou de algum ator da comunidade escolar. Por outro lado, duas (2) respostas apontaram a diminuição do preconceito como um impacto positivo, enquanto uma resposta destacou que esses impactos têm sido mais percebidos entre os professores do que entre os alunos.

Partindo dessa perspectiva, podemos analisar as respostas dos alunos sobre as questões “Você acha que seria útil ter mais eventos ou atividades escolares voltadas para a inclusão da diversidade sexual? Que tipos de eventos seriam interessantes?”. Em relação à primeira, grande parte dos estudantes apontam a

utilidade dos eventos, três (3) disseram que não, dois (2) demonstraram incerteza e um acredita que não precisa ter eventos, apenas reuniões dentro de sala. Dentre os tipos de evento, as sugestões são diversificadas, mas se encontram com as ações propostas pelos professores: brincadeiras e jogos (1), exibição de filmes (1), palestras e rodas de conversa (12), construção de um projeto de pesquisa relacionado ao assunto (1), aconselhamento psicológico (1) e por fim oito (8) não dão sugestão. Dessa forma, as respostas corroboram com o que é afirmado pelos professores sobre a necessidade de haver mais ações voltadas à discussão da temática da diversidade sexual.

Por serem temáticas que geram polêmicas na sociedade em decorrência de crédulos religiosos, questões moralistas e negação de algumas pessoas, é preciso embasá-las cientificamente ao abordá-las na formação de professores e empregar múltiplas linguagens para transmissão das informações, tais como: utilizar imagens, filmes, dramatização, performances de gênero; reler as histórias clássicas infantis, problematizando as representações de gênero e das sexualidades nelas presentes; diferenciar identidade de gênero e sexualidade; abordar questões sobre violência de gênero e LGBTfobias; entender os variados arranjos familiares; falar sobre o machismo e o patriarcado; promover atividades lúdicas e jogos que não reforcem o masculino sobre o feminino; possibilitar reflexões sobre igualdade e equidade de direitos; entre outros aspectos (Neto, 2022, p.9)

Ainda nesse entendimento do papel da escola no avanço do debate sobre a temática da diversidade sexual. Dos trinta alunos que responderam à pergunta “O que você acha que a escola poderia fazer para melhorar a inclusão e o respeito à diversidade sexual?”, tiveram doze respostas que se assemelham às da questão anterior, endossando as rodas de conversa como alternativa para a construção de espaços de diálogos no ambiente escolar. Um (1) aluno aponta a importância do trabalho com os professores para avançar nas questões de respeito e inclusão, outro acredita que devem ser chamados especialistas para tratar sobre o assunto, três (3) afirmam que a escola não precisa fazer nada, três (3) não sabem o que poderia ser feito e um não enxerga a escola como responsável por fomentar esse tipo de discussão, alegando que:

“—A escola só funciona como um apoio, eu creio que os alunos têm que aprender sobre o assunto nas suas casas ou com profissionais qualificados.” (A14)

Destaca-se essa fala por dois pontos que entendemos ser necessário discutir: a educação sexual por parte da família e quem seriam os profissionais qualificados para trabalhar com a temática da sexualidade na escola. Compreende-se o núcleo familiar como instituição responsável pela socialização primária, com papel decisivo na reprodução de comportamentos e crenças que buscam manter

uma ordem social, atravessada pelo patriarcado e sexismo. Dentro das relações familiares se constrói as primeiras percepções sobre os mais diferentes temas, e no que se refere às sexualidades, muitas vezes essa transmissão é perpassada pelo conservadorismo e a cisheteronormatividade (Silva, 2016).

No contexto já discutido, percebe-se a necessidade da instituição escolar ser mais ativa e presente na construção de estratégias e ações que versem sobre a temática da diversidade sexual. Esse entendimento parte das respostas dos professores às questões “Na sua opinião, como a formação continuada pode contribuir para melhorar o trabalho com diversidade sexual nas escolas?” e “Quais são as suas sugestões para aprimorar a formação de professores sobre a diversidade sexual?”.

Todos os docentes participantes do presente estudo reconhecem a importância da formação continuada no trabalho com o tema da diversidade sexual, destacando pontos que consideram fundamentais para aprimorar o desenvolvimento dessa temática no ambiente escolar. Entre as áreas a serem fortalecidas por meio do aprendizado contínuo, estão a aplicação de metodologias adequadas, o conhecimento das leis pertinentes, a mobilização para a realização de rodas de conversa, as estratégias para abordar o assunto no cotidiano da sala de aula, a atualização constante nas discussões sobre o tema e a implementação de atividades permanentes de inclusão.

No que concerne às sugestões dos docentes, muitas respostas se encontram com as da questão anterior sobre o incentivo à participação em cursos de formação continuada na temática da diversidade sexual, havendo um reforço da necessidade de promover esse tipo de ação. Ademais, os docentes também destacaram a importância de ampliar o debate sobre o tema e fomentar que atividades relacionadas a essa temática, como rodas de conversa e palestras, sejam destinadas a toda a comunidade escolar.

Os resultados da análise evidenciam uma lacuna significativa no incentivo por parte da escola à formação continuada dos docentes, especialmente no que diz respeito a temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. A formação continuada desempenha um papel essencial na atualização pedagógica e na construção de práticas educativas inclusivas, permitindo que os professores estejam preparados para abordar essas questões de maneira crítica, acolhedora e alinhada às demandas sociais contemporâneas.

Além disso, constatou-se uma escassez de espaços de diálogo e debate sobre diversidade sexual e de gênero dentro da comunidade escolar. Essa carência compromete o enfrentamento de preconceitos e a construção de uma cultura que valorize a equidade. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental como espaço de formação cidadã e de promoção de valores como o respeito e a inclusão, sendo responsável por mediar discussões que desafiem estigmas e desconstruam discursos discriminatórios.

Assim, o fortalecimento da formação continuada dos professores deve ser uma prioridade institucional, considerando que educadores bem preparados tornam-se agentes de transformação, capazes de fomentar a reflexão crítica nos alunos e contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo. Ao assumir esse compromisso, a escola cumpre sua função social de combater preconceitos, promovendo a valorização da diversidade sexual e de gênero como elementos centrais para uma convivência democrática e igualitária.

Esses resultados ressaltam a necessidade de um compromisso institucional com práticas que promovam a equidade e o respeito às diferenças, não apenas como uma responsabilidade social, mas também como uma dimensão essencial para a formação cidadã e a convivência democrática.

5.4 Descrição do produto da pesquisa

Um produto educacional é uma solução desenvolvida para atender às demandas de ensino e aprendizagem, podendo assumir diversas formas, como cursos, materiais didáticos, plataformas digitais, programas de treinamento, entre outros. Ele é projetado com base em objetivos pedagógicos específicos, utilizando metodologias e recursos adequados para facilitar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências. Além disso, um produto educacional pode ser direcionado a diferentes públicos, como estudantes, professores ou profissionais, e deve ser elaborado com foco na qualidade, acessibilidade e alinhamento às necessidades do mercado ou contexto educacional em que será aplicado.

Seguindo a regulamentação do MEC, a portaria nº 17 de 28 de dezembro de 2008, o mestrado profissional tem como um dos objetivos a construção de um produto educacional, podendo este ser o trabalho de finalização deste tipo de pós-graduação. Nesse contexto, apresentamos nosso produto educacional: Caderno de

Proposições Pedagógicas: Formação Docente para a Diversidade Sexual.” que se propõe a ser um convite à reflexão contínua, à aprendizagem e à construção coletiva de práticas pedagógicas mais inclusivas. Através da discussão sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, reafirmamos nosso compromisso com uma educação transformadora, capaz de formar cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades, que respeitam as diferenças e convivem de maneira harmoniosa em uma sociedade plural.

O E-book está sob a licença do *Creative Commons (CC)*⁴ com atribuições que permitem compartilhamento, desde que seja atribuído o crédito de autoria (BY), sem permissão, para alteração de seu conteúdo (ND); não permite sua utilização para fins comerciais (NC).

O E-book (produto educacional) possui 33 páginas, o qual inclui os elementos pré-textuais (capa, folha de rosto); elementos textuais (4 capítulos) e pós-textuais (referências e uma síntese curricular dos dois autores, que foram Aluizio Torres da Costa Neto e Elisângela Santos de Amorim.

O E-book possui a seguinte capa:

⁴ Este trabalho © 2024 está licenciado sob CC BY-NC-ND 4.0.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>

Figura 2: Capa do E-book

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

A construção deste produto educacional foi fundamentada nas questões levantadas durante a roda de conversa e no questionário respondido por professores e alunos, proporcionando uma compreensão aprofundada das demandas e desafios do contexto educacional. Essas interações revelaram a necessidade de ampliar e diversificar as discussões, utilizando metodologias inovadoras que promovam maior engajamento e efetividade no processo de ensino-aprendizagem. O produto foi, assim, desenvolvido para atender a essas demandas, buscando não apenas abordar os temas identificados, mas também fomentar um espaço de diálogo contínuo e

transformador dentro do ambiente educacional. Nessa perspectiva o sumário foi organizado da seguinte maneira:

Figura 3: Sumário do E-book

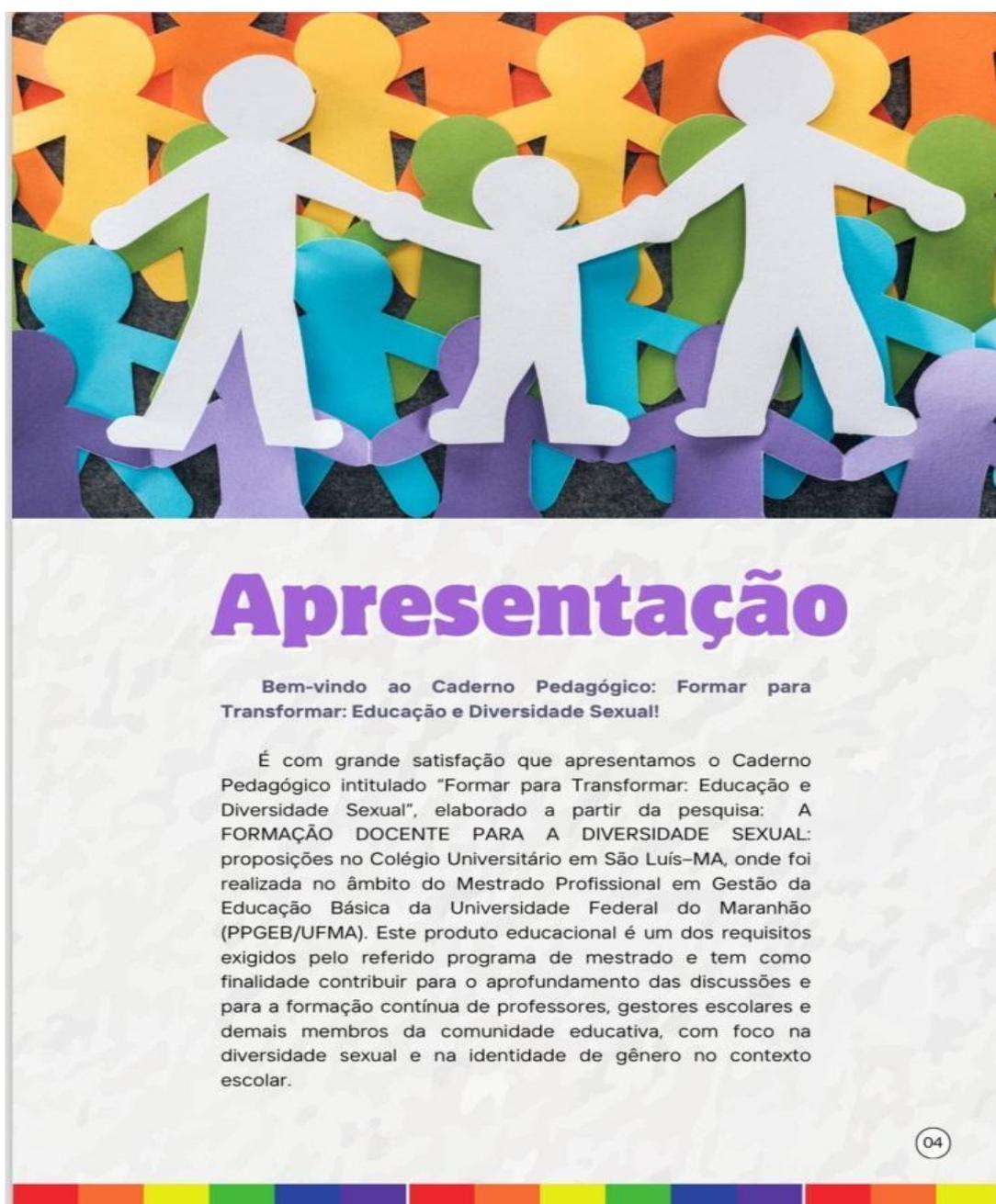
Sumário	APRESENTAÇÃO	04
	2. DESVENDANDO A DIVERSIDADE SEXUAL: BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS	06
	2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	09
	2.2 LGBTQIA+: TERMOS E SIGNIFICADOS	11
	3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E RESPEITO	12
	3.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À LGBTFOBIA	14
	3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	14
	4 PROPOSTAS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	16
	4.1 DINÂMICAS DE SENSIBILIZAÇÃO	17
	4.2 PROJETOS INTERDISCIPLINARES	19
	4.3 DATAS COMEMORATIVAS E TEMÁTICAS	21
	5 RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS COMPLEMENTARES	24
	5.1. FILMES:	25
	5.2. LIVROS:	25
	5.3. SÉRIES:	25
	5.4 PODCASTS:	26
	5.5 VÍDEOS:	26
	5.6 FERRAMENTAS ONLINE, COMO CARTILHAS E GUIAS SOBRE DIREITOS LGBTQIA+	28
	6 CONCLUSÃO	27
	REFERÊNCIAS	30
	SOBRE OS AUTORES	32

O Caderno de Proposições Pedagógicas não deve ser entendido como um manual rígido, mas sim como um ponto de partida para reflexões e diálogos com a comunidade escolar. Ele apresenta caminhos e sugestões que buscam inspirar práticas pedagógicas contextualizadas e significativas, respeitando a singularidade de cada escola e de seus atores. A proposta é incentivar a construção coletiva de

soluções educacionais, fomentando um espaço colaborativo onde professores, gestores e alunos possam contribuir e adaptar as ideias às suas realidades e necessidades específicas.

Nosso caderno está organizado de forma a oferecer uma abordagem estruturada e prática para discutir diversidade sexual e promover inclusão no ambiente escolar. A partir da apresentação, contextualiza-se a importância do tema e os objetivos do material.

Figura 4: Apresentação do E-book



Em seguida, os Fundamentos Teóricos sobre Diversidade Sexual introduzem conceitos essenciais, como identidade de gênero, orientação sexual e os termos LGBTQIAPN+.

Figura 5: Capítulo 2 do E-book: Desvendando a diversidade sexual



Neste capítulo discutem-se conceitos e termos teóricos e conceituais essenciais para o ensino e aprendizado das temáticas da diversidade sexual. É o momento de conhecer para dirimir preconceitos.

Figura 6: Seção 2.1 do segundo capítulo do E-book: Identidade de Gênero e Orientação Sexual e LGBTQUIAPN+: Termos e Significados



2.1. Identidade de Gênero e Orientação Sexual

A discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual tem se tornado cada vez mais relevante em sociedades contemporâneas que buscam compreender e respeitar as diversas formas de experiência humana. Embora frequentemente confundidos, esses conceitos possuem definições distintas e tratam de aspectos diferentes da vivência individual. A seguir, são apresentadas as diferenciações entre identidade de gênero e orientação sexual, assim como exemplos de cada um.

Identidade de gênero refere-se à maneira como uma pessoa se percebe e se identifica em relação ao gênero. Trata-se de um sentimento e subjetivo que pode ou não corresponder ao sexo biológico atribuído ao nascimento. A identidade de gênero está relacionada à dimensão psicológica do gênero, sendo influenciada por fatores individuais, sociais e culturais. Diferente da orientação sexual, que diz respeito às atrações de uma pessoa, a identidade de gênero responde à pergunta: "Quem sou eu em relação ao gênero?".

Alguns exemplos de identidades de gênero incluem:

- **Cisgêneridade:** indivíduos cuja identidade de gênero está alinhada ao sexo biológico atribuído no nascimento. Por exemplo, uma pessoa designada como mulher ao nascer que se identifica como mulher.

- **Transgêneridade:** indivíduos cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascimento. Por exemplo, uma pessoa designada como homem ao nascer, mas que se identifica como mulher.
- **Não-binário:** pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher. Algumas pessoas não-binárias podem se identificar com um mix de ambos os gêneros, enquanto outras podem não se identificar com nenhum gênero.
- **Gênero-fluido:** indivíduos cuja identidade de gênero muda ao longo do tempo, podendo oscilar entre diferentes gêneros.
- **Agêneridade:** pessoas que não se identificam com nenhum gênero ou se consideram sem gênero.

A identidade de gênero não é determinada pela expressão de gênero (roupas, comportamentos e etc.), que pode variar independentemente de como a pessoa se identifica. Essa distinção é importante para evitar a confusão entre identidade de gênero e aparência externa.



09

Figura 7: Seção 2.2 do segundo capítulo do E-book: Identidade de Gênero e Orientação Sexual e LGBTQUIAPN+: Termos e Significados



2.2 LGBTQIAPN+: Termos e Significados

A sigla **LGBTQIAPN+** representa um conjunto de identidades e orientações sexuais que celebram a diversidade e a pluralidade das experiências humanas. Este texto busca explorar o significado dessa sigla, sua importância na construção de uma sociedade mais inclusiva e um glossário com termos fundamentais para compreender melhor essas comunidades.

A sigla **LGBTQIAPN+** é composta pelas seguintes letras e seus significados:

- L:** **Lésbicas**, que são mulheres que se sentem atraídas emocional, romântica ou sexualmente por outras mulheres.
- G:** **Gays**, que são homens que se sentem atraídos por outros homens.
- B:** **Bissexuais**, pessoas que sentem atração por mais de um gênero.
- T:** **Transgêneros**, que são indivíduos cuja identidade de gênero difere do sexo biológico atribuído ao nascimento.
- Q:** **Queer**, um termo amplo e inclusivo para pessoas que desafiam as normas de gênero e sexualidade.
- I:** **Intersexo**, indivíduos que nascem com características biológicas que não se encaixam nas definições binárias de masculino e feminino.
- A:** **Assexuais**, pessoas que não experimentam atração sexual ou que a vivenciam de forma limitada.
- P:** **Pansexuais e polisssexuais**: indivíduos que sentem atração sexual e/ou afetiva por outras pessoas, independentemente do gênero ou identidade de gênero.
- N:** **Não-binários**: pessoas que não se identificam com nenhum gênero, ou que se identificam com vários gêneros.
- O:** **O "+"** representa outras identidades e orientações sexuais não mencionadas na sigla e gêneros fluidos, reconhecendo a vasta diversidade que existe.

A sigla LGBTQIAPN+ e os termos associados refletem a riqueza e a diversidade da experiência humana. Compreender e respeitar essas definições é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas possam viver autenticamente. A disseminação de informação contribui para reduzir preconceitos e celebrar a diversidade como uma força positiva na humanidade.



11

No capítulo “A Escola como Espaço de Inclusão e Respeito” destaca-se o papel da educação no combate à LGBTfobia e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Figura 8: Capítulo 3 do E-book: A escola como espaço de inclusão e respeito.



3.1 O Papel da Educação no Combate à LGBTfobia

A LGBTfobia no ambiente escolar é um problema sério que afeta muitos estudantes. Estudos mostram que a discriminação e o bullying direcionados a alunos LGBTQIA+ podem levar a consequências emocionais e psicológicas significativas, como depressão, ansiedade e baixa autoestima. Além disso, esses estudantes podem ter um desempenho acadêmico inferior e uma maior taxa de evasão escolar.

Ambientes escolares que não promovem a inclusão e o respeito à diversidade podem criar um clima hostil, dificultando o desenvolvimento social e emocional dos alunos. É fundamental que as escolas implementem políticas de respeito e inclusão, promovendo a educação sobre diversidade sexual e de gênero, para garantir que todos os estudantes se sintam seguros e valorizados. A conscientização e a formação de professores e funcionários também são essenciais para combater a LGBTfobia e criar um ambiente escolar mais acolhedor.



3.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas

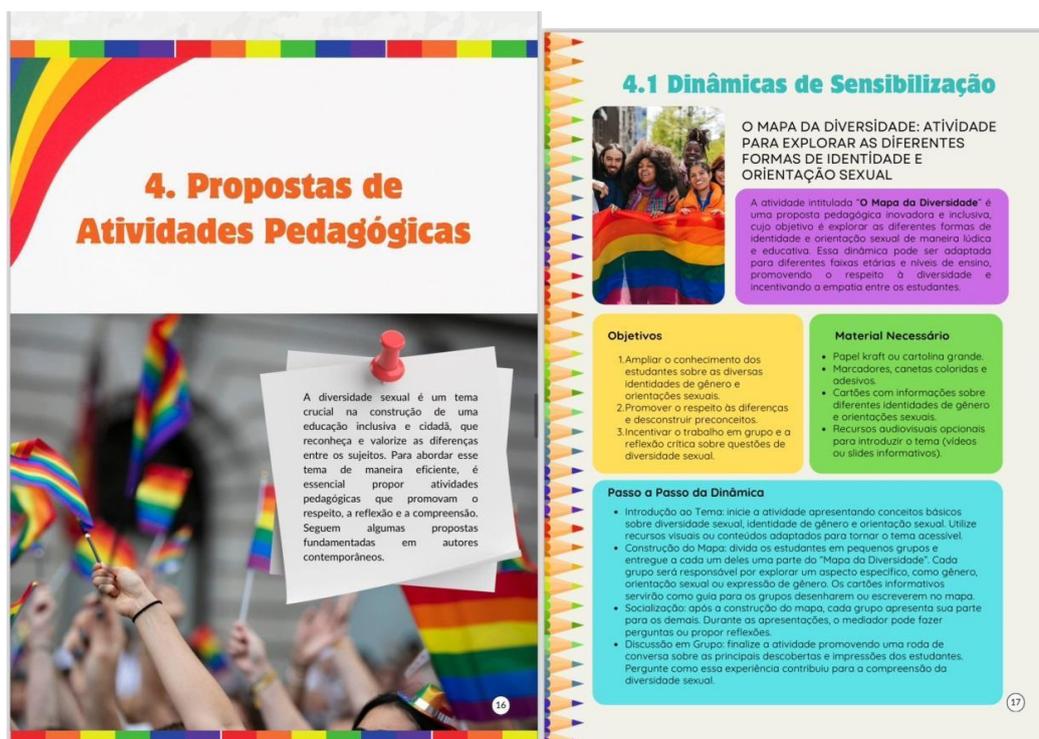
A construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo exige a implementação de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças, garantindo a todos os estudantes o direito à educação de qualidade. Nesse contexto, práticas inclusivas promovem uma educação baseada no respeito, na empatia e na construção de uma sociedade mais justa. A seguir, apresentam-se propostas pedagógicas embasadas em reflexões de autores brasileiros sobre o tema.

A adaptação curricular é essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso pleno ao conhecimento. Segundo Mantoan (2003), "a inclusão escolar implica a reformulação do currículo para atender às necessidades de cada aluno, respeitando suas singularidades". Isso inclui, ajustes em conteúdos, metodologias e formas de avaliação, permitindo que cada estudante alcance seu potencial.

14

O caderno também apresenta Propostas de Atividades Pedagógicas, que incluem dinâmicas de sensibilização, projetos interdisciplinares e o aproveitamento de datas comemorativas para engajamento.

Figura 9: Capítulo 4 do E-book: Proposta de Atividades Pedagógicas



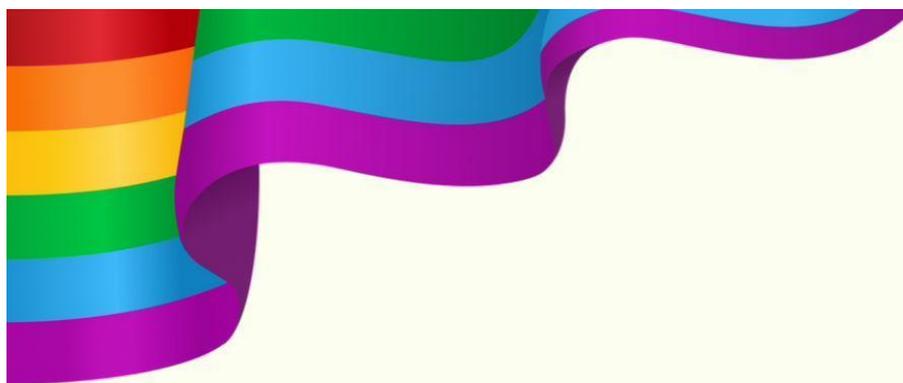
Por fim, são fornecidos Recursos Didáticos e Materiais Complementares para apoiar os educadores, entre estes tem-se filmes, livros, séries, podcasts, e ferramentas online, como cartilhas e guias sobre direitos.

Figura 10: Capítulo 5 do E-book: Recursos didáticos e materiais complementares



Na Conclusão reforçamos o compromisso com uma educação mais inclusiva e respeitosa.

Figura 11: Conclusão



6. Conclusão

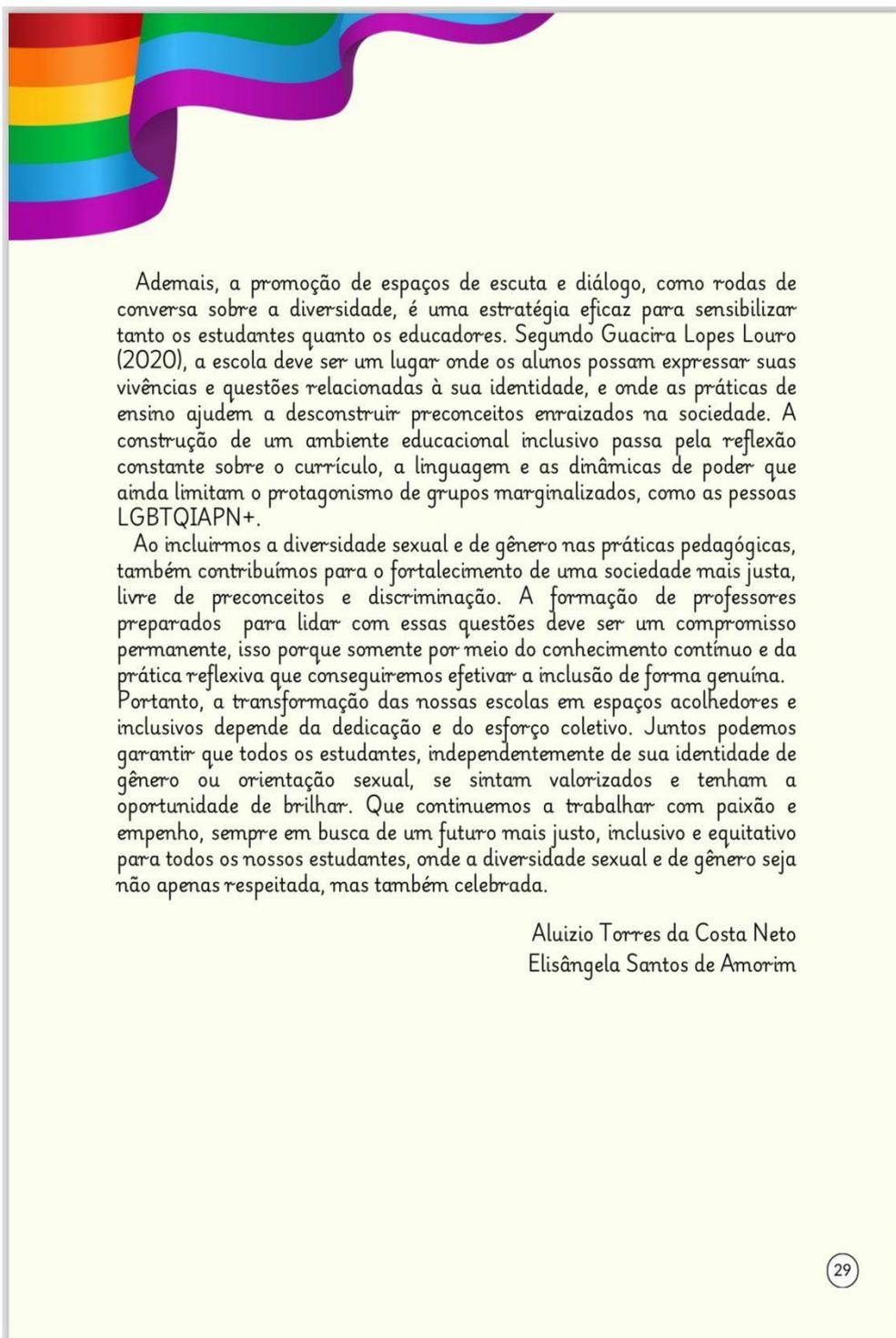
Queridos educadores

À medida que encerramos mais um ciclo de aprendizado, é fundamental reafirmar nosso compromisso inabalável com a inclusão e a igualdade na educação, especialmente no que tange à diversidade sexual e de gênero. Acreditamos que cada estudante, independentemente de suas diferenças, merece um ambiente escolar acolhedor e que valorize suas singularidades, incluindo sua identidade de gênero e orientação sexual. É preciso reconhecer que a escola deve ser um espaço seguro e respeitoso para todos, onde as diferenças não sejam vistas como algo a ser corrigido ou ignorado, mas sim como algo a ser respeitado e celebrado.

A formação docente contínua se apresenta como uma ferramenta essencial para enfrentarmos os desafios da construção de uma escola inclusiva. Ao investirmos no desenvolvimento profissional, os educadores se capacitam para lidar de forma mais crítica e sensível com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, criando espaços pedagógicos que promovam o respeito e a equidade. Nesse contexto, a formação não deve se limitar à teoria, mas incluir também práticas pedagógicas que incentivem a reflexão sobre as identidades e as relações de poder que permeiam o ambiente escolar.

Práticas pedagógicas inclusivas exigem uma abordagem que vai além da simples aceitação da diversidade. É necessário que os educadores se apropriem de um repertório de estratégias que ajudem a desnaturalizar as normatividades de gênero e sexualidade. Isso inclui, por exemplo, a utilização de materiais didáticos que contemplem diversas perspectivas de identidade de gênero, evitando a reprodução de estereótipos e incentivando a construção de uma cultura de respeito e empatia. Tais práticas podem ser implementadas por meio de discussões abertas sobre as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, de modo que os alunos se sintam representados e respeitados em seu processo de aprendizagem.

Figura 12: Continuação da Conclusão



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre diversidade sexual nas escolas brasileiras são fundamentais para a promoção de uma educação inclusiva, cidadã e respeitosa, que contemple todas as identidades que compõem a comunidade escolar. O presente estudo destacou o papel central dos profissionais docentes na construção de práticas pedagógicas que acolham a pluralidade, promovam debates enriquecedores e enfrentem as barreiras culturais e institucionais ainda presentes no ambiente educacional.

A escola, como espaço onde passamos uma parte significativa de nossas vidas, desempenha um papel crucial na formação de nossas subjetividades e no desenvolvimento de valores e perspectivas que levamos para a sociedade. Nesse sentido, a ausência de discussões sobre diversidade sexual e gênero no ambiente escolar reforça preconceitos, enquanto ações inclusivas contribuem para a construção de uma identidade mais consciente e aberta ao respeito às diferenças.

Nesse processo da pesquisa, muitas vezes me deparei com a minha criança interior que vivenciou inúmeras violências durante a vida devido à minha orientação sexual, entendendo profundamente a importância de trabalhar a temática da diversidade sexual nas escolas. A escola, enquanto espaço formativo e de convivência social, deveria ser um ambiente de acolhimento, respeito e aprendizado para todos. Infelizmente, para muitos de nós, ela se torna um local de exclusão, *bullying* e preconceito, onde a sexualidade é tratada como tabu ou, muitas vezes, como alvo de ataques.

Ao integrar a diversidade sexual no currículo escolar, não apenas se promove a inclusão e o respeito à identidade de cada indivíduo, mas também se cria um ambiente de proteção contra discriminações que podem marcar toda a vida. Trabalhar essa temática nas escolas é, portanto, uma ação preventiva que visa construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam se sentir seguros e respeitados em sua identidade. A educação é a chave para quebrar ciclos de violência e intolerância, e é com esse intuito que é imprescindível que as questões relacionadas à diversidade sexual sejam abordadas de maneira consciente e sensível desde os primeiros anos escolares.

Ao investigar as práticas realizadas no Colégio Universitário – COLUN, constatou-se que, embora existam iniciativas pedagógicas voltadas para a inclusão, elas ainda enfrentam desafios significativos, especialmente relacionados à resistência cultural e à falta de preparo dos docentes. Por outro lado, os resultados evidenciaram que ações inclusivas, como a realização de palestras, rodas de conversa e o apoio pedagógico e psicológico, têm impacto positivo no combate ao sexismo e na criação de um espaço escolar mais acolhedor.

Buscou-se conhecer o que os docentes sabem sobre a temática, averiguar como compreendem e enfrentam a LGBTfobia, identificar demandas e dificuldades relacionadas ao trabalho pedagógico com a diversidade sexual e avaliar possíveis iniciativas para promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Além disso, foram investigadas as percepções e vivências dos estudantes sobre gênero e sexualidade na escola, culminando na elaboração de um Caderno de Proposições Pedagógicas. Esse material visa contribuir com a Coordenação Pedagógica na formação continuada dos docentes e no fortalecimento de práticas que valorizem a diversidade e combatam o preconceito, reafirmando a escola como espaço de inclusão e respeito às diferenças.

Dessa forma, o estudo reforça a importância do COLUN, e as instituições educacionais de maneira geral, fortalecerem o apoio aos docentes por meio da promoção de formações continuadas sobre diversidade sexual e de políticas que incentivem o diálogo aberto sobre o tema. Essas medidas são essenciais não apenas para melhorar a prática pedagógica, mas também para criar um ambiente escolar que valorize e respeite todas as formas de diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e plural.

O produto educacional desenvolvido visa orientar práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade sexual no ambiente escolar, oferecendo recursos e estratégias para que educadores possam abordar o tema de maneira sensível e eficaz.

A proposta busca sensibilizar professores e alunes sobre a importância de um ambiente escolar livre de preconceitos, incentivando o diálogo aberto e respeitoso sobre questões de identidade e orientação sexual. Através de atividades, materiais didáticos e dinâmicas, o produto promove a conscientização sobre os direitos de todos, compreendendo a importância de sua identidade de gênero e

sexualidade, e estimula práticas inclusivas que combatem o *bullying* e a discriminação.

Ao integrar essa abordagem no currículo escolar, o produto educacional não só contribui para a formação de cidadãos mais empáticos e tolerantes, como também ajuda a criar um espaço seguro e acolhedor para todos os estudantes, respeitando sua subjetividade e promovendo uma educação mais justa e igualitária.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o avanço das discussões sobre diversidade sexual no contexto educacional e inspire novas pesquisas e ações que consolidem uma educação comprometida com os valores da inclusão, do respeito e da equidade. Afinal, a escola, como espaço de formação humana e construção de subjetividades, deve estar na vanguarda das mudanças sociais, promovendo um futuro mais acolhedor e diverso.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **A mística do feminismo**. Outubro, n. 24, 2015

ALVES, José Eustáquio Diniz; PITANGUY, Jacqueline. **O que é igualdade?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Corpos, gêneros e sexualidades: uma introdução às teorias contemporâneas**. Lisboa: Edições 70, 2015.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 53-65, jan./abr. 2011.

AGUILAR, M. A. B.; GONÇALVES, J. P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**, n. 9, v. 1, p. 36-44, jan./jun. 2017.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BENTO, Berenice. **Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. **Gênero e sexualidade na educação: contribuições para a formação docente**. São Paulo: Cortez, 2017

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2016.

BLACK, Claudia; RAUSCH, Monique. "O futuro professor vai construindo sua identidade profissional...". **Revista Educação; Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 1319-1334, 2015.

BORTOLINI, Carol; VIANNA, Renata. "O ser humano é construído por valores culturais e dentro de suas especificidades...". **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, n. 75, p. 351-366, 2022.

- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1999.
- BUENO, Wilma Aparecida Gimenes; ESTACHESKI, Maria Isabel; CREMA, Andrea. **Gênero e educação: desafios e perspectivas**. Londrina: Editora UEL, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BOGÉA, Arthur Furtado. **Discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?**. 2019. 216 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.
- BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos**. Secretaria Nacional de Cidadania. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 dez. 2024.
- BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 174 p.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2015. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 2. ed. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação**. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. **Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 abr. 2013.

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. **MINISTERIO DA EDUCAÇÃO**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BUTLER, Judith. ***Gender trouble: feminism and the subversion of identity***. New York: Routledge, 1990

CUNHA, Leandro Rodrigues. Identidade de gênero e a responsabilidade civil do Estado pela leniência legislativa. **Revista Brasileira de Direito Civil**, n. 23, 2014.
CRUZ, Tânia Mara. Sexualidade e orientação sexual: cultura e transformação social. **Palhoça, SC: UnisulVirtual**, 2014.

CANER, Elisa Maria; XAVIER, Maria Margarida Dias. "Dentro dessa abordagem, a formação continuada de docentes possui um papel relevante...". **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, p. 642, 2014.

CONCEIÇÃO, Rodrigo Henrique da; AUAD, Paulo Jorge Zilbovicius. **A questão do gênero e suas relações no campo educacional**. Curitiba: CRV, 2015.

CAMPOY, T. **Metodología de la investigación científica**. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este, 2018.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2011.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality**. New York: Basic Books, 2000.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*. New York: Basic Books, 2015.

FIGUEIREDO, Maria Aparecida; QUEIROZ, Maria José de. **Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIRMINO, Lúcia Helena; PORCHAT, Mariana Guimarães. **Biologia, cultura e identidade: debates sobre gênero e sexualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: volume 1, A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1975.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007. (vol. 1: A vontade de saber).

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin dite Alexina B**. Paris: Gallimard, 2014.

FRANCISCATI DA SILVA, C. S.; LEIVAR BRANCALEONI, A. P.; RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538–1555, 2019.

GENÚ, Marta. **Educação, sexualidade e diversidade: uma perspectiva emancipatória**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

GONÇALVES, Cristiane da Silva; GONÇALVES, Júlio César Silva. **Gênero e identidade: construções e desconstruções no contemporâneo**. São Paulo. 2021.

GROSSI, Márcia. **Corpos e sexualidade na escola: feminismos, gênero e educação**. Campinas: Papyrus, 2010.

GROSSI, Márcia. **Gênero e sexualidade na escola: desafios e possibilidades**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Áurea Maria; SANTOS, Bárbara Cristina dos. "Diversidade sexual na escola: desafios e perspectivas". In: **Gênero e Educação: feminismo e formação de professoras/es**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 229.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. São Paulo: Paes, 2016.

KAUARK, F. S., MANHÃES, F. C. M.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna/BA. Ed. Via Litterarum, 2010.

LEÃO, Leandro Rodrigues; PEREIRA, Maria Lúcia Freire. "A formação de docentes-educadores para o trato da diversidade se defronta no sistema escolar e na academia com concepções generalistas...". **Educação e Pesquisa**, v. 43, 2017, p. 12.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos dissidentes: sexualidade e gênero nas práticas educativas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: a teoria e as práticas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. (2001). **Pedagogias da sexualidade**. In: Louro, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte.

LOURO, Guacira Lopes. (2013). **Heteronormatividade e homofobia**. In: Junqueira, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LOPES, A. C. **Teorias pós-críticas, política e currículo. Educação, Sociedade e Culturas**, n. 39, p. 7-23, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. **Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, Alberto Magno Moreira. **Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos planos de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias no ensino médio maranhense**. 2016. 189f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

MENDES, C. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília DF, v. 30, n. 88, p. 45-60, 2015.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: . (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOUTINHO, Laura. **Razão, cor e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MADEIRA, M. Preconceito: análise social e psicossocial. **Revista Brasileira de Ciência do Comportamento**, v. 9, n. 1, p. 33-43, 2007

MADUREIRA, M. R.; BRANCO, M. C. C. O compromisso social, o desenvolvimento do senso crítico e a criatividade dos docentes na elaboração e aplicação de estratégias de intervenção nos processos educativos. **Educação; Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 905-926, 2015.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Eletrônica de Administração, São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 142-157, 2014.

MEGLHIORATTI, Fernanda Araújo; SOUZA, Diego Vinicius de. **Gênero e sexualidade na escola: desafios para a prática docente**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

MELO, A. A.; PONTES, M. B.; SOUZA, R. B. A escola como espaço de crescimento acadêmico, social e emocional: a preparação para uma convivência democrática e plural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 79, p. 345-361, 2018.

MELO, I. C. et al. Gênero e educação no Brasil: um percurso histórico e perspectivas futuras. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 68, p. 37-58, 2018.

MENEZES, R. A. et al. Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e o ensino de ciências sociais: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-19, 2020.

MESQUITA, Rosangela Pereira de; RAMOS, Maria José; SANTOS, Vanessa Sequeira. **Gênero e educação: desafios para a formação docente**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Maria da Graça Freire. **Metodologia da pesquisa e análise de dados: métodos qualitativos e quantitativos**. São Paulo: Loyola, 2014.

NUNES, Thamirys (Org.). **Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro** [livro eletrônico]. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021.

NETO, A. G. C. Temas polêmicos na formação docente: questões de gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Educação e Diversidade**, v. 8, 2022, p. 9.

NÓVOA, António. **Formação de professores: teoria e prática em mudança**. 11. ed. Porto: Edições ASA, 2021.

PINTO, Ana Paula Costa; OLIVEIRA, Josilene da Costa. Educação sexual nas escolas: um desafio para a construção de uma sociedade igualitária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: UFES, 2015. p. 89-98.

PALMA, F. et al. Parâmetros Curriculares Nacionais: Um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 1, p. 145-168, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes e práticas docentes: fundamentos para a formação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a perspectiva da antropologia. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 125-156, 2009.

RIBEIRO, Ana Maria; MONTEIRO, Maria Teresa de Abreu. "Não se pode mais admitir uma formação atípica da diversidade...". **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 71, p. 701-718, 2018.

SATYRO, André; ALBUQUERQUE, Fernanda. "Estudo de caso: (...)". **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, v. 22, n. 2, p. 225-241, 2020.

SEFFNER, Fernando. **Educação sexual e diversidade: desafios e caminhos**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SILVA, Ana Maria; CAMPOS, Isabel Aparecida. "É crucial observar e refletir sobre sua prática diariamente...". **Revista Educação; Sociedade**, v. 37, n. 136, p. 1051-1066, 2016.

SILVA, João; COSTA, Maria; LIMA, Carla. "Apesar de problemáticas indicadas por diversos pesquisadores...". **Revista Educação; Sociedade**, v. 40, n. 142, p. 2-18, 2019.

SILVA, L. R. H. da. **Educação e diversidade: uma análise da construção de sujeitos subjugados nas práticas escolares brasileiras**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOARES, Maria Aparecida. "A equidade, pluralidade, diversidade e formas de preconceito para com as diferenças, as questões da Orientação Sexual e da Identidade de Gênero...". **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, n. 78, p. 39-53, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 45-71, 2007.

SANTOS, Fábio Pereira dos. "**Homofobia e Direitos LGBT no Brasil: reflexões sobre a criminalização da homofobia pelo STF**". In: Cidadania, Direitos Humanos e Diversidade Sexual. 1ª ed. São Paulo: Summus, 2019. p. 44.

SEFFNER, FERNANDO. (2013). Modus vivendi, liberdade religiosa e liberdade sexual: o que a escola tem a ver com isso? In: Nardi, H. C.; Machado, P. S.; Silveira, R.da S. (Orgs.). **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?** Porto Alegre: Editora Deriva/ABRAPSO.

SEFFNER, FERNANDO; PICCHETTI, YARA DE PAULA. (2017). **A escola pública brasileira e seu compromisso com a diversidade de gênero e sexualidade**. In: Magalhães, J. C.; Ribeiro, P. R. C. (Orgs.). Educação para a sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares**. 1. ed. Araraquara: Ponteio, 2016.

SOARES, Marta Genú. Concepção e ação curricular nas obras de Paulo Freire. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 151-169, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação; Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

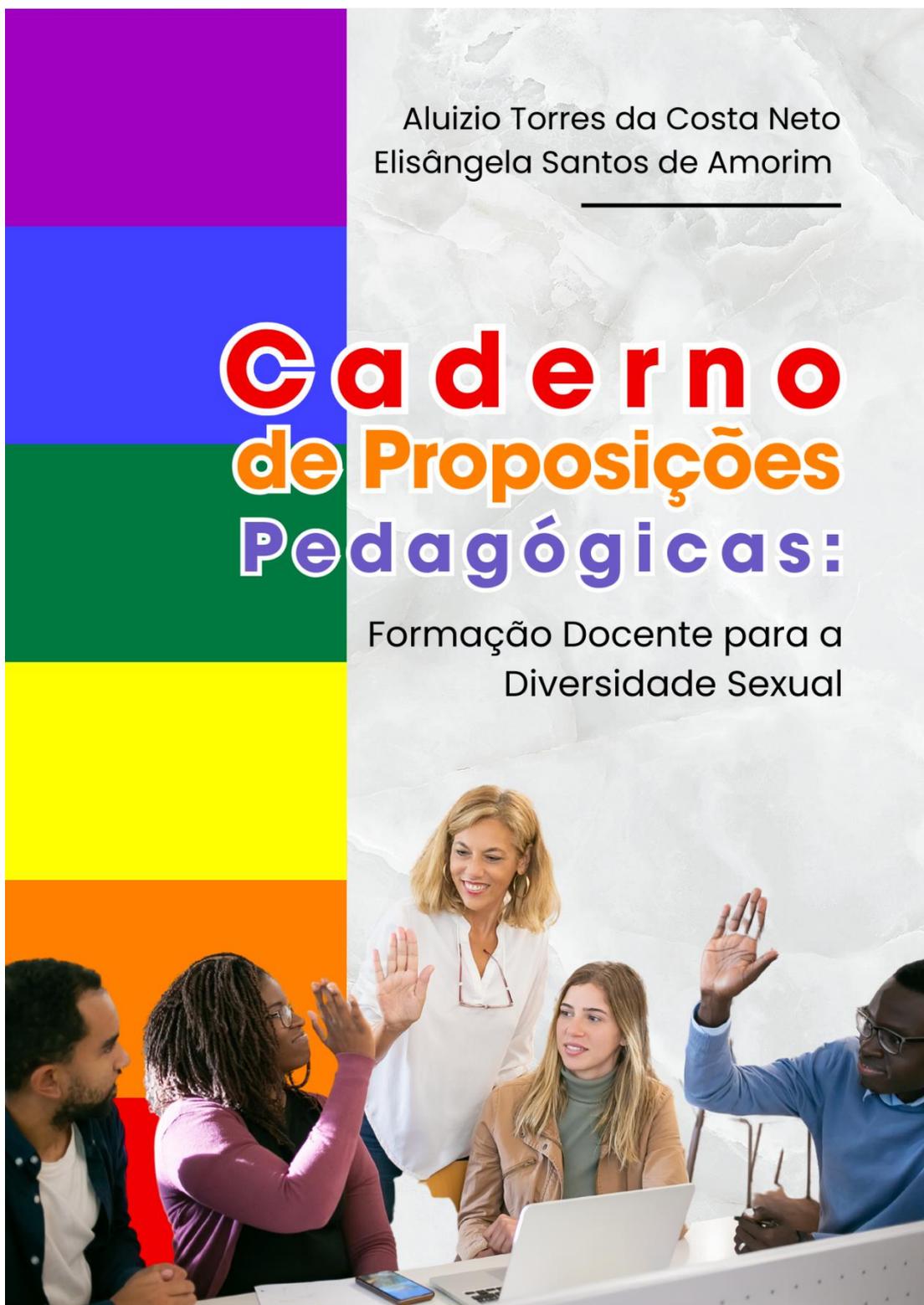
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Lucilene Aparecida Ferreira de Campos. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TEIXEIRA, Sônia; MAGNABOSCO, José. "É responsabilidade fundamental de uma instituição educacional considerar cuidadosamente como promover genuinamente a inclusão social...". **Educação em Revista**, v. 33, n. 1, p. 115-130, 2017.

TRIVIÑOS, Ana Maria. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. *Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 457-470, 2017

APÊNDICES

Apêndice 1: Produto Educacional

Aluizio Torres da Costa Neto
Elisângela Santos de Amorim



Cadern **o** **de** Proposições **Pedagógicas:**

Formação Docente para a
Diversidade Sexual



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-reitor

Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Prof.^a Dr.^a Flávia Raquel Fernandes do Nascimento

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Prof.^a Dr.^a Hercília Maria de Moura Vituriano

VÍCE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes

AUTORES DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aluizio Torres da Costa Neto

Prof.^a Dr.^a Elisângela Santos de Amorim

DIAGRAMAÇÃO

Mariceia Ribeiro Lima

IMAGEM DA CAPA

Design criado no aplicativo Canva - Positive multiethnic students celebrating success in project with teacher - www.canva.com



PPGEEB



**São Luís
2024**

Sumário



APRESENTAÇÃO	04
2. DESVENDANDO A DIVERSIDADE SEXUAL: BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS	06
2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	09
2.2 LGBTQIA+: TERMOS E SIGNIFICADOS	11
3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E RESPEITO	12
3.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À LGBTFOBIA	14
3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	14
4 PROPOSTAS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	16
4.1 DINÂMICAS DE SENSIBILIZAÇÃO	17
4.2 PROJETOS INTERDISCIPLINARES	19
4.3 DATAS COMEMORATIVAS E TEMÁTICAS	21
5 RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS COMPLEMENTARES	24
5.1 FILMES:	25
5.2 LIVROS:	25
5.3 SÉRIES:	25
5.4 PODCASTS:	26
5.5 VÍDEOS:	26
5.6 FERRAMENTAS ONLINE, COMO CARTILHAS E GUÍAS SOBRE DIREITOS LGBTQIA+	28
6 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	30
SOBRE OS AUTORES	32



Apresentação

Bem-vindo ao Caderno Pedagógico: Formar para Transformar: Educação e Diversidade Sexual!

É com grande satisfação que apresentamos o Caderno Pedagógico intitulado "Formar para Transformar: Educação e Diversidade Sexual", elaborado a partir da pesquisa: A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: proposições no Colégio Universitário em São Luís-MA, onde foi realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão (PPGEB/UFMA). Este produto educacional é um dos requisitos exigidos pelo referido programa de mestrado e tem como finalidade contribuir para o aprofundamento das discussões e para a formação contínua de professores, gestores escolares e demais membros da comunidade educativa, com foco na diversidade sexual e na identidade de gênero no contexto escolar.



A educação escolar, enquanto prática formadora e transformadora, deve ser um espaço de construção de saberes e valores que promovam a convivência respeitosa e a valorização das diferenças. Nesse sentido, este Caderno Pedagógico visa proporcionar subsídios teóricos e pedagógicos que favoreçam a reflexão e o aprimoramento das práticas educativas em relação à população LGBTQIAPN+. Em um cenário de crescente enfrentamento de discriminação e violência de gênero e sexualidade nas escolas, torna-se urgente a necessidade de integrar a diversidade sexual e de gênero nas práticas pedagógicas, de modo que todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam se sentir acolhidos e respeitados.

A compreensão da diversidade sexual e das identidades de gênero não é apenas uma questão de respeito às diferenças, mas também um caminho para a promoção de um ambiente educativo mais inclusivo e empático.

A escola, enquanto espaço de formação cidadã, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio do incentivo ao respeito à diversidade e à promoção da igualdade de direitos. Portanto, é imperativo que os educadores estejam preparados para tratar esses temas com sensibilidade e consciência, adotando abordagens que permitam o diálogo e a reflexão crítica sobre as múltiplas formas de expressão da identidade humana.

Este Caderno Pedagógico se propõe ser um convite à reflexão contínua, à aprendizagem e à construção coletiva de práticas pedagógicas mais inclusivas. Ao abordar a temática da diversidade sexual e de gênero, reafirmamos nosso compromisso com uma educação transformadora, capaz de formar cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades, que respeitam as diferenças e convivem de maneira harmoniosa em uma sociedade plural. Que este material sirva como um ponto de partida para a construção de uma educação mais justa, diversa e acolhedora, contribuindo para a formação de ambientes escolares que promovam, efetivamente, a dignidade e o respeito a todas as identidades.

Aluizio Torres da Costa Neto
Elisângela Santos de Amorim





2. Desvendando a diversidade sexual: bases teóricas e conceituais



A discussão sobre a diversidade sexual e a inclusão no contexto educacional tem como base os princípios de respeito às diferenças, justiça social e direitos humanos. Autores brasileiros contribuem significativamente para a construção de um embasamento teórico sólido, promovendo uma reflexão crítica e necessária sobre a diversidade sexual e de gênero na sociedade e, principalmente, na escola.

Segundo Bento (2011), a diversidade sexual precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva que reconheça a pluralidade de experiências humanas. A autora afirma que: “Desconstruir normas de gênero e sexualidade é um dos primeiros passos para possibilitar um ambiente inclusivo e livre de discriminação, especialmente na educação” (Bento, 2011, p. 35). A escola, portanto, deve se tornar um espaço onde se questionam as normas impostas e se constroem relações baseadas no respeito à diversidade e às diferenças individuais.

Em consonância com Bento, Louro (2000) enfatiza a importância de abordar as questões de gênero e sexualidade no ambiente educacional, pois “A escola é um espaço em que as relações de poder se manifestam de forma intensa, inclusive por meio do silenciamento e da invisibilidade de determinadas identidades” (Louro, 2000, p. 20). A invisibilidade de temas relacionados à diversidade sexual, como a presença de estudantes LGBTQIA+, perpétua a discriminação e a exclusão social, reforçando o ciclo de violência e exclusão.



Neste sentido, Miskolci (2013) complementa que o preconceito contra a diversidade sexual está frequentemente associado à falta de informação e à reprodução de discursos normativos na sociedade. Nesse sentido, o autor ressalta que ao “Combater o preconceito envolve, sobretudo, educar para a desconstrução de discursos hegemônicos e incentivar a aceitação da pluralidade de existências humanas” (Miskolci, 2013, p. 45). A formação dos educadores, portanto, torna-se essencial nesse processo, capacitando-os para lidar com temáticas relacionadas à diversidade sexual de forma consciente e pedagógica.

Ao abordar a escola como espaço privilegiado para a construção de uma sociedade mais justa, Pereira (2012), afirma que o ambiente escolar deve ser um local de acolhimento e inclusão, onde todas as identidades sejam valorizadas. Para o autor, “A escola tem a responsabilidade de promover o diálogo, de desconstruir preconceitos e de educar para a diversidade, preparando os estudantes para conviverem em uma sociedade plural” (Pereira, 2012, p. 28). Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de valores como empatia, respeito e justiça social.

Outro aspecto relevante é discutido por Junqueira (2009), que aponta a necessidade de superar o silenciamento histórico das questões LGBTQIA+ nos currículos escolares. O autor explica que “A ausência de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos reforça o preconceito e inviabiliza a educação como prática emancipadora” (Junqueira, 2009, p. 12). Dessa forma, torna-se fundamental a inclusão dessas discussões nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas cotidianas.

Portanto, os fundamentos teóricos sobre diversidade sexual, construídos por autores brasileiros como Bento, Louro, Miskolci, Pereira e Junqueira, reforçam a necessidade de promover uma educação que valorize a pluralidade de identidades e existências. A escola deve ser um espaço onde as diferenças sejam respeitadas e celebradas, contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade mais justa, inclusiva e diversa.



Como afirma Louro (2000, p. 25), **“Educar para a diversidade sexual é educar para a vida, é reconhecer que a pluralidade é o que enriquece a sociedade”**.



2.1. Identidade de Gênero e Orientação Sexual

A discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual tem se tornado cada vez mais relevante em sociedades contemporâneas que buscam compreender e respeitar as diversas formas de experiência humana. Embora frequentemente confundidos, esses conceitos possuem definições distintas e tratam de aspectos diferentes da vivência individual. A seguir, são apresentadas as diferenciações entre identidade de gênero e orientação sexual, assim como exemplos de cada um.

Identidade de gênero refere-se à maneira como uma pessoa se percebe e se identifica em relação ao gênero. Trata-se de um sentimento e subjetivo que pode ou não corresponder ao sexo biológico atribuído ao nascimento. A identidade de gênero está relacionada à dimensão psicológica do gênero, sendo influenciada por fatores individuais, sociais e culturais. Diferente da orientação sexual, que diz respeito às atrações de uma pessoa, a identidade de gênero responde à pergunta: “Quem sou eu em relação ao gênero?”.

Alguns exemplos de identidades de gênero incluem:

- **Cisgêneridade:** indivíduos cuja identidade de gênero está alinhada ao sexo biológico atribuído no nascimento. Por exemplo, uma pessoa designada como mulher ao nascer que se identifica como mulher.

- **Transgêneridade:** indivíduos cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascimento. Por exemplo, uma pessoa designada como homem ao nascer, mas que se identifica como mulher.

- **Não-binário:** pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher. Algumas pessoas não-binárias podem se identificar com um mix de ambos os gêneros, enquanto outras podem não se identificar com nenhum gênero.

- **Gênero-fluido:** indivíduos cuja identidade de gênero muda ao longo do tempo, podendo oscilar entre diferentes gêneros.

- **Agêneridade:** pessoas que não se identificam com nenhum gênero ou se consideram sem gênero.

A identidade de gênero não é determinada pela expressão de gênero (roupas, comportamentos e etc.), que pode variar independentemente de como a pessoa se identifica. Essa distinção é importante para evitar a confusão entre identidade de gênero e aparência externa.



A orientação sexual, por outro lado, diz respeito à atração emocional, romântica ou sexual que uma pessoa sente por outras. Enquanto a identidade de gênero responde ao "quem sou eu?", a orientação sexual trata do "por quem eu me sinto atraído?". Esses conceitos são independentes, ou seja, qualquer pessoa pode ter qualquer combinação de identidade de gênero e orientação sexual.

Alguns exemplos de orientações sexuais incluem:

- **Heterossexualidade:**

Pessoas que se sentem atraídas por indivíduos do gênero oposto. Por exemplo, um homem que se sente atraído por mulheres.

- **Homossexualidade:**

Pessoas que se sentem atraídas por indivíduos do mesmo gênero. Por exemplo, uma mulher que se sente atraída por outras mulheres.

- **Bissexualidade:**

Indivíduos que se sentem atraídos por mais de um gênero, como homens e mulheres.

- **Pansexualidade:**

Pessoas cuja atração não está limitada a gêneros específicos, podendo se interessar por indivíduos de qualquer identidade de gênero.

- **Assexualidade:**

Indivíduos que não experimentam atração sexual ou que a experimentam de forma limitada. No entanto, podem formar vínculos emocionais ou românticos.

A distinção entre identidade de gênero e orientação sexual é essencial para compreender a diversidade humana. A identidade de gênero é sobre como a pessoa se identifica internamente em relação ao gênero, enquanto a orientação sexual trata das atrações que ela sente por outras pessoas. Assim, uma pessoa transgêner, por exemplo, pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou ter qualquer outra orientação sexual. Do mesmo modo, indivíduos não-binários também podem se identificar com qualquer orientação.





2.2 LGBTQIAPN+: Termos e Significados

A sigla **LGBTQIAPN+** representa um conjunto de identidades e orientações sexuais que celebram a diversidade e a pluralidade das experiências humanas. Este texto busca explorar o significado dessa sigla, sua importância na construção de uma sociedade mais inclusiva e um glossário com termos fundamentais para compreender melhor essas comunidades.

A sigla **LGBTQIAPN+** é composta pelas seguintes letras e seus significados:

- L**: **Lésbicas**, que são mulheres que se sentem atraídas emocional, romântica ou sexualmente por outras mulheres.
- G**: **Gays**, que são homens que se sentem atraídos por outros homens.
- B**: **Bissexuais**, pessoas que sentem atração por mais de um gênero.
- T**: **Transgêneros**, que são indivíduos cuja identidade de gênero difere do sexo biológico atribuído ao nascimento.
- Q**: **Queer**, um termo amplo e inclusivo para pessoas que desafiam as normas de gênero e sexualidade.
- I**: **Intersexo**, indivíduos que nascem com características biológicas que não se encaixam nas definições binárias de masculino e feminino.

A: **Assexuais**, pessoas que não experimentam atração sexual ou que a vivenciam de forma limitada.

P: **Pansexuais e polisssexuais**: indivíduos que sentem atração sexual e/ou afetiva por outras pessoas, independentemente do gênero ou identidade de gênero.

N: **Não-binários**: pessoas que não se identificam com nenhum gênero, ou que se identificam com vários gêneros.

O: **O "+"** representa outras identidades e orientações sexuais não mencionadas na sigla e gêneros fluidos, reconhecendo a vasta diversidade que existe

A sigla LGBTQIAPN+ e os termos associados refletem a riqueza e a diversidade da experiência humana. Compreender e respeitar essas definições é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas possam viver autenticamente. A disseminação de informação contribui para reduzir preconceitos e celebrar a diversidade como uma força positiva na humanidade.





3. A Escola como Espaço de Inclusão e Respeito



A escola é um dos ambientes mais importantes na formação de indivíduos e no desenvolvimento de valores essenciais para a convivência em sociedade. Além de ser um local de aprendizado acadêmico, a escola também desempenha um papel crucial na construção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. Neste contexto, a promoção de um ambiente acolhedor e igualitário é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de aprender e crescer como cidadãos conscientes e respeitosos.

Os professores desempenham um papel central na construção de uma escola inclusiva. Eles são responsáveis por criar um clima de acolhimento em sala de aula, onde todos os alunos se sintam seguros para expressar suas ideias e compartilhar experiências. Além disso, é fundamental que os educadores estejam preparados para identificar situações de discriminação ou bullying e tomar medidas eficazes para solucioná-las.

Quando a escola se compromete com a inclusão e o respeito à diversidade, todos os alunos se beneficiam. Um ambiente inclusivo promove o desenvolvimento de habilidades como empatia, colaboração e resolução de conflitos. Além disso, contribui para a formação de indivíduos mais tolerantes e preparados para viver em uma sociedade plural.



3.1 O Papel da Educação no Combate à LGBTfobia

A LGBTfobia no ambiente escolar é um problema sério que afeta muitos estudantes. Estudos mostram que a discriminação e o bullying direcionados a alunos LGBTQIA+ podem levar a consequências emocionais e psicológicas significativas, como depressão, ansiedade e baixa autoestima. Além disso, esses estudantes podem ter um desempenho acadêmico inferior e uma maior taxa de evasão escolar.

Ambientes escolares que não promovem a inclusão e o respeito à diversidade podem criar um clima hostil, dificultando o desenvolvimento social e emocional dos alunos. É fundamental que

as escolas implementem políticas de respeito e inclusão, promovendo a educação sobre diversidade sexual e de gênero, para garantir que todos os estudantes se sintam seguros e valorizados. A conscientização e a formação de professores e funcionários também são essenciais para combater a LGBTfobia e criar um ambiente escolar mais acolhedor.



3.2 Práticas Pedagógicas Inclusivas

A construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo exige a implementação de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças, garantindo a todos os estudantes o direito à educação de qualidade. Nesse contexto, práticas inclusivas promovem uma educação baseada no respeito, na empatia e na construção de uma sociedade mais justa. A seguir, apresentam-se propostas pedagógicas embasadas em reflexões de autores brasileiros sobre o tema.

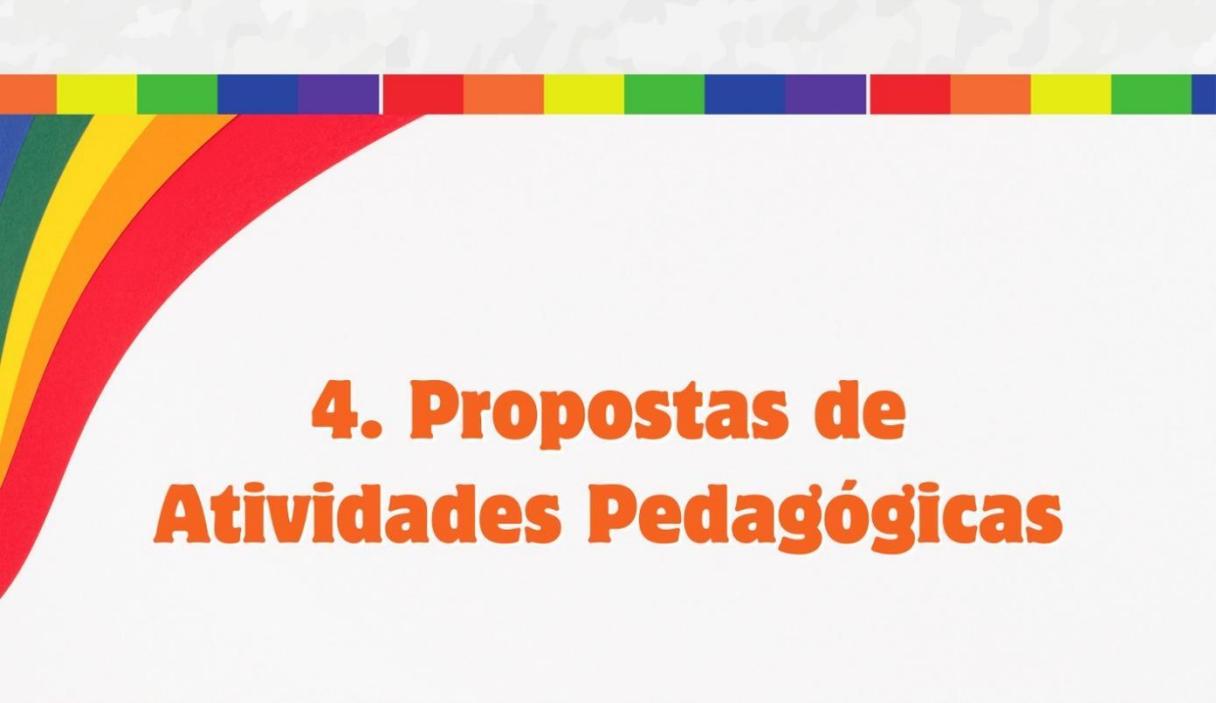
A adaptação curricular é essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso pleno ao conhecimento. Segundo Mantoan (2003), “a inclusão escolar implica a reformulação do currículo para atender às necessidades de cada aluno, respeitando suas singularidades”. Isso inclui, ajustes em conteúdos, metodologias e formas de avaliação, permitindo que cada estudante alcance seu potencial.

A capacitação de professores é um elemento-chave para a implementação de práticas inclusivas. Para Carvalho (2004), “a formação continuada dos educadores deve abordar aspectos teóricos e práticos da inclusão, fortalecendo suas competências para lidar com a diversidade em sala de aula”. Cursos, seminários e grupos de estudo são ferramentas valiosas para aprimorar as habilidades dos docentes.

A relação entre a escola e a comunidade é vital para fortalecer a inclusão. Segundo Paro (2007), “a escola precisa dialogar com a realidade externa, reconhecendo as especificidades culturais e sociais dos estudantes”. Projetos comunitários, visitas externas e eventos escolares inclusivos ajudam a integrar diferentes contextos e promovem a aprendizagem significativa.

No ambiente escolar, é comum que surjam conflitos que demandam intervenção pedagógica. Para Freire (1996), “a educação deve ser um ato de intervenção no mundo, promovendo o diálogo e a resolução de conflitos de forma construtiva”. Formar os professores para mediar situações de discriminação ou preconceito é essencial para manter um ambiente acolhedor.





4. Propostas de Atividades Pedagógicas



A diversidade sexual é um tema crucial na construção de uma educação inclusiva e cidadã, que reconheça e valorize as diferenças entre os sujeitos. Para abordar esse tema de maneira eficiente, é essencial propor atividades pedagógicas que promovam o respeito, a reflexão e a compreensão. Seguem algumas propostas fundamentadas em autores contemporâneos.

4.1 Dinâmicas de Sensibilização



O MAPA DA DIVERSIDADE: ATIVIDADE PARA EXPLORAR AS DIFERENTES FORMAS DE IDENTIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

A atividade intitulada “**O Mapa da Diversidade**” é uma proposta pedagógica inovadora e inclusiva, cujo objetivo é explorar as diferentes formas de identidade e orientação sexual de maneira lúdica e educativa. Essa dinâmica pode ser adaptada para diferentes faixas etárias e níveis de ensino, promovendo o respeito à diversidade e incentivando a empatia entre os estudantes.

Objetivos

1. Ampliar o conhecimento dos estudantes sobre as diversas identidades de gênero e orientações sexuais.
2. Promover o respeito às diferenças e desconstruir preconceitos.
3. Incentivar o trabalho em grupo e a reflexão crítica sobre questões de diversidade sexual.

Material Necessário

- Papel kraft ou cartolina grande.
- Marcadores, canetas coloridas e adesivos.
- Cartões com informações sobre diferentes identidades de gênero e orientações sexuais.
- Recursos audiovisuais opcionais para introduzir o tema (vídeos ou slides informativos).

Passo a Passo da Dinâmica

- **Introdução ao Tema:** inicie a atividade apresentando conceitos básicos sobre diversidade sexual, identidade de gênero e orientação sexual. Utilize recursos visuais ou conteúdos adaptados para tornar o tema acessível.
- **Construção do Mapa:** divida os estudantes em pequenos grupos e entregue a cada um deles uma parte do “Mapa da Diversidade”. Cada grupo será responsável por explorar um aspecto específico, como gênero, orientação sexual ou expressão de gênero. Os cartões informativos servirão como guia para os grupos desenharem ou escreverem no mapa.
- **Socialização:** após a construção do mapa, cada grupo apresenta sua parte para os demais. Durante as apresentações, o mediador pode fazer perguntas ou propor reflexões.
- **Discussão em Grupo:** finalize a atividade promovendo uma roda de conversa sobre as principais descobertas e impressões dos estudantes. Pergunte como essa experiência contribuiu para a compreensão da diversidade sexual.

Impactos Educacionais

“O Mapa da Diversidade” incentiva a cooperação, o respeito às diferenças e a reflexão crítica sobre preconceitos. Segundo Louro (2000), atividades que promovem a interação e o conhecimento são fundamentais para a desconstrução de estereótipos e o fortalecimento de valores inclusivos. Além disso, Freitas (2019) destaca que a dinâmica grupal favorece a construção coletiva do saber, essencial para uma educação cidadã.

Adaptações Possíveis

- Para alunos do ensino fundamental, a atividade pode incluir desenhos e histórias lúdicas.
- No ensino médio, podem ser incluídos debates e pesquisas mais aprofundados.
- A utilização de tecnologias, como a criação de um mapa digital interativo, também pode enriquecer a experiência.

Conclusão

- “O Mapa da Diversidade” é uma atividade que promove a conscientização e valoriza a pluralidade no ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma comunidade educativa inclusiva e respeitosa. Ao realizar essa dinâmica, os educadores fortalecem o papel da escola como espaço de formação cidadã e de respeito às diferenças.



4.2 Projetos Interdisciplinares

Projeto Interdisciplinar: Explorando a Diversidade Sexual

Tema do Projeto:

Diversidade Sexual e sua Representação nas Diferentes Disciplinas

Objetivos Geral

Compreender a diversidade sexual por meio de um trabalho interdisciplinar que integre as áreas de História, Literatura, Geografia, Matemática e Artes, contribuindo para a formação de uma visão inclusiva e cidadã nos estudantes.

Público-Alvo:

Estudantes do Ensino Médio

Justificativa:

A diversidade sexual é um tema que permeia diferentes contextos históricos, culturais e sociais, e abordá-lo no ambiente escolar é essencial para combater preconceitos e promover uma educação inclusiva. Segundo Louro (2000), “a escola deve ser um espaço de respeito às diferenças e de desconstrução de preconceitos”. Nesse sentido, o projeto interdisciplinar visa integrar diferentes áreas do conhecimento, proporcionando aos estudantes uma visão ampliada sobre o tema.

Cronograma: Duração de um bimestre (8 semanas)

Atividades por Disciplina:

1. História:

- Tema: Movimentos e Conquistas da Comunidade LGBTQIA+ na História.
- Atividade: pesquisa sobre momentos históricos relevantes, como a Revolta de Stonewall e o impacto do movimento LGBTQIA+ no Brasil.
- Metodologia: produção de uma linha do tempo coletiva destacando marcos históricos.
- Segundo Mott (2020), “a análise dos movimentos sociais LGBTQIA+ é fundamental para compreender as lutas por direitos”.

2. Literatura:

- Tema: representações da Diversidade Sexual na Literatura Brasileira.
- Atividade: leitura e análise de trechos de obras como “O Terceiro Travesseiro”, de Nelson Luiz de Carvalho.
- Metodologia: discussão em roda de leitura sobre as diferentes formas de expressão das relações afetivas.
- Candau (2011) destaca que “a literatura é um instrumento poderoso para promover a reflexão sobre temas sociais complexos”.

3. Geografia:

- Tema: A Geografia da Diversidade Sexual.
- Atividade: mapeamento de espaços de resistência e acolhimento LGBTQIA+ no Brasil e no mundo.
- Metodologia: uso de mapas para identificar regiões onde os direitos LGBTQIA+ são mais respeitados ou violados.
- Segundo Castro (2018), “a geografia é essencial para compreender as desigualdades e resistências ligadas à diversidade sexual”.

4. Matemática:

- Tema: Estatísticas da Diversidade Sexual.
- Atividade: análise de dados e gráficos sobre a população LGBTQIA+ e suas condições sociais no Brasil.
- Metodologia: construção de gráficos e tabelas a partir de dados do IBGE e outras pesquisas.
- Kenski (2008) afirma que “os números são ferramentas importantes para compreender e enfrentar desigualdades sociais”.

5. Artes:

- Tema: A Diversidade Sexual na Expressão Artística.
- Atividade: criação de murais ou performances artísticas que celebrem a diversidade.
- Metodologia: trabalho em grupos para a produção de um evento artístico escolar.
- Segundo Freire (2020), “a arte é um meio de resistência e de afirmação das identidades plurais”.

Avaliação:

A avaliação será processual e envolverá a participação nas atividades, a produção dos materiais e a reflexão apresentada pelos estudantes. Além disso, será promovido um seminário final onde cada grupo apresentará os resultados das atividades realizadas.

Resultados Esperados:

- Ampliação do conhecimento sobre a diversidade sexual.
- Desenvolvimento de uma postura mais inclusiva e respeitosa entre os estudantes.
- Integração das diferentes disciplinas em torno de um tema relevante e atual.

Cronograma:

O projeto interdisciplinar “Explorando a Diversidade Sexual” demonstra como a articulação entre áreas do conhecimento pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e empáticos. Ao abordar o tema de forma crítica e criativa, a escola cumpre seu papel de transformar a sociedade por meio da educação.

4.3 Datas Comemorativas e Temáticas

As datas comemorativas e temáticas relacionadas à diversidade sexual têm um papel fundamental na promoção do respeito, da visibilidade e da inclusão no ambiente escolar. Por meio delas, é possível abordar questões de gênero, identidade e orientação sexual de forma educativa, sensibilizando a comunidade escolar e combatendo preconceitos. Este texto propõe a exploração dessas datas como ferramentas pedagógicas e apresenta sugestões de atividades fundamentadas em estudos de autores brasileiros atuais.

As datas comemorativas são oportunidades para reforçar valores de respeito à diversidade e para estimular reflexões coletivas sobre direitos humanos. Segundo Louro (2000), “a escola deve ser um espaço de discussão sobre diferenças e direitos, utilizando as datas temáticas como instrumentos de conscientização”. Esses momentos também oferecem possibilidades de envolver diferentes disciplinas em atividades interdisciplinares.

Entre as datas mais relevantes para o tema estão:

- **17 de maio:** Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, que marca a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças pela OMS em 1990.
- **28 de junho:** Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, relembrando a Revolta de Stonewall, marco do movimento LGBTQIA+.
- **29 de janeiro:** Dia Nacional da Visibilidade Trans, instituído no Brasil em 2004, para destacar a luta e os direitos das pessoas transgênero.



a) Projetos Interdisciplinares:

- No Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, os professores podem propor a criação de um mural coletivo sobre os avanços e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+. Disciplinas como História, Geografia e Sociologia podem contribuir para discutir direitos humanos e contextos globais.

Segundo Mott (2020), “a abordagem histórica e sociológica das questões LGBTQIA+ é essencial para promover a empatia e a compreensão”.



b) Oficinas Culturais:

- No Dia do Orgulho LGBTQIA+, organizações de oficinas de artes plásticas, teatro e música podem estimular os estudantes a expressarem ideias e sentimentos sobre diversidade. As obras produzidas podem compor uma exposição escolar aberta à comunidade.

Freire (2020) aponta que “a expressão artística é uma poderosa ferramenta para dar visibilidade às diferenças e desconstruir preconceitos”.





c) Debates e Palestras:

- No Dia Nacional da Visibilidade Trans, palestras com pessoas transgêneros e debates mediados por professores podem promover a escuta ativa e a sensibilização sobre os desafios enfrentados por essa população.
- Candau (2011) enfatiza que “a escuta de diferentes vozes é essencial para uma educação inclusiva”.



d) Produção de Materiais Didáticos Inclusivos:

- Estudantes podem criar cartilhas ou podcasts educativos sobre o significado das datas temáticas e sobre os direitos da população LGBTQIA+.
- Kenski (2008) destaca que “a produção de conteúdos pelos estudantes favorece o aprendizado significativo e a construção do conhecimento”.

Essas datas oferecem contextos históricos e sociais ricos, capazes de despertar nos estudantes a consciência sobre questões de equidade e justiça social. Segundo Castro (2018), “a educação para a diversidade fortalece a escola como espaço de formação cidadã e combate às desigualdades”. Por meio das datas temáticas, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre temas que muitas vezes são silenciados, desconstruindo preconceitos e ampliando sua compreensão do mundo.



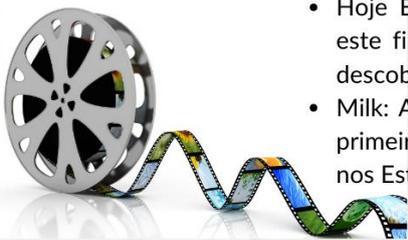


5. Recursos Didáticos e Materiais Complementares



Além das atividades escolares e datas temáticas, a utilização de filmes, livros e séries que abordam a diversidade sexual pode enriquecer as práticas pedagógicas. Essas obras permitem a reflexão e a discussão em sala de aula, oferecendo diferentes perspectivas sobre o tema.

5.1. Filmes:



- Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (2014): Dirigido por Daniel Ribeiro, este filme brasileiro aborda a história de um adolescente cego que descobre sua sexualidade e vive um romance homoafetivo.
- Milk: A Voz da Igualdade (2008): Conta a história de Harvey Milk, o primeiro homossexual assumido a ser eleito para um cargo público nos Estados Unidos, destacando a luta pelos direitos LGBTQIA+.

5.2. Livros:



- Meu Corpo, Minha Casa (2018), de Rupî Kaur: embora seja uma coletânea de poemas, aborda temas de autoaceitação e diversidade, promovendo reflexões importantes.
- O Terceiro Travesseiro (2007), de Nelson Luiz de Carvalho: este romance nacional trata de um relacionamento entre dois jovens e aborda questões de aceitação e preconceito.

5.3. Séries:



- Pose (2018-2021): Ambientada nos anos 1980 e 1990, explora a cultura dos bailes LGBTQIA+ em Nova York e retrata a vivência de pessoas trans e gays negros e latinas.
- Sex Education (2019-): disponível na Netflix, aborda diversos temas ligados à sexualidade, inclusão e diversidade, sendo uma ferramenta educativa poderosa.



5.4 Podcasts:



"Mamilos"

Este podcast aborda temas variados, incluindo diversidade sexual, com discussões profundas e respeitadas.

"Papo de Homem"

Embora aborde masculinidade, frequentemente discute questões de gênero e diversidade sexual.

"Transmissão"

Focado na comunidade trans, este podcast traz vozes e experiências diversas, promovendo a inclusão.

"O Que É Ser Gay?"

Um podcast que explora a vivência de pessoas LGBTQIA+ e discute a importância do respeito e da inclusão.

5.5 Vídeos:

Canal "Dicas de Inclusão"

Este canal no YouTube oferece vídeos educativos sobre como promover a inclusão de diversas identidades sexuais.



"O que é LGBTQIA+?"

Vídeos explicativos que desmistificam termos e promovem o respeito à diversidade sexual.

TED Talks

Procure por palestras sobre diversidade sexual e inclusão, onde especialistas compartilham suas experiências e conhecimentos.

"A História do Orgulho"

Documentários que abordam a luta pelos direitos LGBTQIA+ e a importância da inclusão.



5.6 Ferramentas online, como cartilhas e guias sobre direitos LGBTQIA+

5.6.1 Organizações Não Governamentais (ONGs):

Muitas ONGs, como a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) e o Grupo Gay da Bahia, disponibilizam materiais educativos e informativos sobre direitos LGBTQIA+.



5.6.2 Sites Governamentais:

Alguns sites de governos estaduais e municipais têm seções dedicadas aos direitos da população LGBTQIA+, oferecendo informações sobre políticas públicas e serviços disponíveis.

5.6.3 Plataformas Educativas:

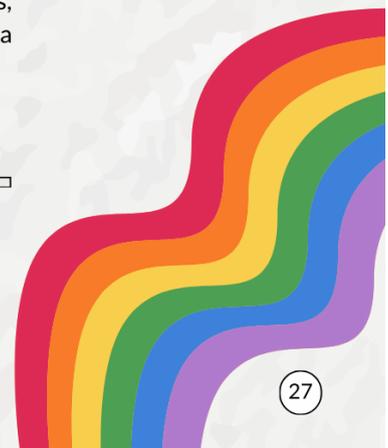
Sites como o "Educação e Diversidade" oferecem cursos e materiais sobre diversidade sexual e direitos humanos, que podem ser úteis para quem busca se informar mais sobre o tema.

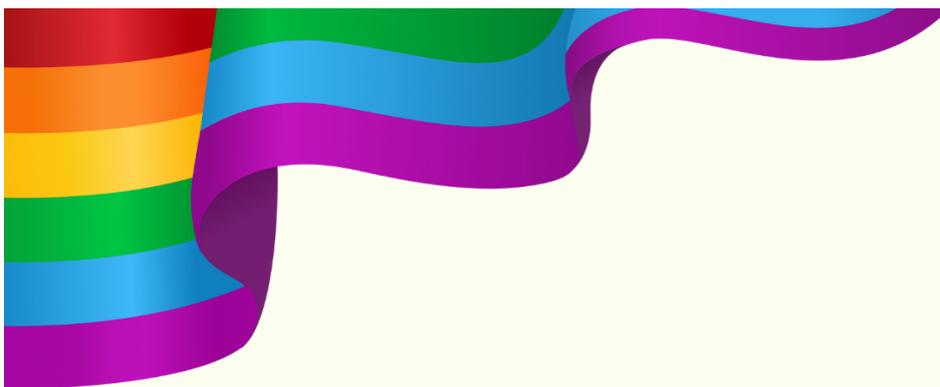
5.6.4 Redes Sociais e Blogs:

Muitas pessoas e coletivos LGBTQIA+ compartilham informações, guias e cartilhas em suas redes sociais e blogs, promovendo a conscientização e a educação sobre os direitos da comunidade.

5.6.5 Livros e E-books:

Existem também publicações que podem ser baixadas online, abordando temas de diversidade sexual e direitos humanos, que podem ser encontrados em bibliotecas digitais ou sites de editoras.





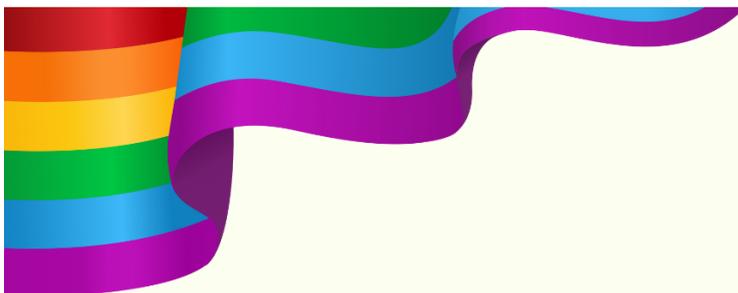
6. Conclusão

Queridos educadores

À medida que encerramos mais um ciclo de aprendizado, é fundamental reafirmar nosso compromisso inabalável com a inclusão e a igualdade na educação, especialmente no que tange à diversidade sexual e de gênero. Acreditamos que cada estudante, independentemente de suas diferenças, merece um ambiente escolar acolhedor e que valorize suas singularidades, incluindo sua identidade de gênero e orientação sexual. É preciso reconhecer que a escola deve ser um espaço seguro e respeitoso para todos, onde as diferenças não sejam vistas como algo a ser corrigido ou ignorado, mas sim como algo a ser respeitado e celebrado.

A formação docente contínua se apresenta como uma ferramenta essencial para enfrentarmos os desafios da construção de uma escola inclusiva. Ao investirmos no desenvolvimento profissional, os educadores se capacitam para lidar de forma mais crítica e sensível com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, criando espaços pedagógicos que promovam o respeito e a equidade. Nesse contexto, a formação não deve se limitar à teoria, mas incluir também práticas pedagógicas que incentivem a reflexão sobre as identidades e as relações de poder que permeiam o ambiente escolar.

Práticas pedagógicas inclusivas exigem uma abordagem que vai além da simples aceitação da diversidade. É necessário que os educadores se apropriem de um repertório de estratégias que ajudem a desnaturalizar as normatividades de gênero e sexualidade. Isso inclui, por exemplo, a utilização de materiais didáticos que contemplem diversas perspectivas de identidade de gênero, evitando a reprodução de estereótipos e incentivando a construção de uma cultura de respeito e empatia. Tais práticas podem ser implementadas por meio de discussões abertas sobre as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, de modo que os alunos se sintam representados e respeitados em seu processo de aprendizagem.



Ademais, a promoção de espaços de escuta e diálogo, como rodas de conversa sobre a diversidade, é uma estratégia eficaz para sensibilizar tanto os estudantes quanto os educadores. Segundo Guacira Lopes Louro (2020), a escola deve ser um lugar onde os alunos possam expressar suas vivências e questões relacionadas à sua identidade, e onde as práticas de ensino ajudem a desconstruir preconceitos enraizados na sociedade. A construção de um ambiente educacional inclusivo passa pela reflexão constante sobre o currículo, a linguagem e as dinâmicas de poder que ainda limitam o protagonismo de grupos marginalizados, como as pessoas LGBTQIAPN+.

Ao incluirmos a diversidade sexual e de gênero nas práticas pedagógicas, também contribuimos para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, livre de preconceitos e discriminação. A formação de professores preparados para lidar com essas questões deve ser um compromisso permanente, isso porque somente por meio do conhecimento contínuo e da prática reflexiva que conseguiremos efetivar a inclusão de forma genuína. Portanto, a transformação das nossas escolas em espaços acolhedores e inclusivos depende da dedicação e do esforço coletivo. Juntos podemos garantir que todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sintam valorizados e tenham a oportunidade de brilhar. Que continuemos a trabalhar com paixão e empenho, sempre em busca de um futuro mais justo, inclusivo e equitativo para todos os nossos estudantes, onde a diversidade sexual e de gênero seja não apenas respeitada, mas também celebrada.

Aluizio Torres da Costa Neto
Elisângela Santos de Amorim



Referências

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural na América Latina: memórias, horizontes e desafios. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero, raça e classe: trajetórias e desafios. São Paulo: Editora XYZ, 2018.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 5. ed. Campinas: Papirus, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MOTT, Luiz. Homofobia: 500 anos de preconceito. São Paulo: Edições GLS, 2020.
LOURO, Guacira Lopes. Corpo, gênero e sexualidade: uma reflexão a partir da diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. A escola S.A.: quem ganhará o coração e a mente dos nossos professores? Campinas: Autores Associados, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e educação: teoria e política. São Paulo: Autores Associados, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual na educação: problemáticas para o educador. Brasília: MEC, 2009.



PEREIRA, Maria do Carmo. Educação inclusiva: compreensões e práticas. São Paulo: Editora XYZ, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENTO, Berenice. O que é transfobia?. São Paulo: Brasiliense, 2011.



Sobre os autores



Aluizio Torres da Costa

Neto

Aluizio Torres da Costa Neto é graduado em Pedagogia (UNDB) e Psicologia (UFMA), com especializações em Psicologia Clínica, Psicopedagogia e Gestão e Supervisão Escolar. Atua como Superintendente de Educação e Promoção em Direitos Humanos na Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedihpop), além de ser 1º Suplente do Conselho Estadual LGBT do Maranhão.

E-mail: profaluiziotorres@gmail.com



Elisângela Santos de

Amorim

Elisangela Santos de Amorim é doutora em curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2002), Mestrado em educação pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Maranhão e professora



do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica - PPGEEB/UFMA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Feminismo Decolonial, Formação de Professoras e Campesinato. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: mulheres e magistério, estudos de gênero e feminismo decolonial, com ênfase na educação em assentamentos da Reforma Agrária e formação de professoras/es.

E-mail: es.amorim@ufma.br



Apêndice 2: Questionário (docentes)

Questionário (Docentes)

Este questionário é direcionado para os professores do Colégio Universitário São Luís/MA, faz parte de uma pesquisa qualitativa cujo tema central é "A Formação Docente para a Diversidade Sexual". O objetivo da pesquisa é analisar como a diversidade sexual é inserida no ambiente escolar, com base nas relações de poder e nos discursos sociais que moldam a sexualidade.

karolaynesousa91@gmail.com [Mudar de conta](#)



* Indica uma pergunta obrigatória

Enviar por e-mail *

Registrar karolaynesousa91@gmail.com como o e-mail a ser incluído na minha resposta

Idade *

Sua resposta

Curso de Graduação *

Sua resposta

Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao abordar a diversidade sexual em sala de aula? *

Sua resposta

De que maneira a escola prepara ou apoia você para lidar com questões de diversidade sexual e identidade de gênero? *

Sua resposta

Na sua opinião, como a formação continuada pode contribuir para melhorar o trabalho com diversidade sexual nas escolas? *

Sua resposta

Você percebe resistência por parte de alunos, pais ou outros professores ao tratar desse tema? Se sim, como lida com isso? *

Sua resposta

Que práticas ou estratégias você utiliza para promover um ambiente inclusivo e respeitoso em relação à diversidade sexual? *

Sua resposta

Quais são as suas sugestões para aprimorar a formação de professores sobre a diversidade sexual? *

Sua resposta

Apêndice 3: Questionário (Alunes)

Questionário (Alunes)

Este questionário é direcionado para os alunos do Colégio Universitário São Luís/MA, faz parte de uma pesquisa qualitativa cujo tema central é "A Formação Docente para a Diversidade Sexual". O objetivo da pesquisa é analisar como a diversidade sexual é inserida no ambiente escolar, com base nas relações de poder e nos discursos sociais que moldam a sexualidade.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. **Idade ***

2. **Você acha que a temática diversidade sexual é discutida na sua escola? Pode dar exemplos? ***

3. **Como você se sente em relação às discussões sobre diversidade sexual em sala de aula? Elas ajudam a criar um ambiente mais inclusivo? ***

4. **Você já presenciou ou vivenciou situações de preconceito relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero na escola? Como foram tratadas? ***

5. **De que maneira a escola promove o respeito e a inclusão de todos, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero?** *

6. **O que você acha que a escola poderia fazer para melhorar a inclusão e o respeito à diversidade sexual?** *

7. **Você sente que tem espaço para expressar suas opiniões e sentimentos sobre esse tema na escola?** *

8. **Que tipo de apoio você acha que os alunos precisam para se sentirem mais seguros e aceitos em relação à sua orientação sexual ou identidade de gênero?** *

9. **Como você descreveria a reação dos seus colegas e professores quando o tema da diversidade sexual é abordado em aula?**

10. **Você acha que seria útil ter mais eventos ou atividades escolares voltadas para a inclusão da diversidade sexual? Que tipos de eventos seriam interessantes? ***

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXOS

Anexo 1: Carta De Apresentação Para Concessão De Pesquisa De Campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA (PPGEEB)



CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA DE CAMPO

Prezado(a) Senhor(a) Paulo Sérgio Castro Pereira

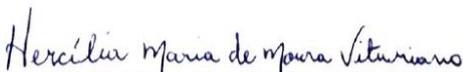
Vimos por meio desta apresentar-lhe o(a) estudante **ALUIZIO TORRES DA COSTA NETO**, regularmente matriculado(a) no Mestrado Profissional Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: **A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: proposições no Colégio Universitário em São Luis/MA.**

Na oportunidade, solicitamos autorização de Vossa Senhoria em permitir a realização da pesquisa no Colégio Universitário para que o(a) referido(a) estudante possa coletar dados por meio de observações, entrevistas, questionários e outros meios metodológicos que se fizerem necessários.

Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Colocamo-nos à disposição de V. S^a para quaisquer esclarecimentos.

São Luís, 11/09/2024


Profa Dra **HERCILIA MARIA DE MOURA VITURIANO**
Coordenadora do PPGEEB/UFMA